

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ECONOMIA**

**RENATA GALBINSKI HOROWITZ**

**A ECONOMIA CRIATIVA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:  
UM ESTUDO DE CASO DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE**

**Porto Alegre**

**2023**

**RENATA GALBINSKI HOROWITZ**

**A ECONOMIA CRIATIVA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:  
UM ESTUDO DE CASO DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia, Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Linha de pesquisa: economia e política da cultura e indústrias criativas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

**Porto Alegre**

**2023**

### CIP - Catalogação na Publicação

Horowitz, Renata Galbinski

A economia criativa e a preservação do patrimônio cultural : um estudo de caso do Distrito Criativo de Porto Alegre / Renata Galbinski Horowitz. -- 2023.  
122 f.

Orientador: Marcelo Milan.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Economia da cultura. 2. Economia criativa. 3. Preservação do patrimônio cultural. 4. Territórios e distritos criativos. 5. Distrito Criativo de Porto Alegre. I. Milan, Marcelo, orient. II. Título.

**RENATA GALBINSKI HOROWITZ**

**A ECONOMIA CRIATIVA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:  
UM ESTUDO DE CASO DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia, Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Linha de pesquisa: economia e política da cultura e indústrias criativas.

Aprovada em: Porto Alegre, 03 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Milan - Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Hélio Henkin  
UFRGS

---

Me. Jorge Ferro Piqué  
Distrito Criativo de Porto Alegre

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mary Sandra Guerra Ashton  
FEEVALE

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho de dissertação foi produzido em um contexto de Pandemia por COVID-19, no qual a cultura brasileira viveu um dos maiores desmontes de sua história recente; tendo o Ministério da Cultura sido reduzido à Secretaria Especial de Cultura, assim como, os mecanismos de fomento e o orçamento para investimentos em Cultura foram desidratados. Deste modo, o Mestrado Profissional na linha de pesquisa em Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas, promovido pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do sul, em parceria com o Observatório Itaú Cultural, desempenhou papel de resistência ao proporcionar a qualificação de agentes atuantes no setor cultural e manifesto aqui minha imensa gratidão por ter tido a oportunidade de ser selecionada para cursar sua primeira turma.

Como foi possível perceber, um trabalho deste porte não seria sobre construir solitariamente, mas sim sobre coconstruir, com professores, colegas e tantos outros. Portanto, passo a agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram com esse processo e agradeço *in memoriam*, primeiramente, a meus pais, Rosa e Abrahão que, como filhos de imigrantes e primeira geração brasileira da família, souberam educar de forma sólida, democrática e ao mesmo tempo com liberdade.

Devo um agradecimento muito especial à minha família, pelas manifestações de apoio e afeto, tão necessários nessa jornada; ao meu marido e grande parceiro por quatro décadas, Nelson Horowitz, pelo exemplo profissional, ético e suporte emocional incondicional; aos meus filhos Marcel e Juliana, ele por me ensinar sobre o universo cultural e criativo, ela por me desvelar as nuances da pesquisa e da academia e ambos, por me fazerem ver, que tudo valeu à pena.

Agradeço ao meu orientador, Marcelo Milan por sua condução firme, clara, em altíssimo nível profissional e de extrema afetividade, não somente em relação ao meu trabalho, mas também na coordenação do curso; ao Professor Sérgio Marley Modesto Monteiro e em seu nome, a todo corpo docente do curso, pela excelência, capacidade de ensinar e pelo auxílio na travessia do deserto e à Débora Wobeto por construir pontes perfeitas e afetuosas entre demandas administrativas, alunos e professores.

Agradeço aos parceiros de travessia, meus colegas de curso, pela amizade, apoio, sinergia incrível e por terem representado de forma genuína o cenário cultural brasileiro em sua diversidade, dinamismo e potência; especialmente a Felipe Luiz Abreu de Oliveira, um grande amigo adquirido e que, ao presentear-me com o Livro *Economia do Patrimônio*

*Cultural*, de Françoise Benhamou, entregou-me a lanterna que iluminou todo o percurso; à Rafaela Menegoti Tasca, por trazer seu afeto e sensibilidade ao caminho; à Jamille Cabral Pereira Barbosa e à Juliana de Mendonça Casadei pela cumplicidade; à Andrea Santos Guimarães, Christiano Lima Braga e Érika Araújo pela ajuda e trocas.

Agradeço enormemente a Jorge Ferro Piqué, coordenador do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre, por ter aberto as portas para que essa pesquisa se concretizasse, dando acesso a dados, pessoas e, ao final, tornando-se um grande parceiro. Um agradecimento, igualmente, a todos os 32 participantes do Distrito Criativo que doaram seu tempo e responderam ao questionário para coleta de dados que foram essenciais para este trabalho e sem os quais definitivamente não teria sido possível realizar as análises necessárias.

Gostaria de agradecer a Samuel Poeta, que gentilmente cedeu seus dados, obtidos junto ao setor de ITBI da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) de Porto Alegre e coletados para elaboração de sua dissertação de mestrado profissional em economia; à Mary Sandra Guerra Ashton que, ao colocar em minhas mãos seu livro *Cidades Criativas: Vocação e Desenvolvimento*, trouxe luz a importantes questionamentos; à Hélio Henkin pela disponibilidade em participar da banca e, finalmente, a todos que, de alguma forma ou outra, auxiliaram e fizeram parte desta caminhada.

“Se na teoria se percebe a necessidade de articular material e imaterial, respeitar as dinâmicas urbanas e de atribuições de valor, é necessário que se consiga ir além do uso do tombamento como o mais recorrente mecanismo de proteção de áreas urbanas; é preciso repensar, ainda, desde a estrutura política e jurídica até a prática/técnica”;  
(OLIVEIRA, 2015, p. 63)

## RESUMO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu obrigações atinentes à preservação do patrimônio cultural aos entes federativos e imputou deveres de manutenção, conservação e restauração dos bens tombados aos proprietários. Quanto às atribuições federais relativas à restauração de centros e conjuntos históricos, após mais de uma década movendo-se a partir de propósitos unicamente preservacionistas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a enfatizar o estímulo financeiro à Economia da Cultura como estratégia de consolidação dos processos de revitalização do patrimônio cultural. Ainda, considerando-se que esses investimentos são destinados majoritariamente a bens tombados em nível nacional, estados e municípios vêm buscando alternativas para sua atuação em territórios e distritos, que articulam Economia Cultural e Criativa e Preservação do Patrimônio Cultural. A presente pesquisa aborda um projeto que segue estas linhas na cidade de Porto Alegre, intitulado Distrito Criativo. Este surge a partir da iniciativa privada, se vale da vocação cultural e das características arquitetônicas de uma região da cidade e constrói um polo voltado à Economia Cultural e Criativa. Tem-se como objetivo geral analisar a contribuição econômica dos empreendimentos culturais e criativos participantes do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre (DC) para a preservação do Patrimônio Cultural. A pergunta que se pretende responder é: *Em que medida o Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre contribui economicamente para a preservação do Patrimônio Cultural?* E parte-se da hipótese de que o estímulo à Economia Cultural e Criativa se constitui em uma estratégia economicamente eficaz para a preservação do Patrimônio Cultural. Como metodologia, faz-se uma revisão da literatura a partir de três eixos teóricos, classificam-se as edificações do DC em sete tipologias arquitetônicas e elabora-se um quadro de caracterização dessas e dos empreendimentos. As contribuições econômicas diretas e indiretas do DC para a preservação do Patrimônio Cultural são avaliadas a partir de questionários aplicados aos participantes do DC e ao coordenador do projeto, bem como, da tabela de valor declarado dos imóveis transacionados no bairro Floresta no período de 2014 a 2018. Tendo por base os parâmetros analisados, a amostragem de pesquisa e os dados obtidos, os resultados da pesquisa apontam possíveis contribuições econômicas dos empreendimentos do DC para a preservação do Patrimônio Cultural.

**Palavras-chave:** Economia da cultura. Economia criativa. Preservação do patrimônio cultural. Territórios e distritos criativos. Porto Alegre.

## ABSTRACT

The Brazilian Federal Constitution of 1988 has established obligations related to cultural heritage preservation to federate entities and has imputed duties of maintenance, conservation and restoration to cultural goods' owners. Regarding federal attributions related to historical centers and ensembles restoration, after more than a decade adopting exclusively preservationist purposes, the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) has begun to provide financial stimuli to Culture Economy as a strategy for consolidation of cultural heritage revitalization processes. Furthermore, considering the fact that these investments are mainly destined to federal cultural goods, states and municipalities have been seeking alternatives for their territories and districts policies, which articulates Cultural and Creative Economy and Cultural Heritage Preservation. The present research addresses a project taking place in Porto Alegre city following these very lines, entitled Creative District. It arises from a private initiative, benefiting from cultural vocation and architectural characteristics of the city's region, and builds a cluster focused on Cultural and Creative Economy. The research's main goal is to analyze cultural and creative enterprises' participants of Creative District economics contributions for Cultural Heritage preservation. It is hypothesized that the stimuli to Cultural and Creative Economy constitutes an economically effective strategy for Cultural Heritage preservation and, in order to test it, the research seeks to analyze the economic contribution of this project. Thus, the question to be answered is: *To what extent does the Creative District Project of Porto Alegre (CD) contribute economically to Cultural Heritage preservation?* Regarding the methodology, a literature review of three theoretical frameworks is carried out, and also an architectural classification, and finally it offers a characterization of buildings and enterprises. The CD's direct and indirect contributions for Cultural Heritage preservation are evaluated from data collection including questionnaires applied to project's participants and the general coordinator, as well as a database provided by the Property Transfer Taxes division of Porto Alegre Municipal Treasury Department, for the period of 2014 to 2018. Based on the analyzed parameters, research sampling and data collection, the findings point to a possible economic contribution from CD's enterprises to Cultural Heritage preservation.

**Keywords:** Cultural economics. Creative economy. Cultural heritage preservation. Creative territories and districts. Porto Alegre.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa Porto Alegre com localização do 4º Distrito e do Distrito Criativo .....	42
Figura 2 -	Vista aérea Porto Alegre com localização do 4º Distrito e do Distrito Criativo .....	42
Figura 3 -	Mapa com localização dos negócios participantes do Distrito Criativo .....	49
Figura 4 -	Edificações listadas no inventário do Patrimônio Cultural do município na região do Distrito C e Participantes do Projeto .....	55
Figura 5 -	Quadro do Sistema de valores de Neutzling .....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição Territorial das Edificações do DC de Porto Alegre .....	68
Gráfico 2 -	Categorias Setoriais dos Empreendimentos do DC de Porto Alegre .....	69
Gráfico 3 -	Nascimento de Empreendimentos participantes do DC, por Ano .....	70
Gráfico 4 -	Quantificação das Edificações da Amostra de Respondentes do DC de.....	72
Gráfico 5 -	Número de Intervenções Executadas por Respondentes, em imóveis do DC de Porto Alegre, por tipo de intervenção .....	73
Gráfico 6 -	Intervenções Executadas pelos Respondentes, no Patrimônio Cultural Edificado do DC de Porto Alegre .....	74
Gráfico 7-	Recursos Injetados pelos Respondentes em Imóveis do DC de Porto Alegre, por Número de Imóvel em cada faixa de Investimento (em milhares de R\$) .....	75
Gráfico 8 -	Recursos Injetados no Patrimônio Cultural Edificado do DC, por Número de Imóvel em cada faixa de Investimento .....	76
Gráfico 9-	Conhecimento da Legislação de Isenção de IPTU no DC de Porto Alegre – Em número de empreendimentos.....	80
Gráfico 10 -	Avaliação da Contribuição de Edificações Históricas para os Negócios Criativos do DC de Porto Alegre- Em números de empreendimentos .....	85
Gráfico 11 -	Frequência da Avaliação do Tipo de Contribuição para os Negócios Criativos do DC de Porto Alegre .....	86
Gráfico 12 -	Justificativa da Importância do Patrimônio Edificado no DC de Porto Alegre- Em número de respostas .....	87
Gráfico 13 –	Distribuição da Variação do Valor dos Aluguéis dos Imóveis do DC de Porto Alegre em Relação ao IPCA.....	91
Gráfico 14 -	Distribuição da Variação do Valor dos Aluguéis dos Imóveis considerados Patrimônio Cultural no DC de Porto Alegre em Relação ao IPCA.....	91

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Edificações Inventariadas de Estruturação - Bairro Independência.....	51
Quadro 2 -	Edificações Inventariadas de Estruturação - Bairro Moinhos de Ventos.....	52
Quadro 3 -	Edificações Inventariadas de Estruturação - Bairro Floresta.....	52
Quadro 4 -	Edificações Inventariadas de Estruturação - Bairro São Geraldo .....	54
Quadro 5 -	Caracterização de Empreendimentos e Edificações do DC de Porto Alegre .....	62
Quadro 6 -	Quantificação das Categorias de Edificações do DC de Porto Alegre.....	67
Quadro 7 -	Número de Imóveis Transacionados no Bairro Floresta de 2014 a 2018 .....	93
Quadro 8 -	Tipos de Imóveis Transacionados Bairro Floresta (2014-2018) - Número de transações .....	94
Quadro 9 -	Estatística de Valor do Metro Quadrado Declarado no Bairro Floresta (2014-2018) .....	95

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Valor do Metro Quadrado dos Imóveis dos Participantes do DC de Porto Alegre .....	82
Tabela 2 -	Valor do Metro Quadrado dos Imóveis dos Participantes do DC de Porto Alegre, Classificados como Patrimônio Cultural.....	83
Tabela 3 -	Variação do Valor dos Aluguéis dos Imóveis do DC de Porto Alegre .....	89
Tabela 4 -	Variação no Valor dos Aluguéis dos Imóveis considerados Patrimônio Cultural no DC de Porto Alegre.....	89
Tabela 5 -	Atualização do Valor do Metro Quadrado Declarado no Bairro Floresta.....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Distrito C (DC)	Distrito Criativo de Porto Alegre
EPAHC	Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
MinC	Ministério da Cultura
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SALIC	Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SMF/POA	Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre/RS
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>20</b>
2.1	ECONOMIA CRIATIVA E ECONOMIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	20
2.2	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	24
2.3	ECONOMIA CRIATIVA E TERRITÓRIO.....	29
2.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	35
<b>3</b>	<b>O DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE</b> .....	<b>39</b>
3.1	A REGIÃO DO 4º DISTRITO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	39
3.2	A EMPRESA URBSNOVA .....	43
3.3	O PROJETO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE .....	45
3.4	O PATRIMÔNIO CULTURAL DO DISTRITO CRIATIVO .....	49
<b>4</b>	<b>O DISTRITO CRIATIVO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO</b> .....	<b>56</b>
4.1	CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO DISTRITO CRIATIVO.....	56
<b>4.1.1</b>	<b>Metodologia</b> .....	<b>57</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Lista de categorias de edificações</b> .....	<b>58</b>
4.2	CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES DO DISTRITO CRIATIVO .....	59
<b>4.2.1</b>	<b>Metodologia e quadro de caracterização geral</b> .....	<b>60</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Análise dos dados</b> .....	<b>67</b>
4.3	INVESTIMENTOS NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE .....	71
<b>4.3.1</b>	<b>Metodologia</b> .....	<b>71</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Análise dos dados</b> .....	<b>71</b>
4.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	76
<b>5</b>	<b>AVALIANDO OS IMPACTOS ECONÔMICOS E AS EXTERNALIDADES DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE</b> .....	<b>79</b>
5.1	IMPACTOS ECONÔMICOS DOS NEGÓCIOS E DO DISTRITO CRIATIVO ....	79
<b>5.1.1</b>	<b>Incentivos fiscais</b> .....	<b>79</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Valor dos imóveis de propriedade dos participantes</b> .....	<b>81</b>

5.2	EXTERNALIDADES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DO DISTRITO CRIATIVO .....	84
5.2.1	Valor simbólico das edificações.....	84
5.2.2	Valor de locação dos imóveis .....	87
5.2.3	Valor do metro quadrado no Bairro Floresta .....	92
5.3	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
	REFERÊNCIAS .....	104
	APÊNDICE A - QUADRO - ATIVIDADES ECONÔMICAS E CATEGORIAS SETORIAIS DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE .....	112
	APÊNDICE B - ENTREVISTA REALIZADA COM JORGE PIQUÉ, COORDENADOR DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE .....	114
	APÊNDICE C - CARTA AOS PARTICIPANTES DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE.....	116
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DO DC DE PORTO ALEGRE .....	117
	APÊNDICE E - CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE.....	120

## 1 INTRODUÇÃO

Dado o valor simbólico do Patrimônio Cultural, sua preservação e transmissão para as próximas gerações contribuem, entre outros, para o fortalecimento de identidades, elevação da autoestima coletiva, potencialização da participação e do exercício da cidadania, promoção do desenvolvimento e bem-estar social. Segundo Araujo Junior (2012), considerando o Patrimônio Cultural irreversível e irreprodutível, o Estado exerce um papel ativo tanto em sua legitimação e regulação, como no financiamento das condições para sua preservação. Ainda, para Benhamou (2016), levando-se em conta o caráter coletivo e identitário do Patrimônio Cultural, e para que seja garantida sua transmissão para as próximas gerações, sua subvenção pelo Estado é justificada.

No Brasil, o Patrimônio Cultural foi definido na Constituição de 1988, como aqueles bens de natureza material e imaterial que, de forma individual ou em conjunto, constituem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Neste sentido, a Carta estabeleceu, obrigações aos entes federativos relativamente à preservação do patrimônio cultural e imputou deveres de manutenção, conservação e restauração dos bens materiais tombados, aos proprietários e à sociedade em geral (RABELLO, 2015).

Segundo Guedes e Maio (2016), a expressão bem cultural, tende a ser correlacionada ao patrimônio cultural. Conquanto, somente os bens culturais elencados para preservação, ou seja, protegidos por instrumentos legais nas esferas municipal, estadual, nacional, mundial ou nestas combinadas, se definem como bens patrimônios culturais. Os bens culturais materiais constituem-se em obras de arte, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais e edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico ou científico. Os bens culturais imateriais dizem respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e em lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (IPHAN, 2015).

Quanto às atribuições federais relativas à conservação dos bens culturais, Suchodolski e Gorgulho (2016) relatam que, entre 1997 e 2015, foram destinados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mais de R\$ 450 milhões para a restauração de edificações, centros e conjuntos históricos tombados em todo o Brasil. Por sua vez, Cardoso *et al.* (2011) referem que, após mais de uma década atuando na restauração de bens

culturais a partir de propósitos unicamente preservacionistas, o BNDES passou a oferecer estímulo financeiro à economia da cultura como estratégia de consolidação dos processos de revitalização do patrimônio cultural.

Com relação ao acervo de bens tombados em nível federal, de acordo com a lista de bens tombados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se contabilizam cerca de 1.245 bens, sendo 87 deles conjuntos urbanos (IPHAN, 2022). Segundo Iphan (2022), isto implica aproximadamente 80 mil edificações em áreas tombadas e 531 mil imóveis em áreas de entorno. Ademais, na conservação desse acervo, são realizados investimentos de recursos diretos e indiretos, através de parcerias com municípios e estados.

Até o final do século passado tinha-se como boas políticas de Preservação do Patrimônio Cultural aquelas capazes de estimular aos indivíduos a percepção da história e da memória local, o sentimento de pertencimento e o incremento da qualidade de vida e da paisagem urbana. No entanto, considerando-se o grande número de bens tombados em nível federal e os investimentos financeiros necessários para sua conservação; a partir de 1999, com a implementação do Programa Monumenta, além dos referidos aspectos simbólicos as políticas de Preservação do Patrimônio Cultural passaram a enfatizar questões vinculadas a sua sustentabilidade. Com relação ao Monumenta, Giannecchini (2021) aponta que o programa preconizava que cada projeto deveria funcionar como gerador de recursos, assegurando a autossustentabilidade da conservação dos bens tombados ao longo do tempo, de formas que esses não mais necessitassem de recursos federais para sua manutenção e que aumentasse o grau de valorização do Patrimônio Cultural nas comunidades locais.

A partir desta mesma época, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), grande investidor na conservação dos bens culturais tombados em nível federal, sinaliza que seu objetivo passa a ser a potencialização do usufruto dos bens restaurados a partir da ativação da Economia Criativa local, permitindo que o patrimônio cultural atue como um propulsor do desenvolvimento. Suchodolski e Gorgulho (2016) corroboram esse postulado quando reforçam que:

A combinação da preservação do patrimônio edificado com a promoção do uso desse patrimônio para incorporação de atividades da economia da cultura é algo cada vez mais valorizado e almejado nos projetos apoiados pela instituição. O BNDES acredita ser esse o caminho mais consistente para a perpetuidade dos monumentos históricos, pois alia o desenvolvimento socioeconômico à conscientização patrimonial das comunidades e ao uso dos espaços em prol de sua própria sustentabilidade (SUCHODOLSKI; GORGULHO, 2016, p. 181).

Considerando-se o fato de que, os investimentos federais para conservação de bens culturais são destinados, majoritariamente, àqueles tombados em nível nacional, estados e municípios vêm buscando alternativas para sua atuação em territórios e distritos, articulando Economia Cultural e Criativa e Preservação do Patrimônio Cultural. No que tange à superação desses desafios, Emmendoerfer (2018) aponta a cultura e a criatividade como recursos estratégicos e sugere a implementação de políticas públicas que conciliem proteção do Patrimônio Cultural com demandas de fruição e consumo, referenciadas nas dinâmicas das economias Cultural e Criativa.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa aborda um projeto existente na cidade de Porto Alegre intitulado Distrito Criativo, que surge a partir da iniciativa privada, se vale da vocação cultural e das características arquitetônicas de uma região da cidade e constrói um polo voltado à Economia Cultural e Criativa. Assim, a pergunta que se pretende responder é: *Em que medida o Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre contribui economicamente para preservação do Patrimônio Cultural da região onde o mesmo se localiza?* Considerando-se o Patrimônio Cultural como um estoque e a Economia Criativa como a geração de fluxo, parte-se da hipótese de que o estímulo à Economia Cultural e Criativa se constitui em uma estratégia economicamente eficaz para preservação do Patrimônio Cultural edificado, uma vez que, a utilização destes imóveis pressupõe-se injeção de recursos. Neste sentido e, de acordo com Benhamou (2016), os negócios criativos viabilizariam a amortização dos custos em conservação, manutenção e reabilitação, inerentes aos bens culturais imóveis. Salienta-se que, em que pese autores como Benhamou (2016) tragam vasta contribuição teórica para a área da Economia do Patrimônio Cultural, essa pesquisa se justifica, pela existência ainda reduzida de estudos que relacionam Economia Cultural e Criativa e Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil.

Assim, o objetivo geral é analisar a contribuição econômica dos empreendimentos culturais e criativos participantes do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre (DC) para a preservação do Patrimônio Cultural do território onde aquele se localiza. Ou seja, uma região da cidade que se constituiu em importante distrito industrial e centro econômico e desde meados do século passado encontrava-se em processo de desestruturação urbana e decadência econômica, denominada de 4º Distrito. Os objetivos específicos passam por classificar as tipologias apresentadas pelas edificações ocupadas por negócios criativos, a partir de sua contribuição para a qualificação do território. Além de, quantificar o número de participantes do DC que ocupam edificações relevantes e analisar: setores produtivos a que pertencem, tempo de funcionamento, organização territorial, investimentos financeiros realizados nas

edificações, custo de locação, custo do metro quadrado no bairro Floresta e as percepções dos empreendedores quanto à contribuição do Patrimônio Cultural para seus negócios.

Neste sentido, empreende-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa, na qual inicialmente se realiza a revisão dos arcabouços teóricos dos campos mobilizados e se executa uma classificação das edificações ocupadas pelos negócios participantes do DC. Para essa classificação, se revisa a legislação de proteção do Patrimônio Cultural de Porto Alegre, os conceitos desenvolvidos pelos órgãos de preservação Municipal e Estadual, bem como, o sistema de valores proposto por Neutzling (2018). Após, para quantificação dos participantes do DC que ocupam edificações relevantes e sua análise, se elabora um quadro de caracterização dos empreendimentos e edificações, com base nos dados de Printsch (2021) e Distrito Criativo Empreendedores (2013).

Na sequência, são avaliadas as contribuições econômicas diretas e indiretas do DC para o Patrimônio Cultural do território<sup>1</sup>. Para tanto, foram aplicados dois questionários, um aos participantes do DC e outro ao Coordenador do projeto, bem como, analisados dados disponibilizados pelo setor de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (ITBI) da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre. Para o levantamento das contribuições diretas, se quantificam os recursos injetados pelos participantes do DC nas edificações ocupadas e classificadas como Patrimônio Cultural. As contribuições indiretas, são aferidas através da análise de possíveis impactos e externalidades do DC para o Patrimônio Cultural Edificado. Na análise dos impactos, se revisa a Lei Complementar Nº 785 de 2015 e afere-se a criação de valor para imóveis de propriedade de participantes do projeto e classificados como Patrimônio Cultural. As externalidades do DC para o Patrimônio Cultural Edificado, são analisadas através da aferição da criação de valor dos negócios criativos para os imóveis classificados como Patrimônio Cultural e locados por participantes. Ainda, procede-se a três verificações de externalidades: do DC para o território, das edificações classificadas como Patrimônio Cultural para os negócios criativos que as ocupam e do Patrimônio Cultural Edificado do território para os negócios criativos. A primeira verificação, se realiza através da análise da criação de valor para o metro quadrado construído no Bairro Floresta, com base nos preços de venda dos imóveis transacionados na cidade de Porto Alegre, entre os anos de 2014 e 2018. A segunda e terceira são aferidas através das perguntas qualitativas constantes no questionário aplicado.

---

<sup>1</sup> Para avaliação das contribuições econômicas diretas e indiretas do DC para o Patrimônio Cultural se utilizam alguns indicadores, não sendo efetuado um tratamento exaustivo.

Logo, a presente pesquisa desenvolve-se em cinco seções, além desta introdução: Revisão da Literatura, O Distrito Criativo de Porto Alegre, Economia Criativa e Preservação do Patrimônio Cultural Edificado, Avaliando Impactos Econômicos e Externalidades do Distrito Criativo e Considerações Finais.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta revisão, são abordados os arcabouços teóricos dos campos mobilizados pela pesquisa, quais sejam: Economia Criativa, Economia do Patrimônio Cultural, Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural e formas de aglomerações territoriais dos atores criativos. As discussões do campo da Economia do Patrimônio Cultural jogam luz à contribuição deste para a qualificação da paisagem do Distrito Criativo e dos negócios participantes, bem como, às externalidades geradas. Em relação à ocupação do território, a revisão ocorre para a análise da organização e distribuição dos empreendimentos criativos, na área abrangida pelo projeto.

### 2.1 ECONOMIA CRIATIVA E ECONOMIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Este trabalho adota como definição de cultura a perspectiva levantada por Valiati e Cauzzi (2016), segundo os quais seu conceito estrutura-se no âmbito da criação coletiva de símbolos, valores, ideias, práticas e comportamentos sociais. Baseia-se também em Monteiro, Ribeiro e Tannur (2019), quando colocam que a importância da Cultura, como direito fundamental vincula-se ao papel determinante que a mesma desempenha na construção da identidade e na percepção da subjetividade humana; bem como, por sua transversalidade nos diferentes campos da vida social. E considera relevante a abordagem de Reis (2008), quando a mesma contrapõe, que a cultura se constitui hoje em uma economia estratégica e o acesso a esta representa uma ligação direta a um novo ciclo de desenvolvimento.

Sobre o conceito de Economia Criativa, Reis (2008) enfatiza que a mesma traz em seu bojo a cultura e os aspectos singulares e intangíveis da produção; utiliza novas tecnologias como elemento impulsionador para a produção, distribuição e o acesso a bens e serviços; tem como modelo organizacional as parcerias entre agentes e as redes de mercados e busca em sua essência alcançar sustentabilidade, melhoria do bem-estar e inclusão socioeconômica. A autora apresenta ademais, quatro formas de abordagens ao conceito:

- a) focada na definição de um conjunto de setores econômicos, considerando suas potencialidades de impacto econômico;
- b) centrada no impacto de seus bens e serviços sobre outros setores da economia;
- c) aplicada às cidades e espaços criativos;
- d) adotada como estratégia de desenvolvimento.

Numa perspectiva histórica, Reis (2008) aponta o conceito de Economia Criativa como originário do termo Indústrias Criativas, surgido, em 1994 na Austrália, a partir de um projeto intitulado Nação Criativa (Creative Nation). Este consistiu em uma política pública de estímulo à área cultural e que destacava seu potencial econômico, afirmando que a política cultural era também uma política econômica e considerava as tecnologias como aliadas da mesma. Na mesma direção, de acordo com a autora, em 1997, o Reino Unido instituiu uma força tarefa multissetorial para analisar as contas nacionais, as tendências de mercado e as vantagens competitivas nacionais. Esta, por sua vez, apontou o potencial das indústrias criativas, representadas pelos setores de propaganda; arquitetura; mercados de arte e antiguidades; artesanato; design; moda; filme e vídeo; software de lazer; música; artes do espetáculo; edição; serviços de computação e software, rádio e TV e as definiu como “Indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual” (REIS, 2008, p. 17).

Calculado nas estatísticas agregadas divulgadas pelo Reino Unido relativamente ao impacto econômico das Indústrias Criativas, tais como sua contribuição para o PIB, taxa de emprego e taxa de crescimento da economia, o conceito britânico passou a ser adotado por diversos países. Contudo, há que se ressaltar as limitações implicadas nessa prática, uma vez que, além das estatísticas agregadas não explicitarem nuances setoriais, as metodologias, fontes e bases históricas adotadas em diferentes contextos nacionais, são geradoras de dados muitas vezes não comparáveis. Na sequência, a partir de 2001, com a ênfase da Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados à Economia Criativa, essa despontou como programa de promoção do desenvolvimento econômico e social (REIS, 2008).

Segundo Milan (2022), pela ótica da produção os setores culturais e criativos constituem-se em importantes áreas de atividade econômica uma vez que suas atividades fornecem e recebem fluxos reais e monetários de outros setores, acumulam estoques tangíveis e intangíveis e proporcionam emprego e renda. De acordo com Poli (2016), ainda que persistam dificuldades em mensurar valores econômicos em contraposição a valores estéticos e formais para atividades e criações artísticas, a concepção de políticas culturais focadas na economia criativa, vem propiciando visualizar estas atividades como fator de produção de valor e bem-estar social.

Vieira e Milan (2022) apontam que, segundo a classificação dos círculos concêntricos da UNCTAD, uma entre várias outras, as indústrias criativas dividem-se em quatro grupos: o Patrimônio Cultural, subdividido em Expressões Culturais Tradicionais e Sítios Culturais; o

círculo da Arte, composto de Artes Visuais e Artes Cênicas; o círculo Mídia, dividido em Publicação e Mídia Impressa e o círculo das Criações Funcionais, abrangendo Design, Novas Mídias e Serviços Criativos. Especificamente com relação ao Patrimônio Cultural, de acordo com Cassiolato, Matos e Lastres (2008), o mesmo possui papel econômico de destaque nas dinâmicas econômicas culturais e criativas, uma vez que em torno deste movimentam-se uma considerável gama de atividades focadas em sua preservação, utilização sustentável e no turismo cultural.

Neste contexto, se se busca enfatizar a participação do segmento do Patrimônio Cultural no Produto Interno Bruto- PIB, é possível obtê-la através do cálculo do valor monetário da produção dos serviços e produtos patrimoniais, em um determinado período de tempo, os quais são definidos por Araujo Junior (2012) como incluindo: exposições e apresentações, serviços auxiliares de transporte, turismo cultural e lazer; produtos derivados, como livros de arte, guias e objetos de lembrança; pesquisas; inventários; conservação; restauração; informação e difusão. Relativamente ao volume total de empregos gerados direta e indiretamente ao longo da cadeia de produção do Patrimônio Cultural no Brasil, de acordo com o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil- FIRJAN (2019), o segmento situa-se no campo da Cultura, que se apresenta como a menor área de toda a Indústria Criativa em termos de trabalhadores formais e ocupa o segundo lugar na mesma. Em termos internacionais, Benhamou (2016) apresenta dados de empregos gerados pelo Patrimônio Cultural na França, em 2009, como segue: empregos diretos públicos e privados - 33 mil; empregos indiretos - 280 mil; total de empregos gerados - 313 mil. Nos Estados Unidos, a autora destaca um estudo do National Park Service, organismo responsável pela administração de inventários, subvenções e subsídios fiscais para o Patrimônio Cultural; que aferiu a geração de 247 mil empregos pelo mesmo, naquele ano. Em que pese a autora não apresente dados relativos a empregos gerados em outros segmentos culturais, o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, da FIRJAN, o faz. Assim, no Brasil, segundo FIRJAN (2019), o número de empregos diretos no segmento do Patrimônio e Arte, em 2015, era de 16 mil. Enquanto isso, P&D apresentava 167,5 mil empregos, Publicidade & Marketing 137,8 mil, TIC 121 mil, Arquitetura 113,5 mil, Design 81,9 mil, Editorial 58.281, Moda 49 mil, Audiovisual 46 mil, Biotecnologia 28 mil, Expressões Culturais 26,8 mil, Música 12 mil e Artes Cênicas 11,7 mil.

No que se refere aos impactos econômicos advindos das atividades relacionadas ao Patrimônio Cultural, Benhamou (2016) apresenta dados quanto ao volume de negócios diretos e indiretos, gerados pelo Patrimônio Cultural, na França e nos Estados Unidos, em 2009, como segue: França- € 21,7 bilhões, para um PIB de €1,93 trilhão e Estados Unidos \$11,9

bilhões para um PIB de \$14,48 trilhões. A mesma autora aborda o caso emblemático do Museu Guggenheim Bilbao apresentando evidências de que, até 1997 quando o museu foi aberto, a região espanhola da cidade de Bilbao, padecia com os efeitos da desindustrialização, elevados índices de poluição, atentados perpetrados por grupos separatistas bascos e taxa de desemprego de 25%. O museu, construído com recursos locais e regionais, possuía o objetivo de revitalizar a área e canalizar fluxos de visitantes. E, em 10 anos, superou as previsões do número de visitantes e impactos econômicos como segue: número de visitantes em 1997 - 259.234, em 2006 - 1.008.774; impactos de contribuição ao PIB em 2009 - € 185,6 milhões. Benhamou (2016) aponta ainda, o Patrimônio Cultural como gerador de externalidades positivas, ou seja, de benefícios públicos ou privados obtidos sem remuneração cabível, tais como: criação de valor para os imóveis localizados em seu entorno, satisfação pela melhoria da paisagem urbana, reforço do prestígio regional ou nacional, entre outras.

No que tange à implementação de políticas públicas na área da economia da cultura e das indústrias criativas, de acordo com Valiati e Cauzzi (2016), as mesmas representam um meio para alcançar o desenvolvimento humano e a inclusão social no contexto econômico atual. Nesse sentido, da mesma forma que Milan (2022), Poli (2016) coloca que os negócios e empreendimentos criativos se estabelecem nas relações de produção, difusão, circulação e fruição. No entanto, a autora levanta que as políticas públicas para as indústrias culturais e criativas devem atentar para a existência de assimetrias entre os atores criativos organizados a partir de subsídios públicos e aqueles que seguem a lógica do mercado global de grande escala.

Ainda, com relação à subvenção da cultura pelo Estado, segundo Benhamou (2007), esta pode contribuir para a democratização do acesso, redução de desigualdades sociais e produzir efeitos multiplicadores sobre as atividades econômicas em geral, potencializando o crescimento econômico e o desenvolvimento social. A autora pondera que o mercado tende a ignorar esses efeitos externos positivos que os bens e serviços culturais geram sobre os indivíduos e a economia. Portanto, muitas vezes, além de sua produção não ser devidamente remunerada, a mesma é mantida quantitativamente aquém do nível ideal. Daí a importância da atuação do Estado no sentido de contribuir para o financiamento da produção nas diversas áreas abrangidas pela cultura.

Do ponto de vista da teoria econômica, Benhamou (2007) considera que o Patrimônio Cultural é constituído por bens únicos, não reprodutíveis, semipúblicos e geradores de externalidades positivas como prestígio nacional, interesses turísticos e, valores e identidades coletivos. Ao tratar dos custos induzidos pela proteção aos bens culturais, a autora levanta

aspectos relativos à sua diversidade no que tange à relevância, dimensões e propriedade e pondera sobre a grande quantidade de bens protegidos pelo estado Francês. Neste sentido, entende como justificada a subvenção pelo Estado dos custos gerados pela manutenção dos mesmos, dada sua característica coletiva e a incapacidade do setor em gerar ganhos de produtividade.

## 2.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Benhamou (2007) identifica que, na França, o cuidado com a proteção aos monumentos históricos surgiu em 1798, devido aos atentados às obras de arte, castelos e catedrais ocorridos durante a Revolução Francesa. Quanto aos Estados Unidos, a autora argumenta que, em que pese se identifiquem ações preservacionistas por parte de associações desde 1858, somente em 1936 e em 1966 o Governo Federal adotou medidas de proteção às edificações históricas. Em relação ao Brasil, ao abordar os antecedentes ao Decreto-Lei Nº 25 de 1937, o qual instituiu a Política Pública de Preservação do Patrimônio Cultural, Telles (2009) ressalta a atuação de instituições e associações como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, o Museu Histórico Nacional e a Sociedade Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil, bem como, contribuições de ante projetos e projetos de deputados como Luis Cedro (1923), Jair Lins (1924), José Wanderley de Araújo Pinho (1930) e Mário de Andrade (1936).

Assim, o Decreto-Lei Nº 25 de 1937, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição brasileira de preservação do Patrimônio Cultural, que passou a ser designado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir de 1970. O decreto estabeleceu o instrumento jurídico do tombamento como forma de regulamentar a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico brasileiro, definido à época como o conjunto de bens materiais móveis e imóveis de excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, ou vinculados a fatos históricos memoráveis (BRASIL, 1937; RABELLO, 2015). De acordo com Fonseca (2003), a escolha dos bens relevantes a serem preservados pelo SPHAN era determinada pela autoridade de intelectuais modernistas que coordenavam a instituição, a qual centrou-se na identificação e proteção, através do tombamento isolado, de grandes monumentos testemunhos da história oficial e exemplares da arquitetura colonial em referência à herança luso brasileira, restringindo assim, a preservação do patrimônio histórico brasileiro e perpetuação da memória coletiva, às expressões culturais das elites nacionais.

Em meados da década de 1970, os critérios estabelecidos para preservação de bens culturais começam a ser reavaliados pelo então IPHAN. Foi trazida à pauta, a perspectiva de incluir as manifestações culturais da sociedade brasileira de forma mais ampla e diversa, como os legados das culturas indígena, afro-brasileira, popular e dos vários fluxos de imigrantes. A percepção de que a sociedade brasileira vivia em contínuo processo de contato entre culturas diversas promoveu uma mudança na ação preservacionista, de eminentemente técnica para aquela imbuída do debate social e político. Assim, em 1975, durante o regime militar, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que buscava identificar, recuperar e proteger as raízes autênticas da identidade nacional e tinha como objetivo elaborar um sistema referencial para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira (FONSECA, 2003).

Um marco para a política de preservação do Patrimônio Cultural do país foi a Constituição Federal Brasileira de 1988. Ela ampliou o conceito de patrimônio, as responsabilidades por sua preservação e seus instrumentos de efetivação. Assim, o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico foi substituído por Patrimônio Cultural, entendido como os bens de natureza material e imaterial, referenciados em ações, na memória ou na identidade dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. Foram também definidas as competências dos Estados e Municípios em relação à preservação do Patrimônio Cultural, instituído o inventário como instrumento de preservação e estabelecida a obrigação legal de preservar a ambiência dos bens tombados, passando-se a proteger não só os bens isolados (CUREAU, 2017).

Neste cenário, a partir da necessidade de objetar à proteção daqueles patrimônios até então não reconhecidos e de demonstrar seu valor, Neutzling (2018) aponta que os trabalhos de inventário do Patrimônio Cultural, que vinham sendo realizados pelo IPHAN desde 1930, passaram a ser sistemáticos e ressalta o caráter seletivo destes, uma vez que a definição dos bens passíveis de proteção dá-se a partir de critérios e objetivos específicos, bem como, restritos a recortes sociais e territoriais. Já no que diz respeito ao entorno de um bem tombado, Motta (2010) o classifica como um instrumento legal, determinado a partir do traçado de uma área de projeção na vizinhança do bem, voltado para preservação da ambiência e historicidade dos contextos que envolvem o mesmo. Tais entornos se configuram, geralmente, em parâmetros urbanísticos definidos pelos órgãos de proteção patrimonial visando compatibilizar as transformações da morfologia urbana à preservação do Patrimônio Cultural tombado tais como: delimitação de altura, índice construtivo, taxa de ocupação do solo, afastamentos, cromática e materiais de construção.

Porta (2012), ao analisar as diretrizes, as linhas de ação e os resultados da política de preservação do patrimônio cultural do Brasil entre os anos 2000 e 2010, sustenta ainda, que a efetiva democratização prevista na constituição de 1988, se deu no ano 2000, a partir do Decreto Nº 3551, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e disponibilizou recursos para a salvaguarda, apoio e fomento aos mesmos. Ademais, relativamente à consolidação da política de preservação do Patrimônio Cultural Material, o IPHAN publicou, em 19 de setembro de 2018, a Portaria Nº 375, que baliza as ações e processos concernentes à identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial, do mesmo (IPHAN, 2018). Contudo, no que tange à preservação de áreas ricas em patrimônio Cultural de grande extensão, como centros históricos e corredores culturais, Sant'Anna (2017) enfatiza que, procedimentos que visam apresentá-los como produto para consumo visual e turístico, são recorrentes desde os anos 1960. Considerando a interferência destes na estrutura urbana, seu tombamento ultrapassa aspectos estéticos e culturais para adentrar ao plano econômico e social. Oliveira (2015), coloca a necessidade de se avançar da estrutura política e jurídica do tombamento como mecanismo de proteção de áreas urbanas e buscar estratégias calcadas em novas práticas sociais e técnicas.<sup>2</sup>

Na perspectiva internacional, a Carta de Atenas, publicada em 1931 pela Sociedade das Nações, postulava que cada Estado desenvolvesse seu inventário nas categorias de identificação, proteção e científica. A Carta de Veneza do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a Declaração de Amsterdã do Conselho da Europa, recomendavam, desde 1964, a proteção de conjuntos, da ambiência e de áreas de entorno de bens culturais. Com relação ao conceito de ambiência, o mesmo foi definido em 1976, na Declaração de Nairóbi da UNESCO, como o espaço natural ou construído que influi na percepção do Patrimônio Cultural (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1933; ICOMOS, 1964; CONSELHO DA EUROPA, 1975; UNESCO, 1976). A partir da Declaração de Xi'an do ICOMOS, em 2005, passou-se a considerar valores patrimoniais de um bem cultural e de seu entorno, não apenas os aspectos morfológicos, paisagísticos, estéticos, e históricos, mas também as práticas sociais, o patrimônio cultural imaterial e seu contexto de natureza cultural, social e econômica. Desde 2011, a UNESCO recomenda a criação de instrumentos para além do tombamento, que se adéquem à preservação e à gestão de áreas urbanas-patrimônio (ICOMOS, 2005; UNESCO, 2011).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> As colocações de Oliveira (2015) destacam-se enquanto motivação da presente pesquisa.

<sup>3</sup> As recomendações da UNESCO (2011), ressaltam-se uma vez que alavancaram esta pesquisa.

Do ponto de vista das políticas culturais, Throsby (2010) aponta a relevância do envolvimento financeiro do setor público com as artes e a cultura, em nível nacional. Poli (2016) corrobora esta colocação, quando sustenta que o fomento faz parte da essência das políticas culturais brasileiras. Neste sentido, ao analisar-se o segmento econômico do Patrimônio Cultural no Brasil, é possível constatar que suas atividades se encontram fortemente vinculadas a políticas e investimentos públicos, tanto diretos como indiretos, nas três esferas da administração.

Em nível federal, em termos de mecanismos de fomento diretos para preservação do Patrimônio Cultural, nas últimas décadas, podem ser identificados as políticas Monumenta e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas. Quanto aos indiretos a Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet.

O Monumenta foi um programa estratégico do Ministério da Cultura (MinC) implementado ao longo de doze anos (1999-2010), que contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e implementação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para tanto, estruturou-se uma Unidade Central de Gerenciamento operada por consultores externos e contratados temporários, paralelamente à estrutura do IPHAN. Celebrado em 4 de dezembro de 1999, o contrato previu investimentos de U\$ 125 milhões pelo BID, contrapartida de 30% pelo governo federal e 20% pelos governos municipais. Os municípios participantes deveriam apresentar sítio tombado em nível federal ou conjunto incluído na lista de prioridades do IPHAN, comprovação de recursos municipais para contrapartida, projetos com custo inferior a R\$ 1 milhão (ou R\$ 8 milhões para investimentos integrados), participação da iniciativa privada nos projetos e da comunidade no planejamento dos mesmos. Finalmente, a constituição de um fundo municipal de preservação, com capacidade de retorno de 12% em relação aos investimentos aportados, a serem utilizados para a conservação do sítio em longo prazo (GIANNECCHINI, 2021).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contou com a iniciativa do Governo Federal e a coordenação do Ministério do Planejamento. Tendo início em 2007, visava promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. Em 2013, o ministério autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos tombados em nível Federal e protegidos pelo IPHAN, dando origem ao PAC Cidades Históricas. Os objetivos do PAC consistiam em:

1) Requalificar o Patrimônio Cultural Brasileiro 2) Tornar o patrimônio cultural eixo indutor e estruturante na geração de renda, de novos empregos, de agregação social e afirmação identitária das cidades protegidas, utilizando-se de seu potencial econômico e simbólico 3) Contribuir para o ordenamento e o planejamento urbano das cidades brasileiras sob proteção federal (IPHAN, 2014).

Segundo Iphan (2014), o PAC disponibilizou R\$ 1,9 bilhão, para um total de 425 ações selecionadas relativas a obras de restauração, situadas em 44 cidades, de 20 estados brasileiros. Deste valor, cerca de R\$ 1,6 bilhão foi destinado para contratação de obras em edificações e espaços de uso público, tombados pelo IPHAN, e R\$ 300 milhões para financiamento de obras em imóveis privados, situados em cidades tombadas com perímetro de tombamento delimitado por portaria do Iphan.

Em relação aos investimentos indiretos, ou seja, por meio de mecanismos de incentivos fiscais (mecenato), destaca-se, em âmbito Federal, a Lei Rouanet, que beneficia diversos segmentos artísticos e culturais entre os quais o patrimônio cultural. Ela tem como objetivo o fomento à atividade cultural e instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Cultura (Pronac) para captação e canalização de recursos para o setor. Conforme a legislação, o incentivo a projetos culturais baseia-se na renúncia fiscal, permitindo que pessoas físicas e jurídicas aloquem uma parcela dos recursos que seriam destinados ao pagamento do Imposto de Renda, a título de doações ou patrocínios, para o setor cultural. Desta forma, até 4% do imposto devido por empresas tributadas com base no lucro real pode ser aplicado em projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, bem como, parte do imposto de renda devido por contribuintes pessoas físicas. Benefícios a artistas e produtores culturais, através de patrocínios, podem advir tanto da Lei Rouanet, como de legislações de incentivo à cultura Estaduais e Municipais existentes nas várias regiões do país, que se estruturam a partir de renúncias fiscais e incentivos de diversas naturezas (MTUR PRONAC, [20--]).

Como forma de centralizar informações sobre a renúncia fiscal do governo a projetos vinculados à cultura, foi criado o Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC). Este consiste em uma Base de dados unificada e através de sua plataforma (SALICnet) é possível obter-se informações sobre projetos que recebem apoio financeiro público e de renúncia fiscal, bem como estatísticas temporais que viabilizam construir análises setoriais de segmentos culturais, desde 1992. Assim, a SALICnet possibilita saber, por exemplo, que no período de 1992 a 2022, foram apresentados no Rio Grande do Sul 732 projetos de captação na área do Patrimônio Cultural perfazendo um total de R\$ 1,1 bilhão solicitados. E, em contrapartida, o Rio de Janeiro apresentou 1.264 projetos na mesma área, num total de R\$ 3,8

bilhões. São Paulo teve 1.496 projetos e R\$ 4,7 bilhões, no mesmo período, entre outras muitas informações relevantes (MTUR SALIC, [20--]).

Com relação ao fomento, faz-se necessário abordar da mesma forma, os chamados Fundos Patrimoniais ou “endowments”, apontados como estratégia de sustentabilidade a instituições Educacionais e Culturais e que são mais comumente utilizados na Europa e nos Estados Unidos. Os Fundos Patrimoniais centralizam recursos e geram suporte financeiro vitalício capaz de garantir a existência e a viabilidade financeira de instituições ou entidade de interesse coletivo e consistem em uma porção do patrimônio de organização separada de seu capital operacional para fins de manutenção perpétua, de forma a preservar seu poder aquisitivo ou expandi-lo (SOTTO-MAIOR, 2012). Como colocado, estes se constituem em estratégias adequadas à sustentabilidade de equipamentos culturais como Museus, Bibliotecas, Arquivos, Centros Culturais, etc. e, como refere Sotto-Maior (2012), ainda que sinalizando um futuro promissor para os “endowments”, haja vista a fragilidade das políticas públicas na área cultural, estes se apresentam incipientes no Brasil.

### 2.3 ECONOMIA CRIATIVA E TERRITÓRIO

No intuito de compreender os processos e as dinâmicas da Economia Criativa, importa igualmente analisar a organização dos agentes culturais e criativos sob a ótica de suas formas de aglomeração no território. Neste sentido, Viera e Milan (2022), colocam que as cidades são ambientes mobilizadores da criatividade e propiciam infraestrutura para concentração de artistas, empresários e grandes pensadores, contribuindo assim, para atração de pessoas criativas. Da mesma maneira, segundo Viera e Milan (2022) os espaços criativos apresentam alta concentração de indivíduos criativos, melhores resultados econômicos relativos à inovação e ao crescimento da indústria de alta tecnologia e dinamismo regional; e prosperam independentemente de razões econômicas e incentivos fiscais, mas na medida em que pessoas criativas desejam viver nos mesmos.

Nessa senda, tem-se o conceito de Cidade Criativa, definida pela Unctad em seu relatório sobre a Economia Criativa de 2010, como:

Um complexo urbano onde atividades culturais de vários tipos são componentes integrais de seu funcionamento econômico e social. Tais cidades tendem a ser construídas sobre forte infraestrutura social e cultural, ter concentrações relativamente altas de emprego criativo e ser atraentes para o investimento (UNCTAD, 2010, p. 12, tradução nossa).

No mesmo relatório, é ressaltada a capacidade das artes e da cultura de promoverem a habitabilidade urbana, a coesão social e a identidade cultural, e são colocadas diversas maneiras de utilização do potencial criativo por estas cidades, quais sejam: geração de experiências culturais a partir do patrimônio cultural ou de atividades nas artes performativas e visuais; produção de festivais de música; potencialização da indústria criativa local para promoção de emprego e renda (UNCTAD, 2010).

Com relação à anatomia das Cidades Criativas, Vieira e Milan (2022) colocam que, quanto aos ambientes de inovação, as mesmas configuram-se em três camadas, quais sejam: plano superior, onde se encontram as instituições formais, ou seja, empresas criativas e culturais ou instituições, que conduzem as ideias criativas para o mercado; plano subterrâneo, constituído pelos indivíduos criativos e que encontra, na proximidade e na interação, condições para sua expansão e viabilidade, e plano intermediário, que precede a inovação e possui papel fundamental na concepção das plataformas de conhecimento, transmissão do conhecimento e aprendizagem.

Ashton (2018), define cidades criativas como aquelas que buscam promover o desenvolvimento de sua economia, através do apoio a iniciativas inovadoras, tendo como base atividades artísticas e culturais. Elas procuram solucionar demandas da sua gestão pública, como a preservação do patrimônio cultural, através de alternativas inovadoras. Nesse mesmo contexto, a Unctad (2010) explicita quatro maneiras de utilização do termo Cidade Criativa:

- a) como infraestrutura artística e cultural, ou seja, uma cidade que apresenta estratégias e planos focados no fortalecimento do tecido artístico e cultural;
- b) como economia criativa, cidade que possui foco no fomento das indústrias criativas ou da economia criativa;
- c) como sinônimo de uma classe criativa forte, aquela cidade que foca seus esforços na atração, manutenção ou desenvolvimento das classes criativas;
- d) como um lugar que fomenta a cultura da criatividade.

Sendo assim, a cidade que se apresenta como um sistema integrado de setores público, privado e comunitário, tendo a criatividade como centro. Ou seja, um lugar criativo de forma abrangente com administração e gestão urbana criativa, burocracia criativa, indivíduos criativos, organizações, escolas, universidades e etc. criativos (UNCTAD, 2010).

Do ponto de vista de Reis (2009) a Cidade Criativa é descrita da seguinte forma:

Bebendo nas fontes da economia criativa e do legado de estudos sobre o território urbano, cidade criativa é aqui entendida como uma cidade capaz de transformar continuamente sua estrutura socioeconômica, com base na criatividade de seus habitantes e em uma aliança entre suas singularidades culturais e suas vocações econômicas. É nessa convergência de objetivos entre agentes e setores que se desenha uma estratégia comum, contínua, voltada a resultados sociais, culturais e econômicos (REIS, 2009, p. 239).

Registre-se, além do exposto, a criação pela UNESCO em 2004 da Rede de Cidades Criativas, tendo como objetivo principal a promoção de *clusters* culturais ao redor do mundo, que possibilitem intercâmbio de conhecimento, experiências e boas práticas, afim de promover o desenvolvimento econômico e social local a partir das indústrias criativas. A Rede de Cidades Criativas da UNESCO se articula em sete redes temáticas abrangendo áreas nas quais as cidades candidatas devem apresentar maior potencial: literatura, cinema, música, arte popular, design, tecnologia da informação/artes de mídia ou gastronomia. Esta rede atua de forma colaborativa, auxiliando os participantes no levantamento de seus pontos fortes, bem como, nas necessidades de suas indústrias culturais e está aberta a todas cidades interessadas que atendam aos requisitos estabelecidos (UNCTAD, 2010).

Quanto aos *Clusters* Criativos, Poli (2016) os define como polos de atividades específicas que incluem prestadores de serviços e empresas correlatas em estreita proximidade. Os mesmos são apontados por Vieira e Milan (2022), como uma aglomeração espacial de empresas de uma determinada área, as quais buscam obter vantagens competitivas por meio da proximidade geográfica e, muitas vezes, em conjunto com instituições e o governo se interconectam, propiciando cooperação e competição entre variados atores, em diferentes dimensões. Ainda, para Vieira e Milan (2022), os *Clusters* são locais que abarcam trabalho e moradia, produção e consumo de produtos criativos e tornam-se férteis em ambientes urbanos que apresentam características próprias, bem como, diversidade cultural e conexões externas. A Unctad (2010) lista uma série de benefícios obtidos pelo agrupamento de empresas criativas tais como: economia em interligações espaciais, obtenção de vantagens pela concentração espacial dos mercados de trabalho, exploração do amplo fluxo de informações e do potencial inovador produzido pela reunião de produtores especializados e complementares, entre outros.

Tomando-se novamente como referência o relatório da Economia Criativa da Unctad (2010), o mesmo coloca que a proximidade de empresas criativas, no contexto urbano, possibilita interações econômicas, sociais e culturais que produzem transbordamentos

positivos e propiciam a criação de *Clusters* Criativos essenciais para o crescimento da produção criativa e sobrevivência das mesmas. Reis (2020) interpõe ainda que, segundo a lógica da clusterização, as sinergias geradas pela aglomeração são frutos da complementariedade entre processos produtivos, produtos e serviços, inovação tecnológica, incremento das redes de distribuição e aumento do fluxo de pessoas e bens. Além do exposto, segundo Vieira e Milan (2022), um Cluster Criativo pressupõe localização espacial compartilhada e comumente se apresenta em quatro tipologias de aglomerações, quais sejam: espaços de trabalho criativos sob um único teto; distritos criativos; *clusters* criativos regionais e *clusters* virtuais online.

Para o presente trabalho interessa aprofundar especificamente o entendimento sobre a tipologia Distritos Criativos. Para tanto, vale abordar a experiência dos Distritos Criativos da capital Argentina, que se deu a partir de um plano estratégico de cultura lançado em 2001, desenvolvido para um horizonte de dez anos e teve como ênfase a dimensão produtiva da economia criativa e o vínculo com o território. A partir da abordagem de Reis (2020), vê-se que este plano estratégico apresentava duas fases. Na primeira, a cidade deveria reconhecer-se e se articular, e na segunda, projetar-se no cenário internacional e seu término, em 2010, coincidiria com a celebração do bicentenário da Revolução de Maio, que estabeleceu o primeiro governo nacional argentino. Em 2007, foi delineada a política dos distritos criativos de Buenos Aires, que, segundo Reis (2020), focou na redinamização econômica e na revitalização de algumas áreas degradadas da cidade, a partir de suas vocações e singularidades, do investimento em infraestrutura urbana e da qualificação dos espaços públicos. Tal dinâmica já havia sido utilizada na revitalização de áreas urbanas afetadas por alterações em sua base econômica a exemplo de Bilbao, @22Barcelona, Granollers, Porto Maravilha e Salvador, como se vê a seguir.

A criação dos distritos criativos de Buenos Aires deu-se, portanto, entre os anos de 2008 e 2014, num contexto conflagrado pela existência de duas posições. Uma que considerava a proposta como reprodução de experiências neoliberais ocorridas internacionalmente. E outra, para a qual, aquela consistia numa iniciativa de promoção do desenvolvimento econômico e urbano da cidade a partir de parcerias público-privada, referenciada em práticas estrangeiras revisadas e reposicionadas localmente. Nesse cenário, foram engendrados quatro distritos Criativos em diferentes áreas da cidade quais sejam:

- a) tecnológico, em Parque Patricios (2008);
- b) das artes, em La Boca (2012);
- c) de design, em Barracas (2013);

d) do esporte, em Villa Soldati (2014).

Com isso, sob a gestão Macri (2007-2015), os distritos criativos foram urdidos a partir da intenção de induzir novos eixos de desenvolvimento na capital (como no caso do design e do tecnológico) ou ainda para sistematizar, integrar e potencializar cadeias baseadas em empreendimentos capilares, organicamente constituídos em áreas que se mostravam vocacionais para determinadas indústrias criativas (a exemplo do audiovisual e, de modo bastante distinto, do das artes). À usual participação do Estado com rearranjos tributários somou-se a de suprir lacunas no mosaico estratégico da dinâmica dos distritos, facilitando o ambiente de negócios e a articulação entre atores (REIS, 2020, p. 186).

Em análise aos quatro distritos criativos portenhos, Reis (2020) levanta a desigualdade existente entre os mesmos, devido a fatores como os diferentes graus de aderência da temática ao território; sobreposições a iniciativas pré existentes; acolhimento das propostas pelos atores das cadeias criativas envolvidas; resistência e ativismo dos residentes locais; assimetrias nos investimentos em infraestrutura e espaços públicos e na concessão de benefícios fiscais e creditícios. Adicionalmente, a autora discorre sobre pontos críticos da experiência envolvendo privilégios ao setor corporativo em parcerias público-privadas, favorecimentos aos especuladores imobiliários, falta de atenção aos processos de gentrificação e aos interesses da população local. Ela sugere uma abordagem centrada na expansão dos benefícios advindos da requalificação daquelas áreas para o conjunto da sociedade, principalmente em se tratando de uma cidade com histórica segregação social.

Reis (2020) conclui, levantando alguns aspectos a serem considerados na implantação de distritos criativos pelas administrações públicas: reconhecimento da diversidade como essência para a inovação; reconhecimento da cultura e da inovação como pilares do desenvolvimento integrado; necessidade de complementação de ações tradicionais de preservação do Patrimônio cultural e de fruição cultural a partir de ações com ênfase na dimensão econômica da cultura; busca de um tripé de políticas cultural, econômica e de desenvolvimento urbano como lógica de apoio; implementação de ações visando à permanência dos segmentos sociais radicados originalmente nas regiões ricas em ativos patrimoniais; atentar para que os incentivos à indústria criativa das regiões contempladas não resultem em canibalização de investimentos em outras áreas.

No contexto brasileiro, Correio e Correio (2021), apontam da mesma forma, que os Distritos Criativos se estabelecem, comumente, em regiões que apresentam processos de degradação urbana e desvalorização econômica e que, pela concentração de negócios e atividades criativas, transformam-se em ambientes atrativos tanto para consumo, como para trabalho e moradia de agentes criativos. Os autores levantam como características desses

distritos a criatividade urbana que é potencializada pela diversidade, flexibilidade e tolerância existente entre os atores do território criativo e que resulta em processos de renovação e modernização do tecido da cidade. Outro aspecto importante abordado pelos mesmos, refere-se à existência de uma atmosfera propícia às expressões humanas e à inovação, que surge a partir da heterogeneidade dos setores da Economia Cultural e Criativa estabelecidos nos Distritos Criativos e que engendra padrões organizacionais urbanos diferenciados.

No mesmo sentido, Correio e Correio (2021) remetem à existência de iniciativas de criação de Distritos Criativos em, pelo menos, quatro cidades brasileiras, além de Porto alegre: São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador. O Distrito Criativo de São Paulo foi criado em 2015, através de Projeto de Lei 65/2015, e era voltado inicialmente para cerca de 40 setores criativos, entre eles: moda, design, espetáculos teatrais, produção audiovisual, espetáculos circenses, shows, espetáculos musicais, gastronomia (CORREIO; CORREIO, 2021). No Rio de Janeiro, o lançamento do chamado Distrito Criativo do Porto se deu também em 2015, por iniciativa de uma rede de empreendedores em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP). A proposta tinha como objetivo promover oportunidades de negócios e, inicialmente, consistiu-se em uma associação filantrópica de 50 empresas. Atualmente o mesmo conta com mais de 250 profissionais, que trabalham na região portuária revitalizada da cidade em ampla rede de *networking*, promovem negócios em formato colaborativo, com novas dinâmicas de produção e constroem um ambiente propício a ideias inovadoras (CORREIO; CORREIO, 2021).

Na cidade de Fortaleza, o Distrito Criativo de Iracema, foi construído pela Prefeitura Municipal, a partir de uma rede de instituições envolvendo órgãos das três esferas da administração pública, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Este compreende uma área de 2,9 km<sup>2</sup> parte do Centro da cidade e a Praia de Iracema, onde vivem cerca de 15 mil habitantes e tem como objetivo fomentar o empreendedorismo criativo, possibilitando inclusão social, inovação e sustentabilidade (CORREIO; CORREIO, 2021). Com relação a Salvador, Correio e Correio (2021) apontam que grupos empreendedores vinculados à economia solidaria e à economia criativa estão envolvidos na criação do primeiro distrito criativo da cidade. Esse abrangeria parte da área do centro, incluindo o Pelourinho e seu entorno, e teria como objetivos a requalificação urbana da área, a melhoria das condições econômicas de uma rede de trabalhadores autônomos e fornecedores, além do incremento cultural de Salvador. Já quanto ao poder Público Municipal, esse vem implementando estratégias de investimento financeiro com recursos próprios e parcerias em ações em áreas

como: audiovisual, fotografia, games, novas mídias, design, gastronomia, moda, artes, literatura, música e artesanato.

Conforme o acima exposto, é possível perceber que as administrações municipais vêm procurando estimular a implantação de modelos de organização e de espaços urbanos propícios para manifestação da economia criativa, e encontram o desafio de buscar maneiras de estimular e promover esses ambientes criativos. Assim, em muitos casos, coloca-se a valorização do Patrimônio Cultural como alternativa para a criação desses ambientes, uma vez que o mesmo é gerador de áreas atrativas e instigantes (NUNES; ASHTON, 2018). Contudo, no que tange à adoção de modelos de políticas públicas de estímulo à economia criativa e à implantação de distritos criativos, há de se considerar as colocações de Sanfelici (2021) quanto à necessidade dos países de economias periféricas, como o Brasil, em assumirem uma postura de prudência. O mesmo alerta para o fato de que, dado seus reflexos na distribuição dos usos e no valor do solo das áreas de intervenção, não raro estas políticas geram elevação dos preços imobiliários, dificultando a permanência de moradores de menor renda e atividades econômicas de menor valor agregado, resultando assim, em processos de gentrificação.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste capítulo foram abordados três eixos teóricos, vinculados aos campos abrangidos pela pesquisa. O primeiro, Economia Criativa e Economia do Patrimônio Cultural, discutiu o conceito de Economia Criativa, na perspectiva de Reis (2008), que apontou o mesmo como originário do termo Indústrias Criativas, surgido, em 1994 na Austrália. Segundo a autora, a Economia Criativa abarca aspectos vinculados à cultura e à produção; faz uso de novas tecnologias e de modelos organizacionais calcados em parcerias entre agentes e mercado; e busca granjear sustentabilidade, melhoria do bem-estar e inclusão socioeconômica.

Com relação às atividades e criações artísticas, viu-se, segundo Poli (2016), que persistem dificuldades em mensurar valores econômicos em contraposição a valores estéticos e formais das mesmas. Contudo, a partir de políticas culturais focadas na economia criativa, estas atividades começam a ser percebidas, como fator de produção de valor e bem-estar social. Abordou-se igualmente, a classificação dos círculos concêntricos da UNCTAD, que divide as indústrias criativas em quatro grupos: o círculo do Patrimônio Cultural, o círculo da Arte, o da Mídia e o das Criações Funcionais.

Foi enfatizado, de acordo com Cassiolato, Matos e Lastres (2008), o papel de destaque do Patrimônio Cultural nas dinâmicas econômicas culturais e criativas, uma vez que este mobiliza considerável gama de atividades focadas em sua preservação, utilização sustentável e no turismo cultural. A partir de Benhamou (2016), discorreu-se sobre o volume de empregos gerados ao longo da cadeia produtiva do Patrimônio Cultural no Brasil, na França e nos Estados Unidos. Abordou-se os impactos econômicos advindo das atividades relacionadas ao Patrimônio Cultural, com dados relativos ao volume de negócios diretos e indiretos gerados, na França e nos Estados Unidos, no ano de 2009. Ainda, observou-se, segundo a autora, que o Patrimônio Cultural se constitui de bens únicos, não reprodutíveis, semipúblicos e geradores de externalidades positivas como prestígio nacional, interesses turísticos e, valores e identidades coletivos.

O segundo eixo tratou da Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Públicas. Identificou-se que na França o cuidado com a proteção aos monumentos históricos surgiu em 1798, devido aos atentados ocorridos durante a Revolução Francesa e, que nos Estados Unidos, as primeiras medidas preservacionistas foram adotadas em 1936 e em 1966. Foram analisadas as políticas de preservação do patrimônio Cultural na perspectiva internacional, desde a Carta de Atenas, publicada em 1931 pela Sociedade das Nações, até a Recomendação da UNESCO de 2011, que apontava a criação de instrumentos para além do tombamento, na preservação e gestão de áreas urbanas-patrimônio.

No cenário brasileiro, viu-se que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição de preservação do Patrimônio Cultural, foi criado em 1937, pelo Decreto-Lei Nº 25. Esse estabeleceu o instrumento jurídico do tombamento, como forma de regulamentar a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico brasileiro. A partir de 1970, o SPHAN passou a ser designado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Abordaram-se, os critérios de escolha dos bens a serem tombados pelo IPHAN, ao longo de sua trajetória. Primeiramente centrado em grandes monumentos testemunhos da história oficial e exemplares da arquitetura colonial. Em meados da década de 1970, incluiu outras manifestações culturais da sociedade, como os legados das culturas indígena, afro-brasileira, popular e de imigrantes.

Apontou-se a Constituição Federal Brasileira de 1988 como um marco para a política de preservação do Patrimônio Cultural do país. Verificou-se que esta ampliou o conceito de patrimônio, as responsabilidades por sua preservação e seus instrumentos de efetivação. Ademais, através das colocações de Porta (2012), constatou-se que a efetiva democratização

prevista na carta, se deu no ano 2000, a partir do Decreto Nº 3551, o qual instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial.

Quanto às atividades do segmento econômico do Patrimônio Cultural, no Brasil, evidenciou-se sua vinculação às políticas e investimentos públicos, tanto diretos como indiretos, nas três esferas da administração. Identificou-se e analisou-se os mecanismos federais de fomento diretos para preservação do Patrimônio Cultural, Monumenta e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas. Além desses, abordou-se a Lei Rouanet, como mecanismo federal de fomento indireto.

O terceiro eixo, Economia Criativa e Território, analisou as formas de organização territorial dos atores criativos. Discorreu-se sobre as características dos espaços criativos, de acordo com Vieira e Milan (2022). Denotou-se que os mesmos apresentam alta concentração de indivíduos criativos, melhores resultados econômicos relativos à inovação e ao crescimento da indústria de alta tecnologia e dinamismo regional.

Debruçou-se sobre as definições de Cidade Criativa de Ashton (2018) e Reis (2009). A primeira a define como, a cidade que busca promover seu desenvolvimento econômico através do apoio a iniciativas inovadoras, tendo como base atividades artísticas e culturais. A segunda entende que, a cidade criativa se apoia na criatividade de seus habitantes e na convergência entre singularidades culturais e vocações econômicas e apresenta capacidade de transformação permanente de sua estrutura socioeconômica.

Ainda, aludiu-se a *Clusters* Criativos, que, segundo Poli (2016), são polos de atividades específicas, com prestadores de serviços e empresas em estreita proximidade. De acordo com Vieira e Milan (2022), os mesmos se constituem uma aglomeração espacial de empresas, que se interconectam e cooperam, na busca em obter vantagens competitivas. Os autores afirmam que, um *Cluster* Criativo comumente se apresenta em quatro tipologias: espaços de trabalho criativos sob um único teto; distritos criativos; *clusters* criativos regionais e *clusters* virtuais online.

Aprofundou-se o entendimento sobre a tipologia de Distritos Criativos, abordando os existentes nas cidades de Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador. Em relação à política dos distritos criativos de Buenos Aires, observou-se que ela foi delineada em 2007 e, focou na redinamização econômica e na revitalização de áreas degradadas da cidade. Tomou como ponto de partida as vocações e singularidades de cada área, para configurar quatro distritos:

- a) tecnológico, em Parque Patricios (2008);
- b) das artes, em La Boca (2012);

- c) de design, em Barracas (2013);
- d) do esporte, em Villa Soldati (2014).

No cenário brasileiro, com base em Correio e Correio (2021), discorreu-se sobre os Distritos Criativos das quatro cidades. Considerou-se, que eles se estabelecem, comumente, em regiões que apresentam processos de degradação urbana e desvalorização econômica. Pela concentração de negócios e atividades criativas, estas regiões transformam-se em ambientes aliciadores tanto de consumo, como trabalho e moradia de agentes criativos. Neste contexto, destacou-se o potencial do Patrimônio Cultural como elemento gerador de áreas atrativas e instigantes à implantação e desenvolvimento de Distritos Criativos. Contudo, no que tange à adoção de modelos de políticas públicas de estímulo à economia criativa e à implantação de distritos criativos, atentou-se às colocações de Sanfelici (2021). O mesmo alerta para o fato de que, muitas vezes, estas políticas geram elevação dos preços imobiliários e podem levar à ocorrência de processos de gentrificação.

### 3 O DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE

Esta seção apresenta quatro subseções, que abrangem informações sobre o estudo de caso, seu contexto empírico, histórico, características e atores envolvidos. Neste sentido, a subseção 3.1 traça um histórico da região onde o Distrito Criativo se localiza, o 4º distrito da cidade de Porto Alegre. A subseção 3.2 discorre sobre a empresa UrbsNova, que desenvolveu o projeto. Na subseção 3.3, aborda-se o projeto Distrito Criativo, seus objetivos, abrangência territorial, sistemática de atuação, ações realizadas e seus participantes. A última subseção relaciona o Distrito Criativo e o Patrimônio Cultural. Apresentam-se conceitos vinculados à preservação do Patrimônio cultural, legislações municipais de preservação e o Patrimônio Cultural municipal existente no território do Distrito Criativo.

#### 3.1 A REGIÃO DO 4º DISTRITO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

De um ponto de vista histórico, segundo Mattar (2010), a expansão urbana de Porto Alegre, que até o início do século XIX restringia-se à área correspondente ao atual centro histórico, intensificou-se a partir de 1845. A divisão da cidade em seis distritos remonta a 1892 e atualmente, a região da cidade que conserva a denominação de 4º distrito situa-se ao norte da malha urbana, estabelecendo conexão entre o Centro Histórico e a Região Metropolitana. Ao longo deste território, junto à área central localiza-se a Estação Rodoviária Municipal e no extremo norte o Aeroporto Internacional Salgado Filho, comportando intenso fluxo de bens e de pessoas. Assim, o 4º Distrito compreende uma área total de 1.193 hectares e abrange cinco bairros: Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos, como ilustram as figuras 1 e 2. A estes se incorporam importantes eixos viários, equipamentos urbanos, serviços públicos e edificações históricas integrantes do Patrimônio Cultural da cidade (MARX; ARAUJO; SOUZA, 2021).

Nesse território, o Lago Guaíba constitui-se em elemento de destaque na paisagem e desde cedo Porto Alegre estabeleceu estreita ligação com o mesmo, tendo se tornado escoadouro natural da produção e principal porto do estado. A proximidade da região com o Guaíba foi determinante para as funções ali desenvolvidas ao longo dos tempos vinculadas ao comércio e à produção industrial, o que lhe conferiu grande importância na economia regional. Destaca-se como uma das primeiras intervenções urbanas na área, o denominado Caminho Novo, hoje rua Voluntários da Pátria, que aberto em 1806 facilitou a ligação da vila

de Porto Alegre com as quintas ao longo do Guaíba e posteriormente, em 1811, foi estendido até a embocadura do rio Gravataí (MATTAR, 2010).

Mattar (2010) coloca que, devido à produção e industrialização do charque estabelecida na região mais ao sul do estado, até a segunda década do século XIX, Porto Alegre apresentou desenvolvimento econômico desacelerado. No entanto, a partir de 1824, com a decadência do ciclo econômico do charque e a chegada de imigrante alemães, que se instalaram no interior e dedicaram-se à agricultura, a cidade intensifica seu papel de entreposto comercial, a partir do Guaíba e do transporte fluvial, e retoma o crescimento econômico. O Caminho Novo constitui-se então, no sustentáculo de ligação da capital com os novos povoados e em local para onde a produção agrícola colonial era direcionada e posteriormente distribuída para o estado, país e exterior, o que levou na sequência à construção de uma estrada de ferro ao longo dessa via.

Data desta mesma época, a ocupação territorial da região do 4º Distrito por imigrantes alemães, que exerciam atividades como artesãos, comerciantes e profissionais liberais. Posteriormente investiram o capital acumulado, em pequenas, médias e grandes indústrias na região. Portanto as características geográficas do 4º Distrito de proximidade aos cursos d'água, seu perfil como área inserida no encontro das conexões da cidade e sua adjacência com a estrada de ferro, somados à presença do capital econômico e social dos imigrantes alemães, foram fundamentais para a atração de um complexo industrial que ali se estabeleceu e intensificou-se a partir de 1880 (MATTAR, 2010).

Diversas indústrias se instalaram nesse território, o que o torna um Distrito Industrial e centro econômico da cidade entre o final do século XIX e meados do século XX, atraindo outros imigrantes. Sua prosperidade se estende até o final de 1960 quando, por fatores de econômicos e ambientais (enchentes e inundações), as indústrias começam a ser transferidas para a Região Metropolitana da cidade. Assim, a partir dos anos 1970 e 1980, o 4º Distrito passa a experimentar um processo de decadência econômica, esvaziamento populacional e perda de centralidade urbana (MARX; ARAUJO; SOUZA, 2021).

Ao analisarem a retomada do 4º Distrito como pauta na agenda pública e alvo de intervenções visando sua recuperação, desde meados dos anos de 1990, Marx, Araujo e Souza (2021) apontam a região como importante território de revitalização econômica e reestruturação urbanística, e destacam dois momentos protagonizados por distintos projetos: 1º) o Programa Porto Alegre Tecnópole no período de 1995 a 2004 2º) o Grupo de Trabalho do 4º Distrito, que atuou entre 2006 e 2018, e resultou na criação do Programa Porto Alegre Resiliente e na elaboração do Plano Masterplan. Os autores enfatizam, que em ambos projetos

as transformações propostas vinculavam-se ao desenvolvimento tecnológico e à inovação e que a atração de investimentos e parcerias se encontravam associadas a atores internacionais. Com relação às articulações recentes vinculadas à administração pública e o legislativo municipal envolvendo este território, os autores destacam, em 2021, a criação de uma Frente Parlamentar na Câmara de Vereadores, focada em pautar projetos de incentivo à transformação do 4º Distrito, e um projeto de requalificação de 5km da Avenida Farrapos (uma das três principais vias da região) selecionado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) para receber um investimento na ordem de R\$ 1,3 milhão.

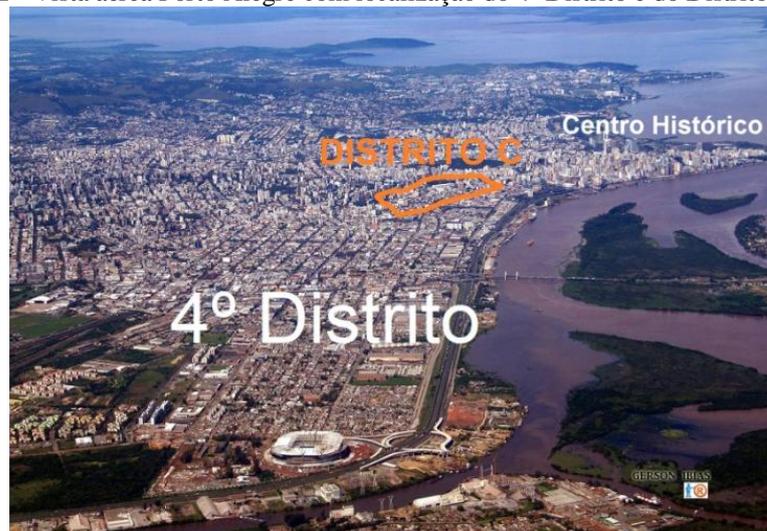
Em relação às dinâmicas sociais do 4º Distrito e mais especificamente do bairro Floresta, Marx, Araujo e Souza (2021) destacam a presença de outros dois atores importantes: o Assentamento 20 de Novembro integrante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), fruto da ocupação de um prédio pertencente à União em 2007, e, que, em 2018, foi reconhecido como habitação de interesse social e conta com Projeto de Revitalização sustentável. E a Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (Arevipa), que atua a partir do loteamento popular Santa Terezinha, esse resultante de uma política municipal de reassentamento de famílias de catadores, em 2006. Por último, de acordo com Piqué (2017), a atuação da sociedade civil na revitalização do 4º Distrito pode ser observada a partir de 2012, com o estabelecimento de empreendimentos como o Vila Flores e o Hostel Boutiques e o surgimento do grupo Refloresta, composto por moradores locais reunidos em torno de demandas do bairro. Esses fatos impulsionaram a criação do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre em 2013, o chamado Distrito C, que abrange uma parte significativa do 4º Distrito e articula empreendedores da Economia Cultural e Criativa desse território. Cabe, neste sentido, destacar a contribuição da empresa UrbsNova.

Figura 1 - Mapa Porto Alegre com localização do 4º Distrito e do Distrito Criativo



Fonte: Jorge Ferro Piqué (2013).

Figura 2 - Vista aérea Porto Alegre com localização do 4º Distrito e do Distrito Criativo



Fonte: Jorge Ferro Piqué (2013).

### 3.2 A EMPRESA URBSNOVA

De acordo com UrbsNova (2012), a empresa constitui-se em uma microempresa individual, definida como *startup* social ou agência de design social e inovação e atua nas cidades de Porto Alegre, Barcelona e seus entornos. Foi constituída em 2012, por Jorge Ferro Piqué, Mestre em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo- USP, que desempenhou o cargo de professor assistente de Língua e Literatura Grega Antiga, e Latim, na Universidade Federal do Paraná -UFPR durante 14 anos (LATTES, 2022). No que tange às atividades desenvolvidas pela mesma, essas então centradas na busca de soluções inovadoras para problemas sociais, novos ou pré existentes, em áreas como: economia criativa, economia do conhecimento e da experiência, meio ambiente, mobilidade, tecnologia social, educação, tecnologia, internet, redes sociais, saúde, condições de trabalho, patrimônio histórico, turismo criativo, moradia e urbanismo, relações campo-cidade, relações internacionais, inovação política e, arte e cultura.

Ainda, em sua dinâmica a empresa opera em parceria com firmas e profissionais de vários segmentos como designers, arquitetos, historiadores, artistas visuais, produtores de conteúdo, sociólogos, empresas de turismo, antropólogos, produtores de eventos, web designers, fotógrafos, atores e urbanistas. Ela busca diferentes formas de sustentação econômica, por exemplo: doações de particulares, *crowdfunding*, patrocínios de empresas ou governos, pagamentos por serviços prestados, premiações, editais públicos ou privados, geração de produtos e serviços secundários (URBSNOVA, 2012).

Consoante com Köster (2012), a expressão inovação social parte da expansão do conceito econômico de inovação. Portanto, refere-se não somente a processos geradores de valor econômico, mas também, de valor social, estético, cognitivo e político; orientados para o bem social e público. Assim, a inovação social busca encontrar respostas mais eficazes, sustentáveis ou justas para um problema social, muitas vezes não oferecidas pelas dinâmicas tradicionais do mercado privado, ou pela administração pública. Neste sentido, ela pode se encontrar na forma de um serviço ou produto, processo produtivo ou tecnologia, bem como, de um postulado, normatização ou medida. Novas competências, novos empregos e formas de participação social também são capazes de se configurar em inovação social. Ainda, esta pode se concretizar a partir da combinação dos diversos formatos citados, conquanto, estejam focados na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos ou de uma comunidade. Na definição de Manzini (2008):

O termo inovação social refere-se a mudanças no modo como indivíduos ou comunidades agem para resolver seus problemas ou criar novas oportunidades. Tais inovações são guiadas mais por mudanças de comportamento do que por mudanças tecnológicas ou de mercado, geralmente emergindo através de processos organizacionais de baixo para cima em vez daqueles de cima para baixo (MANZINI, 2008, p. 61-62).

Segundo Chaves e Fonseca (2016), o design para a inovação social aborda iniciativas de comunidades criativas que promovem discontinuidades nos padrões atuais de produção e consumo, bem como, na maneira de solucionar problemas e criar oportunidades. Em sua dinâmica este busca criar e implementar soluções, construir parcerias e reunir atores necessários para a obtenção dos resultados almejados. Trata-se de uma linha de atuação vinculada ao design para a sustentabilidade.

Quanto às comunidades criativas, Manzini (2008) afirma que essas utilizam sua criatividade para romper os modelos dominantes de pensar e fazer, tendendo a transforma-se em empreendimentos sociais difusos, ou seja, grupos de indivíduos que se organizam na forma de viver e produzir para obter resultados de seu interesse, reforçando assim, o tecido social e melhorando a qualidade do ambiente. Segundo o mesmo autor, nos empreendimentos sociais difusos as pessoas movem-se de forma autônoma em prol de benefícios próprios, ou seja, existe atuação direta e ativa dos participantes na obtenção dos resultados pretendidos. Ainda, estas comunidades resultam da combinação de demandas advindas de adversidades contemporâneas e oportunidades presentes através de tradições, condições sociais e políticas favoráveis, além da disponibilidade de produtos, serviços e infraestruturas.

Caracterizada portanto, como agência de design social e inovação, a empresa UrbsNova engendra, produz, executa e divulga eventos e projetos de maior ou menor porte, complexidade e duração, tendo os seguintes eventos e projetos realizados a partir de 2012 como exemplo de sua atuação: Prainha do Iberê que buscou melhorias para o trecho da orla do Lago Guaíba em frente à Fundação Iberê Camargo; 100 Anos do Monumento a Júlio de Castilhos que promoveu atividades referentes a esse importante monumento existente na Praça da Matriz de Porto Alegre tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Projeto Logosphera rede social internacional focada em educação à distância de disciplinas relacionadas à Grécia e Roma antigas; Plano de Economia Criativa (PEC)-UrbsNova proposta de redirecionamento de recursos do mercado imobiliário para apoio a empreendedores e territórios de Economia Criativa, e Projeto Distrito C – Distrito Criativo de Porto Alegre. Esse propõe criação, desenvolvimento e promoção de um coletivo de empreendedores vinculados à economia cultural e criativa, atuantes em um território pouco

valorizado da cidade de Porto Alegre, e visa o desenvolvimento econômico, social e urbano da região. Ainda como ações desenvolvidas pela empresa UrbsNova em conexão com a cidade de Barcelona cita-se o *Walking Gallery Porto Alegre – Barcelona*, onde artistas do Distrito C e das Ramblas de Barcelona levaram suas obras em caminhada através das ruas e o Distritos de Innovación y Creación que se constitui em um projeto de conexão entre o 22@Barcelona e o Distrito Criativo de Porto Alegre (URBSNOVA, 2012). Feita esta descrição sucinta, é possível agora analisar o projeto distrito criativo de forma mais profunda.

### 3.3 O PROJETO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE

Conhecido como Distrito C e desenvolvido pela empresa UrbsNova em colaboração com outros agentes da iniciativa privada, o Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre surge em 2013, propondo a promoção de um coletivo de empresas ligadas à Economia Cultural e Criativa. O mesmo se estabelece em um território que abrigou entre final do século XIX e meados do século XX a zona industrial do 4º Distrito, a partir de 1980 vivenciou abandono de investimentos econômicos, desarticulação da paisagem urbana e vulnerabilidade social e que, desde a década de 1990, constitui-se em foco de sucessivos planos de reestruturação visando sua revalorização econômica e o adensamento demográfico (SILVA, 2019).

Rompendo com as delimitações físicas dos bairros definidos pela administração pública, de acordo com UrbsNova (2022), este projeto se forjou inicialmente em uma área que abrange os bairros Floresta, Moinhos de Vento e Independência. A partir de 2016 prolongou-se pelo bairro São Geraldo e hoje se estende por cerca de 250 hectares ao longo de 6 km da malha urbana. Contudo, a maior densidade de atores localiza-se no Bairro Floresta que, segundo Silva (2019), apresenta considerável heterogeneidade social e diversas fronteiras urbanas que expõem as alterações nos paradigmas econômicos, o abandono e a resistência social, ali transcorridos.

A intensificação do surgimento de empreendimentos vinculados à economia cultural e criativa, no Bairro Floresta se dá a partir de 2012. Devido a identificação de seus agentes em termos de consumo, educação, estilo de vida e desenvolvimento urbano, configuram um agrupamento territorial ou *cluster*<sup>4</sup>, como mostra a figura 3. Desta forma, as novas relações econômicas, sociais e espaciais ali estabelecidas engendram um processo de ressignificação da identidade material e comportamental, refuncionalização e reestruturação urbanística do bairro. A articulação desta rede criativa produz assim, uma imagem cultural com significativo

---

<sup>4</sup> É possível empregar o termo ecossistema no lugar de *cluster*

valor estratégico, que transforma o bairro em uma vitrine e Porto Alegre, que então ocupava o 6º lugar em relação à participação de sua indústria criativa no PIB estadual (FIRJAN, 2019), passa a ser reconhecida como cidade criativa (SILVA, 2019).

Como sistemática de atuação, o Distrito Criativo propõe um formato colaborativo, centrado no fortalecimento econômico das empresas vinculadas à economia cultural e criativa que se localizam no seu território e optam por participar, e na qualificação da região abrangida pelo mesmo (URBSNOVA, 2012). Logo, sua metodologia de implementação privilegia a construção coletiva, determinada a partir da ação dos empreendedores envolvidos em dinâmica *bottom up*, ou seja, de baixo para cima, estabelecida em processo contínuo e descentralizado e com resultados vinculados à maximização da discricionariedade de seus integrantes (LEITE, 2022).

Nesta senda, os participantes do Distrito C são instados a interagir com o coletivo e sua adesão pressupõe compartilhamento dos objetivos pactuados que consistem em: valorizar, integrar, qualificar, divulgar e potencializar economicamente os empreendedores culturais e criativos integrantes; fomentar a cultura, a diversidade e a inovação; promover interfaces com ações de revitalização urbana da região, design de território e turismo criativo; estabelecer contatos com outros distritos criativos do Brasil e do exterior; atrair novos empreendimentos vinculados às Economias Criativa, do Conhecimento e da Experiência e apoiar ações de inclusão social de grupos existentes no território (DISTRITO CRIATIVO ORGANIZAÇÃO, 2013).

Segundo Distrito Criativo Organização(2013), no projeto são realizadas atividades de integração e formação que buscam potencializar a solidariedade interna do coletivo, estimulando a troca de informações, a colaboração e sua identificação quanto a estilo de vida, ideias e interesses; conectar a região na defesa do seu território e no foco comum de desenvolvimento da economia criativa, do conhecimento e da experiência; preservar, recuperar e divulgar a história da região e a memória de seus moradores; promover a arte, a cultura e a economia criativa junto ao público em geral e às escolas próximas; identificar sistematicamente as principais demandas dos participantes e agir coletivamente na busca de soluções próprias ou pleitos junto aos órgãos públicos.

A mesma referência coloca que, relativamente à revitalização urbana o Distrito Criativo define ações que são pleiteadas junto à Administração Pública Municipal e Estadual ou realizadas colaborativamente pelo coletivo, tais como: melhorias na infraestrutura, relativas à drenagem, iluminação pública e privada, limpeza e segurança pública, mobilidade urbana, sistema viário, controle de tráfego e sinalização, ampliação da oferta de equipamentos

urbanos vinculados à cultura, lazer e assistência social; proteção e valorização do meio ambiente consoante à requalificação de espaços verdes como a Praça Florida, arborização de ruas, implantação de hortas comunitárias, plantação de árvores frutíferas, criação de quintais internos, manutenção de jardins nas calçadas, execução de tetos verdes; defesa, preservação e conservação do patrimônio cultural por meio da recuperação de fachadas e implementação de estratégias contra pichação e vandalismo; preservação e potencialização do uso dos espaços esportivos, de lazer e convivência social e melhoria das condições do comércio de rua.

Diversas ações relativas ao Design de Território, em nível visual e cênico, foram prospectadas pelo projeto e vêm sendo realizadas, tais como: criação de identidade visual definindo o Distrito C como uma área da cidade provida de características e especificidades próprias, elaboração de logos, cartazes, folders, grafites, murais, fotografias de rua, esculturas, calçadas artísticas, sinalização, mapas e mobiliário urbano que demarquem a área; realização de cenas e eventos urbanos como caminhadas, festas, atividades coletivas, presenciais e nas redes sociais, que promovam a contextualização do local (DISTRITO CRIATIVO ORGANIZAÇÃO, 2013).

Em relação ao Turismo Cultural e Criativo, de acordo com Distrito Criativo Organização (2013), o projeto preconiza a inserção do *cluster* em nível municipal, estadual, nacional e internacional. A propositura consiste em oportunizar ao turista uma experiência de aproximação e interação com a vida dos moradores e os produtores criativos, por meio de conversas, visitas a ateliês, oficinas e atividades criativas. Objetiva-se, portanto, que através de uma prática turística solidária, os visitantes tornem-se partícipes na construção do território criativo.

No que concerne às relações externas, a fim de proporcionar contato com outros empreendedores culturais e criativos, bem como, expandir o público consumidor de produtos e serviços dos participantes, o Distrito C desenvolve os seguintes programas:

- a) boas-vindas: hóspedes do empreendimento Porto Alegre Hostel Boutique, que tenham relação com economia criativa, do conhecimento e da experiência, são convidados a conhecer outros participantes do projeto para troca de informações e eventuais parcerias;
- b) Distrito C móvel: compartilhamento da experiência de criação do território criativo e inovador do Distrito C com outras cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul através de exposições de arte, eventos, oficinas e debates;
- c) rede de territórios criativos: promoção de troca de conhecimentos e experiências com outros projetos e territórios criativos ou de inovação;

d) eventos nacionais e internacionais.

Como exemplo de ações realizadas referentes ao penúltimo item, é preciso considerar o pioneirismo do Distrito C como ecossistema criativo no Brasil e a proximidade entre as cidades de Porto Alegre e Barcelona no que tange à existência de áreas que apresentaram percursos de industrialização, desindustrialização seguidos de decadência urbana e busca por revitalização. Assim, o projeto estabeleceu contatos com projetos sediados em Barcelona, quais sejam: Distrito de Inovação de Barcelona, 22@ um projeto da Prefeitura de Barcelona com participação de Universidades e grandes empresas e Poblenou Urban District uma auto-organização de artistas e criativos no bairro de Poblenou, antiga zona industrial de Barcelona.

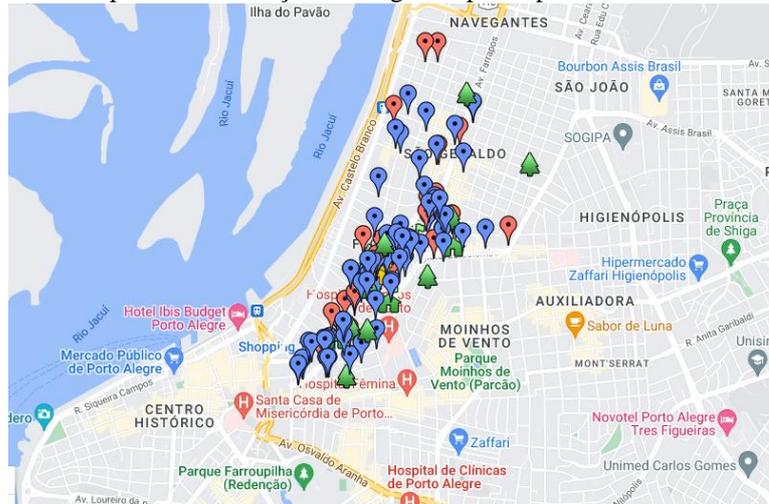
Em relação a eventos internacionais, cita-se a já mencionada realização do *Walking Gallery* Porto Alegre – Barcelona. Ainda, em 2021, em comemoração ao Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável proposto pela ONU em conjunto com 82 países, a UrbsNova gestora do Distrito Criativo promoveu conjuntamente com a VIA Estação Conhecimento, um *hub* em prol das ações de inovação e empreendedorismo o Encontro Internacional de Territórios Criativos para o Desenvolvimento Sustentável. O *hub* VIA Estação Conhecimento suporta as atividades realizadas pelo Grupo de Pesquisa Habitats de Inovação e Empreendedorismo registrado no CNPq e certificado pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC.

Quanto à inclusão social, o coletivo do distrito C propõe ações de identificação de grupos em situação de vulnerabilidade social e colaboração por meio de ações humanitárias, sem vínculos políticos ou religiosos, com organizações civis e religiosas atuantes na região. Apreende-se daí, que o Projeto Distrito Criativo se constitui numa organização social inovadora que se propõe a estabelecer parcerias com diferentes atores públicos, privados e o terceiro setor da sociedade.

Atualmente, segundo Distrito Criativo Empreendedores (2013), o projeto conta com 95 participantes. Destes 62 são vinculados à economia criativa, sendo: 15 artistas visuais, atores e músicos; 8 ateliês e estúdios de artistas; 7 galerias de arte; 7 antiquários, brechós, oficinas de reuso e reciclagem; 2 lojas de decoração e Design; 4 escritórios de arquitetura; 8 escritórios de design; 2 espaços de apresentação de artes cênicas; 2 espaços ligados ao audiovisual; 3 bares musicais, casas de shows e casas noturnas; 3 espaços culturais para eventos e produtoras de eventos; 1 agência de comunicação, propaganda & marketing. Outros 11 participantes são vinculados à Economia do Conhecimento, informação, educação e pesquisa sendo: 1 agência de conteúdo; 10 escolas e cursos de educação vinculadas à música, artes visuais e cênicas, dança e práticas terapêuticas. 15 Participantes vinculados à Economia

da Experiência sendo: 10 ligados à Gastronomia; 4 ao Turismo e 1 a Jogos e Games. Além dos já citados, tem-se 7 participantes definidos como Espaços Multifuncionais onde várias atividades são desenvolvidas e empreendedores da economia criativa, do conhecimento e da experiência estão reunindo em formas de ocupação permanente ou provisória (DISTRITO CRIATIVO EMPREENDEDORES, 2013).

Figura 3 - Mapa com localização dos negócios participantes do Distrito Criativo



Fonte: Jorge Ferro Piqué (2013).

Em 2023, o Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre foi agraciado com o Prêmio Brasil Criativo [(201-)], na categoria Territórios Criativos. Essa premiação é chancelada, desde 2014, pelo Ministério da Cultura e realizada pela ELO 3 Integração Empresarial e *World Creativity Organization*. Segundo ELO 3 [(202-)] a empresa propõe um sistema de integração empresarial a partir de projetos e ações apoiadas nos pilares da cultura, sociedade e meio ambiente. A *World Creativity Organization* é uma organização que atua globalmente, buscando promover a criatividade e a inovação para a solução dos desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais (ORGANIZATION WORLD CREATIVITY, [20--]).

### 3.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL DO DISTRITO CRIATIVO

De acordo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, as edificações que constituem o Patrimônio Cultural do município são aquelas Tombadas ou Inventariadas. PORTO ALEGRE (1999). Quanto ao Tombamento de uma edificação ou de um conjunto de edificações, considera-se o valor histórico, paisagístico, morfológico ou técnico das mesmas e busca-se preservar integralmente suas características originais externas

e internas. Em relação ao Inventário de Bens Culturais, o mesmo visa a preservação de espaços referenciais da memória coletiva, da paisagem e da ambiência urbana e rural da cidade, e nele são salvaguardadas as características externas das edificações listadas. (EPHAC, 2022). Os imóveis inventariados dividem-se de acordo com o Plano diretor de Desenvolvimento de Porto Alegre:

Art. 14. Parágrafo Único. As edificações que integram o Patrimônio Cultural são identificadas como Tombadas e Inventariadas de Estruturação ou de Compatibilização, nos termos de lei específica, observado que: I - de Estruturação é aquela que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza; II - de Compatibilização é aquela que expressa relação significativa com a de Estruturação e seu entorno, cuja volumetria e outros elementos de composição requerem tratamento especial (PORTO ALEGRE, 1999).

De acordo com a Lei Complementar Nº 601, de 23 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município, tem-se a forma de salvaguarda das edificações Inventariadas de Estruturação e de compatibilização definida como se segue:

Art. 10. As edificações Inventariadas de Estruturação não podem ser destruídas, mutiladas ou demolidas, sendo dever do proprietário sua preservação e conservação. Parágrafo único. Poderá ser autorizada, mediante estudo prévio junto ao órgão técnico competente, a demolição parcial, a reciclagem de uso ou o acréscimo de área construída, desde que se mantenham preservados os elementos históricos e culturais que determinaram sua inclusão no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município.

Art. 11. As edificações Inventariadas de Compatibilização poderão ser demolidas ou modificadas, por meio de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), devendo a intervenção ou a edificação que a substituir observar as restrições necessárias à preservação cultural e histórica da edificação de Estruturação e do entorno a que estiver vinculado, bem como à paisagem urbana (PORTO ALEGRE, 2008).

Tanto as instruções de processos de tombamento, como a execução de inventários de Bens Culturais são de responsabilidades da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), que foi criada pela Portaria nº 45, de 12/05/81, e desde 1985 está vinculada à Coordenação da Memória Cultural da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Município de Porto Alegre. Esta executou até o momento os Inventários dos bairros Centro Histórico, Cidade Baixa, Farroupilha, parte do bairro Santana, Independência, Moinhos de Vento, Floresta, São Geraldo, Navegantes, Marcílio Dias, IAPI e Bom Fim; estando o Inventário do Bairro Petrópolis judicializado (EPHAC, [20--]). Tomando-se por base a Lista do Patrimônio Tombado e Inventariado em Porto Alegre disponibilizada pela Prefeitura Municipal, tem-se que o município contabiliza 104 imóveis tombados e mais de 5.000

imóveis inventariados, entre Edificações de Estruturação e Compatibilização (PORTO ALEGRE, 2013).

Especificamente no que tange aos bens inventariados classificados como imóveis de Estruturação arrolados ao Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis, nos bairros abrangidos pelo Distrito Criativo, quais sejam Floresta, Independência, Moinhos de Vento e São Geraldo, tem-se: a Notificação do diretor da EPAHC/SMC dos imóveis arrolados no Bairro Independência, publicada no Diário Oficial de Porto Alegre, Edição nº 2933, de 28 de Dezembro de 2006, às páginas 51 e 52 e as Notificações do Secretário Municipal da Cultura que tratam dos imóveis arrolados no Bairro Moinhos de Ventos, publicada no Diário Oficial de Porto Alegre, Edição nº 3159, de 27 de novembro de 2007 à página 18; no bairro Floresta, publicada na Edição nº 3251, de Abril de 2008, à pag. 71 e no bairro São Geraldo, publicada na Edição nº 3263, de 5 de Maio de 2008 às páginas 12 e 13; perfazendo um total de 1350 imóveis como demonstram os quadros 01,02,03 e 04 abaixo:

Quadro 1 - Edificações Inventariadas de Estruturação - Bairro Independência

<b>Logradouro</b>	<b>Quantidade de imóveis</b>
Alberto Bins, Av.	4
André Puente, Rua	6
Benjamin Flores, Rua	2
Cristóvão Colombo, Av.	7
Da Conceição, Rua	1
Dom Sebastião, Praça	1
Dr. Barros Cassal, Rua	23
Dr. Valle, Rua	2
Fernandes Vieira, Rua	1
Gonçalo de Carvalho, Rua	7
Independência, Av.	45
Jardim Cristófel, Rua	3
Júlio de Castilhos	3
Pinheiro Machado, Rua	7
Ramiro Barcelos, Rua	2
Tiradentes, Rua	2
24 de outubro, Rua	3
<b>Total Edificações Inventariadas de Estruturação</b>	<b>119</b>

Fonte: Elaboração própria com base em EPAHC [(20--)]

Quadro 2 - Edificações Inventariadas de Estruturação - Bairro Moinhos de Ventos

<b>Logradouro</b>	<b>Quantidade de imóveis</b>
Barão de Santo Ângelo, Rua	27
Cândido Batista de Oliveira, Rua	1
Dinarte Ribeiro, Rua	16
Dr. Maurício Cardoso, Praça	8
Dr. Valle, Rua	1
Eng. Álvaro Nunes Pereira, Rua	3
Félix da Cunha, Rua	14
Florêncio Ygartua, Rua	1
Hilário Ribeiro, Rua	2
Luciana de Abreu, Rua	10
Mariante, Rua	3
Marquês do Herval, Rua	5
Mostardeiro, Rua	5
Santo Inácio, Rua	3
24 de outubro, Rua	1
Quintino Bocaiúva, Rua	1
<b>Total Edificações Inventariadas de Estruturação</b>	<b>101</b>

Fonte: Elaboração própria com base em EPAHC [(20--)]

Quadro 3 - Edificações Inventariadas de Estruturação - Bairro Floresta

(continua)

<b>Logradouro</b>	<b>Quantidade de imóveis</b>
Alberto Bins Rua	22
Av. Almirante Barroso	25
Almirante Tamandaré Rua	18
Álvaro Chaves, Rua	10
Azevedo, Travessa	1
Dr. Barros Cassal, Rua	4
Benjamin Constant, Av.	12
Câncio Gomes, Rua	11
Carmem, Travessa SNº (esq. Av. Cristóvão	1
Monsenhor Emílio Lottermann, Praça	1
Chicago, Av.	1
Comendador Azevedo, Rua	38
Comendador Coruja, Rua	24
Conde de Porto Alegre, Rua	14
Conselheiro Travassos, Rua	3
Cristóvão Colombo, Av.	68
Dr. Timóteo, Rua	8
Dr. Valle, Rua	20

(conclusão)

<b>Logradouro</b>	<b>Quantidade de imóveis</b>
Emancipação, Rua	1
Ernesto Alves, Rua	14
Farrapos, Av.	149
Félix da Cunha, Rua	14
Garibaldi, Rua	5
General Neto, Rua	10
Gaspar Martins, Rua	23
Gonçalo de Carvalho, Rua	12
Hoffmann, Rua	15
Leopoldo Froes, Rua	1
Marquês do Pombal	6
Mercedes, Av.	11
Olinda, Rua	2
Paraíba, Rua	29
Parque, Rua do	3
Pelotas, Rua	23
Pernambuco, Av.	5
Pinheiro Machado	7
Ramiro Barcelos	2
Santa Rita	3
Santo Antônio, Rua	2
Santos Dumont, Rua	15
São Carlos, Rua	49
Sete de Abril	10
Tiradentes, Rua	3
Três de Maio, Rua	2
Visconde do Rio Branco, Rua	11
Voluntários da Pátria, Rua	36
<b>Total Edificações Inventariadas de Estruturação</b>	<b>744</b>

Fonte: Elaboração própria com base em EPAHC [(20--)]

Quadro 4 - Edificações Inventariadas de Estruturação - Bairro São Geraldo

<b>Logradouro</b>	<b>Quantidade de imóveis</b>
Amazonas, Av.	10
Bahia, Av.	2
Benjamin Constant, Av.	14
Berlim, Av.	7
Brasil, Av.	2
Buarque de Macedo, Rua	10
Ceará, Av.	17
Conselheiro Camargo, Rua	4
Conselheiro Travassos, Rua	4
Ernesto Fontoura, Rua	25
Farrapos, Av.	76
Félix da Cunha, Rua	2
Guido Mondim, Av.	38
Maranhão, Av.	13
Moura Azevedo, Rua	15
Pará, Av.	11
Paraná, Rua	7
Parque, Rua do	6
Pátria, Av.	18
Pernambuco, Av.	6
Polônia, Av.	15
Presidente Franklin Roosevelt, Av.	25
Rio Grande, Av.	1
Santos Dumont, Rua	5
São Paulo, Rua	20
São Pedro, Av.	25
Voluntários da Pátria, Rua	8
<b>Total Edificações Inventariadas de Estruturação</b>	<b>386</b>

Fonte: Elaboração própria com base em EPAHC [(20--)]

Figura 4 - Edificações listadas no inventário do Patrimônio Cultural do município na região do Distrito C e Participantes do Projeto



Fonte: Thiago Machado Pritsch. *In*: Pritsch (2021)

Relativamente ao Patrimônio Cultural existente no território do Distrito Criativo, identificam-se três bens tombados: Antiga Cervejaria Brahma (no Shopping Total), Palacinho (Antiga Residência do Vice-Governador do Estado) e Residência Wiederspahn. Sendo o Palacinho um bem tombado em nível estadual e os outros dois em nível municipal. Há por sua vez, inúmeros bens inventariados de Estruturação, destacando-se: Armazém Avante, Edifícios Lutzenberger (Vila Flores), Geyer Medicamentos, Igreja Santa Terezinha, Igreja Batista da Floresta, Igreja São Pedro e Moinho Germani. E finalmente, outros vários bens inventariados de compatibilização com destaque para a Igreja São Geraldo, conforme ilustra a figura 4 (URBSNOVA, 2012).

## **4 O DISTRITO CRIATIVO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO**

Este capítulo objetiva analisar as características arquitetônicas do conjunto de edificações ocupadas pelos participantes do Distrito Criativo, à luz de sua relevância como Patrimônio Cultural do território, levantar aspectos específicos dos empreendimentos que perfazem a rede do Distrito Criativo, isto é, setores da Economia Criativa a que pertencem, seu tempo de funcionamento e sua configuração espacial na malha urbana. Ademais, objetiva-se avaliar a atuação dos participantes na preservação do Patrimônio Cultural Edificado, a partir da injeção de recursos para execução de ações de conservação, adequação e restauração nos imóveis. Neste sentido, na seção 4.1 elabora-se uma classificação para as edificações do Distrito Criativo, a subseção 4.1.1 contempla a metodologia adotada e na subseção 4.1.2 apresenta-se a listagem de categorias propostas. Na seção 4.2 apresentam-se as características dos negócios participantes do Distrito Criativo e de seus imóveis, a subseção 4.2.1 descreve a metodologia utilizada e contempla um quadro com a caracterização geral dos empreendimentos e das edificações e na 4.2.2 são apresentadas análises dos dados obtidos. A penúltima seção, 4.3, discorre sobre os recursos injetados pelos atores do Distrito Criativo nas edificações ocupadas e especificamente nas edificações classificadas como Patrimônio Cultural, apresentando-se na subseção 4.3.1 a metodologia desenvolvida e na 4.3.2 a análise dos dados obtidos, já na última seção 4.4, são expostas as considerações preliminares referentes ao capítulo.

### **4.1 CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO DISTRITO CRIATIVO**

Quando abordadas as políticas públicas de preservação no capítulo 02, argumentou-se, conforme Neutzling (2018), que o tombamento e a listagem de um inventário de bens culturais imóveis se dão a partir de escolhas. Logo, o acervo de bens considerados Patrimônio Cultural pelo poder público tem caráter seletivo e, de acordo com Nunes e Ashton (2018), as edificações históricas, de um modo geral, conferem singularidade a um território criativo. Portanto, levando em conta estes aspectos, o presente trabalho adotou como conceito de Patrimônio Cultural do Distrito Criativo o conjunto formado pelas edificações de maior e menor relevância e, não somente aquelas consideradas Patrimônio Cultural municipal, a saber, tombadas e inventariadas, como definidas em Porto Alegre (1999).

### 4.1.1 Metodologia

Para elaboração da classificação das edificações ocupadas pelos negócios participantes do Distrito Criativo, tendo em vista sua contribuição para qualificação do território, este trabalho tomou por base as definições constantes na legislação de proteção do Patrimônio Cultural de Porto Alegre, os conceitos desenvolvidos pelos órgãos de preservação Municipal e Estadual, bem como, o Sistema de Valores proposto por Neutzling (2018), conforme mostra a figura 05. A classificação elaborada foi, assim, composta por sete tipos de edificações: Edificação Tombada em Nível Municipal, Edificação Inventariada de Estruturação, Edificação Inventariada de Compatibilização, Edificação de Relevância por Antiguidade, Edificação de Relevância Paisagística, Edificação de Relevância Simbólica e Edificação sem Relevância, como ilustra o Apêndice E.

Figura 5 - Quadro do Sistema de valores de Neutzling

<b>Sistema de Valores Proposto</b>	
<b>Instância de Antiguidade</b>	
Valor de antiguidade	Relacionado ao aspecto não moderno da edificação
<b>Instância Histórico-Cultural</b>	
Referência histórica	Fato histórico de interesse para a comunidade em nível local, estadual ou nacional Marco histórico no processo de transformação da cidade
Elemento referencial	Destaque no sítio, torna-se referência
<b>Instância morfológica</b>	
Valor arquitetônico	Edificações que oferecem interesses pelas qualidades formais que apresentam
Raridade formal	Expressão rara de manifestação da cultura regional ou qualificada, por formas valorizadas
Raridade na técnica construtiva	Execução através de técnica construtiva rara
Raridade no emprego de materiais	Emprego de materiais em desuso
<b>Instância Paisagística</b>	
Compatibilização com a paisagem urbana	Em harmonia com a diversidade da paisagem, com o contexto urbano, seja em escala e/ou tipologia
Conjunto de unidades – cenário	Sua inexistência descaracteriza o cenário que compõe. O valor da unidade existe no conjunto de unidades
<b>Instância Simbólica</b>	
Valor simbólico	Significado referencial ou afetivo para a comunidade. Por seu significado torna-se ponto de referência coletiva
<b>Instância Legal</b>	
Proteção federal	Incidência de legislação de preservação em nível federal
Proteção estadual	Incidência de legislação de preservação em nível estadual
Proteção municipal	Incidência de legislação de preservação em nível municipal

Fonte: Neutzling (2018)

A definição classificatória de Edificação Tombada em Nível Municipal baseou-se no constante na Lei Complementar 275/92 de Porto Alegre, que define o Tombamento, e na conceituação da EPAHC. As definições de Edificação Inventariada de Estruturação e Edificação Inventariada de Compatibilização ativeram-se ao constate na Lei Complementar nº 434/1999, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. As definições classificatórias de Edificações de Relevância por Antiguidade, Edificações de Relevância Paisagística e Simbólica, foram elaboradas a partir do Sistema de Valores de Neutzling (2018).

O Sistema de Valores de Neutzling (2018) apresenta uma classificação para edificações composta por seis categorias: Antiguidade; Histórico-cultural; Morfológica; Paisagística; Simbólica e Legal (ver Anexo I). A categoria de Antiguidade tem relação com o aspecto não moderno de uma edificação; a categoria Histórico-cultural remete a um passado culturalmente construído, no qual a edificação é referencial de algum fato histórico ocorrido; a categoria morfológica refere-se ao valor arquitetônico, sua raridade formal, técnica construtiva e materiais utilizados; a categoria Paisagística refere-se à compatibilização do imóvel com o cenário e a paisagem urbana; a categoria Simbólica remete ao significado afetivo da edificação para a comunidade e a categoria Legal faz referência à incidência de legislação de preservação municipal, estadual ou federal sobre a edificação.

Deste modo, como as definições constantes nos instrumentos legais de proteção e no Sistema de Valores de Neutzling (2018) abarcavam o universo de edificações que apresentavam alguma ordem de relevância para a qualificação do território do Distrito Criativo, restou fundamental haver uma definição para as edificações que não se constituíam em Patrimônio Cultural e não apresentavam significância para a paisagem urbana, daí a definição de Edificação Não Relevante, elaborada pela autora.

#### **4.1.2 Lista de categorias de edificações**

- a) **Edificação Tombada em Nível Municipal** - Edificação Tombada pelo Município de Porto Alegre e, logo, elencada como Patrimônio Cultural da cidade, preservada e protegida contra ações destruidoras; dado seu valor histórico e/ou artístico, arquitetônico, urbanístico, ambiental, simbólico e afetivo para a população (PORTO ALEGRE, 1992; EPAHC, [20--]);

- c) **Edificação Inventariada de Estruturação** – Edificação constante no Inventário de Bens Culturais Imóveis do Município de Porto Alegre, que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo-se elemento significativo na estruturação da paisagem (PORTO ALEGRE, 1999);
- d) **Edificação Inventariada de Compatibilização** – Edificação constante no Inventário de Bens Culturais Imóveis do Município de Porto Alegre, que possui significativa relação volumétrica e de composição com a Edificação de Estruturação e seu entorno (PORTO ALEGRE, 1999);
- e) **Edificação de Relevância por Antiguidade** – Edificação não moderna, não tombada e não listada no Inventário de bens Culturais do Município e que, dadas suas características tipológicas e volumétricas, constitui-se em elemento significativo para preservação de aspectos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos do território do Distrito Criativo de Porto Alegre (NEUTZLING, 2018);
- f) **Edificação de Relevância Paisagística** – Edificação não tombada e não listada no Inventário de bens Culturais do Município, e que dadas suas características de escala e /ou tipologia e volumetria, contribui para manter a diversidade e a harmonia da paisagem do território do Distrito Criativo de Porto Alegre (NEUTZLING, 2018);
- g) **Edificação de Relevância Simbólica** – Edificação contemporânea, não tombada, não listada no Inventário de bens Culturais do Município, que não possui relevância por antiguidade e que dadas suas características formais e volumétricas, constitui-se um referencial para paisagem e o design do território do Distrito Criativo de Porto Alegre (NEUTZLING, 2018);
- h) **Edificação não relevante** – Edificação contemporânea, não tombada, não constante no Inventário de Bens Culturais do Município, que não possui relevância por antiguidade, paisagística ou simbólica e que, devido a suas características arquitetônicas e volumétricas, não se constitui em um referencial para paisagem e o design do território do Distrito Criativo de Porto Alegre.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES DO DISTRITO CRIATIVO

Com base em Printsch (2021) e Distrito Criativo (2022), elaborou-se um quadro das características dos imóveis e dos empreendimentos participantes do Distrito Criativo de Porto

Alegre, contendo informações tais como: nome do empreendimento/ empreendedor, atividade desenvolvida, ano de instalação do negócio, endereço, setor da economia a que pertence e classificação do imóvel ocupado.

#### **4.2.1 Metodologia e quadro de caracterização geral**

Para compor a listagem dos participantes foi consultada a página do site eletrônico do Distrito Criativo (2022) relativamente aos empreendedores e empreendimentos, bem como, o Quadro nº 6 - Relação ano de instalação, endereço dos participantes da rede Distrito C e imóveis com bens tombados ou inventariados na região do 4º Distrito, elaborado por Printsch (2021). Afim de evitar duplicidade de dados, adotou-se o critério de participação por CNPJ ou CPF. Assim, em que pese a listagem do site do DC contar com 95 empreendedores e empreendimentos, para fins deste trabalho, considerou-se 86 participantes do Projeto Distrito Criativo, como apresenta o Quadro 05.

Quanto ao Quadro nº 6 de Printsch (2021), esse continha informações relativas à rede do Distrito C, tais como: nome da empresa e/ou empreendedor criativo, o ano de instalação na região, categoria, endereço e relação do imóvel ocupado com os bens tombados ou inventariados pelo Município de Porto Alegre. Considerando-se a incompatibilidade existente entre alguns dados das duas listagens, contatou-se o Coordenador do Distrito C e administrador do site Jorge Ferro Piqué, que confirmou a atualização da listagem constante no site, portanto, a mesma foi adotada para o presente trabalho.

Com relação ao ano de instalação dos negócios e endereços, foram utilizadas as informações do Quadro nº 6 de Printsch (2021), para os negócios atuais constantes no mesmo e, para os não constantes, realizou-se pesquisa em redes sociais como *Facebook* e *Instagram* a partir das informações contidas na página de empreendedores/empreendimentos do site eletrônico do Distrito Criativo. Após, confrontou-se as mesmas com as informações contidas nas respostas daqueles que participaram do questionário aplicado pela autora aos participantes do DC. No que concerne às atividades desenvolvidas, foram adotadas as constantes na página de empreendedores/empreendimentos do site eletrônico do Distrito Criativo. E relativamente à classificação dos imóveis, a mesma foi realizada segundo as categorias apresentadas no item 4.1.2 deste trabalho. Portanto, além das informações contidas no Quadro nº 6 de Printsch (2021), foi consultada a lista de imóveis tombados e inventariados, da Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2013) e também foram realizadas visitas de campo e utilizados os recursos do *Google Maps* e *Street Views*.

Para estabelecer as categorias setoriais que abrangem as atividades econômicas existentes na rede do Distrito C, adotou-se a classificação utilizada pelo Sistema Estatístico Nacional, ou seja, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE 2.0. Ademais, utilizou-se como base a classificação desenvolvida pelo Observatório Itaú Cultural, constantes no Quadro: Atividades e categorias setoriais da variável Empresas Criativas. O mesmo apresenta 10 categorias com base na CNAE 2.0, quais sejam: Arquitetura; Artes Cênicas e Artes Visuais; Atividades Artesanais; Cinema, Música, Fotografia, Rádio e TV; Editorial; Moda; Design; Publicidade e Serviços Empresariais, Tecnologia da Informação; Museus e Patrimônio. Contudo, considerando-se não haver atividades no Distrito Criativo que se enquadrassem nas categorias de Atividades Artesanais, Editorial, Moda e Museus e Patrimônio, essas foram excluídas (IBGE, 2022; ITAÚ, [(20--)]).

Por outra senda, como existiam atividades desenvolvidas por empreendimentos do Distrito Criativo que não estavam contempladas nas categorias propostas pelo Observatório Itaú Cultural, mantendo-se por base a CNAE 2.0, adicionou-se outras três categorias. A categoria de Alojamento e Alimentação, que abrange as atividades de Hotéis e similares, Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas e a de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas; categoria Ensino e Atividades de Arte e Cultura com as atividades de Ensino de arte e cultura e Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte e a categoria Comércio de Objetos de Arte, Usados, e Antiguidades contemplando atividades de Comércio varejista de artigos usados e Comércio varejista de objetos de arte.

Ainda, foram alteradas as nomenclaturas de duas classificações constantes na classificação do Observatório Itaú Cultural, bem como, excluídas e acrescentadas algumas atividades em duas categorias. A nomenclatura da categoria Artes Cênicas e Artes Visuais, foi substituída pela constante na CNAE 2.0 - Atividades artísticas, criativas e espetáculos, pois avaliou-se que a mesma limitava algumas atividades e a categoria Serviços de cinema, música, fotografia, Rádio e TV pela nomenclatura Serviços de cinema, música, fotografia e TV, já que não havia atividades de rádio entre os participantes. Para melhor caracterizar as atividades de Coworking, acrescentou-se na categoria de Publicidade e Serviços Empresariais as atividades de Pesquisas de mercado e de opinião pública; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo e Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. Também foram excluídas Atividades de Rádio, Atividades de Televisão Aberta, Programadoras e Atividades Relacionadas à Televisão por Assinatura, Exceto Programadoras, uma vez que não constavam entre os participantes. Assim,

as categorias setoriais estabelecidas para o Distrito Criativo foram: Alojamento e Alimentação; Arquitetura; Atividades artísticas, criativas e de espetáculos; Comércio de Objetos de Arte, usados e antiguidades; Design; Ensino, Atividades de arte e cultura; Publicidade e serviços empresariais; Serviços de cinema, música, fotografia e TV; Tecnologia da Informação, conforme Apêndice A.

Quadro 5 - Caracterização de Empreendimentos e Edificações do DC de Porto Alegre (continua)

<b>Empresa/ Empreendedor</b>	<b>Atividade</b>	<b>Ano de instalação</b>	<b>Categoria Setorial</b>	<b>Endereço do negócio</b>	<b>Classificação do Imóvel</b>
1. ALF <sup>5</sup> /Artesania do Mundo / Ateliê Luz Feito à Mão	Espaço Multifuncional/ Design	2021	Atividades artíst., criat. e de espetáculos + Design	R. Ernesto Fontoura, 758	Relevância Simbólica
2. Atelier AV	Ateliers/Estúdios de Artistas	1996	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Leopoldo Fróes, 126	Não relevante
3. Atelier O Bestiário	Ateliers/Estúdios de Artistas	2013	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	Av. Cristóvão Colombo, 51	Inventariado Compatibilização
4. Atelier Serigráfico Xadalu	Ateliers/Estúdios de Artistas	2014	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. São Carlos	Não relevante
5. Atelier Vó Zuzu	Design	2002	Design	Av. Cristóv. Colombo 342	Inventariado Compatibilização
6. Art Trike	Design	2013	Design	R. Conde de Porto Alegre, 233	Não relevante
7. Bandits Films	Audiovisual	1990	Cinema Música, Fotog., e TV	R. Alm. Tamandaré, 215	Inventariado Compatibilização
8. BB	Artista	1990	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. São Carlos, 621	Não relevante
9. Baru Cozinha Brasileira	Gastronomia	2018	Alojamento e Alimentação	R. Gonçalo de Carvalho, 04	Inventariado Estruturação
10. Brechó Balaio de Gato	Antiguidades Brechó	2006	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid.	R. São Carlos, 574	Inventariado Estruturação
11. Café Minéraux	Gastronomia/ Espaço de Eventos e Galeria de Arte	2016	Alojamento e Alimentação + Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid + Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. São Carlos, 731	Inventariado Estruturação
12. Caixa do Elefante/ MB	Artes Cênicas	1991	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	Rua Comendador Azevedo, 445/2	Inventariado Estruturação
13. Cantina Famiglia Facin	Gastronomia	2014	Alojamento e Alimentação	Av. Cristóvão Colombo, 545	Tombado

<sup>5</sup> Para empreendedores pessoas físicas, utilizou-se suas iniciais na identificação.

(continuação)

<b>Empresa/ Empreendedor</b>	<b>Atividade</b>	<b>Ano de instalação</b>	<b>Categoria Setorial</b>	<b>Endereço do negócio</b>	<b>Classificação do Imóvel</b>
14. Casa de Teatro de Porto Alegre/ MLP	Artes Cênicas	2019	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	Av. Cristóvão Colombo, 400	Inventariado Compatibilização
15. Casa do Xadrez	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2018	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	R. Gonçalo de Carvalho, 209-Sala 401 B	Não relevante
16. Casa de Espetáculo	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2018	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	Rua Visconde do Rio Branco 691	Relevância por Antiguidade
17. Casa da Música/ AD	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2009	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	R. Gonçalo de Carvalho, 22	Inventariado Estruturação
18. Casa 533/ MW	Design	2016	Design + Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Câncio Gomes, 533	Relevância Paisagística o
19. CC100	Espaço Multifuncional (Coworking)	2014	Publicidade e Serviços Empresariais	Av. Cristóvão Colombo, 100	Inventariado Compatibilização
20. CELUZ - Centro de Eventos Luz da Aurora	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2017	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	R. Gonçalo de Carvalho, 30	Inventariado Estruturação
21. Cervejaria Bodoque	Gastronomia	2021	Alojamento e Alimentação	Av. Guido Mondim, 40	Inventariado Estruturação
22. Chicafundó	Gastronomia	2010	Alojamento e Alimentação	Av. Mercedes, 157	Inventariado Compatibilização
23. Churrascaria Na Brasa/NB Steak	Gastronomia	1990	Alojamento e Alimentação	R. Ramiro Barcelos, 389	Inventariado Compatibilização
24. Ciranda dos Ritmos espaço de dança	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2012	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	Av. Cristóvão Colombo, 378	Inventariado Estruturação
25. CIX- Espaço 109/RJP	Galeria de Arte Antiguidades	2006	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiguid + Atividades artíst., criat. E de espetáculos	Travessa Azevedo, 109	Não relevante
26. Clemente Design	Design	2007	Design	Av. Cristóvão Colombo, 100	Inventariado Compatibilização
27. CORAL Brasil Cachaça	Gastronomia	2012	Alojamento e Alimentação	Av. Guido Mondim 951	Não relevante
28. Cortex	Bares Musicais/Casas Noturnas	2019	Alojamento e Alimentação + Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Álvaro Chaves, 12	Inventariado Estruturação
29. CRIART – Escola de Artes Decorativas	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	1970	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	R. Comendador Azevedo, 516	Inventariado Estruturação
30. Cubo Cia. Cervejeira	Gastronomia	2016	Alojamento e Alimentação	Rua Moura Azevedo, 237	Relevância Simbólica
31. Delphus Galeria e Molduras de Arte	Galeria de Arte	2017	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiguid	Av. Cristóvão Colombo, 1501	Relevância por Antiguidade
32. Encadernando Ideias	Design	2021	Design	R. Pelotas, 364 - loja 02	Inventariado Estruturação

(continuação)

<b>Empresa/ Empreendedor</b>	<b>Atividade</b>	<b>Ano de instalação</b>	<b>Categoria Setorial</b>	<b>Endereço do negócio</b>	<b>Classificação do Imóvel</b>
33. Escola de conhecimentos orientais Pa Kua	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2006	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	Av. Cristóvão Colombo, 364	Inventariado Estruturação
34. Espaço Cultural DL	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2006	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	Rua São Carlos, 716	Relevância por Antiguidade
35. Espaço Livre - Arte Corpo Mente	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2016	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	Av. Cristóvão Colombo, 901	Relevância por Antiguidade
36. Espaço 373	Bar Musical/Casa Noturna/Shows	2016	Aloj. e Alimentação + Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Comendador Coruja, 373	Inventariado Estruturação
37. Estúdio ABA	Arquitetura	1997	Arquitetura	R. Gaspar Martins, 440	Inventariado Estruturação
38. Estúdio RJ	Ateliers/Estúdios de Artistas	2016	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Visconde do Rio Branco, 559	Relevância Paisagística
39. Fábrica do Futuro	Espaço Multifuncional	2019	Publicidade e Serv. Empresariais + Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Câncio Gomes, 609	Relevância Simbólica
40. Fabrique Maker Space	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2014	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	R. Comendador Coruja, 420	Inventariado Estruturação
41. Flaviart	Comunicação, Propaganda & Marketing	2012	Publicidade e Serviços Empresariais	Rua Comendador Azevedo, 528	Inventariado Estruturação
42. FM– Agência de Conteúdo	Agência de Conteúdo	2012	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	Av. Cristóvão Colombo, 1918	Não relevante
43. Fuerza Studio – Massive & Digital	Web Design	2010	Tecnologia da Informação	Av. Cristóvão Colombo, 1103	Não relevante
44. Galeria Bolsa de Arte	Galeria de Arte	2010	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	R. Visconde do Rio Branco, 365	Relevância Simbólica
45. Galeria Coletiva 9	Galeria de Arte	2018	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	Av. Guido Mondim, 307	Não relevante
46. Galpão Makers	Espaço Multifuncional	2015	Publicidade e Serv. Empresariais	R. Gaspar Martins, 267	Relevância Simbólica
47. Gravador Pub	Bares Musical/Casa Noturna/shows	2016	Alojamento e Alimentação	R. Conde de Porto Alegre, 22	Relevância por Antiguidade
48. Humberto Karam	Artes e Antiguidades	1974	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	R. Câncio Gomes, 516	Inventariado Compatibilização
49. Íbis Style	Hotel	2015	Alojamento e Alimentação	R. Garibaldi, 633	Não relevante
50. La Casa de Bernarda Alba Mobília de época e objetos de decoração	Antiguidades	2013	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	R. Visconde do Rio Branco, 279	Relevância Simbólica

(continuação)

<b>Empresa/ Empreendedor</b>	<b>Atividade</b>	<b>Ano de instalação</b>	<b>Categoria Setorial</b>	<b>Endereço do negócio</b>	<b>Classificação do Imóvel</b>
51. LP Fotografia	Ateliers/Estúdios de Artistas	1994	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	Travessa Azevedo 115	Não relevante
52. Loja Garimpo Móveis e Objetos de Arte	Antiguidades	2005	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	R. Cândio Gomes, 659	Relevância Paisagística
53. LM	Artista	2002	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. São Carlos, 621	Não relevante
54. Macchi Arq. e Construção/LC M	Arquitetura/ Artista	1971	Arquitetura + Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Cândio Gomes, 668	Relevância por Antiguidade
55. Marquise 51	Espaço Multifuncional	2007	Cinema Música, Fotog., e TV	Av. Cristóvão Colombo, 51	Inventariado Compatibilização
56. MC Gastronomia	Gastronomia	1999	Alojamento e Alimentação	Av. Pernambuco, 2478	Relevância Paisagística
57. MC Artista Visual	Artista	1990	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. São Carlos, 621	Não relevante
58. Monarca Produções Culturais/ LA	Produtora Cultural Eventos/ Artista	2012	Publicidade e Serviços Empresariais + Atividades artíst., criat. e de espetáculos	Av. Farrapos, 3045/35	Não relevante
59. Mundaréu	Antiguidades Brechó/ Arte	2017	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	Rua Hoffmann, 500	Relevância Paisagística
60. Naida Gomes Artes e Antiguidades	Antiguidades Arte	1965	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	R. Cândio Gomes, 634	Relevância Paisagística
61. Nau Live Spaces	Espaço Multifuncional	2019	Publicidade e Serv. Empresariais	Av. Pres. Franklin Roosevelt, 1308	Inventariado Estruturação
62. Nicola Loja de móveis de Design	Decoração e Design	1993	Design	Av. Pernambuco, 2162	Relevância Paisagística
63. NH	Produtora Cultural	2001	Publicidade e Serviços Empresariais	R. 7 de Abril	Não relevante
64. Nuh Asian Food	Gastronomia	2020	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	Av. Cristóvão Colombo, 901	Relevância por Antiguidade
65. O Apê	Galeria de Arte	2021	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	R. Hoffmann 401	Inventariado Estruturação
66. Pacífico	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2017	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	R. Hoffmann, 500	Relevância Paisagística
67. Padaria e Confeitaria Dalmás	Gastronomia	2000	Alojamento e Alimentação	Rua Conde de Porto Alegre, 503	Relevância Paisagística
68. Paulo Capelari Galeria de arte e Molduras	Galeria de Arte	1974	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	Avenida Cristóvão Colombo, 1093	Relevância por Antiguidade
69. Piano B&B + Coworking	Hospedagem	2017	Alojamento e Alimentação	R. Pinheiro Machado, 40	Inventariado Estruturação

(continuação)

<b>Empresa/ Empreendedor</b>	<b>Atividade</b>	<b>Ano de instalação</b>	<b>Categoria Setorial</b>	<b>Endereço do negócio</b>	<b>Classificação do Imóvel</b>
70. Porto Alegre Hostel Boutique	Hostel	2011	Alojamento e Alimentação	R. São Carlos 545	Inventariado Estruturação
71. Projeto Tampart/ UF	Atelier/Estúdio de Artista/Artista	2014	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. São Carlos, 725	Inventariado Estruturação
72. RS	Escritor e Músico	2001	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. São Carlos, 581	Inventariado Estruturação
73. RP Artista Visual	Artista	1999	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	Rua 7 de abril, 423	Não relevante
74. SHOGUNFX Studio	Atelier/Estúdio de Artista	2019	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Santa Rita, 303	Não relevante
75. Studio Insonia	Atelier/Estúdio de Artistas	2006	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Hoffmann 401	Inventariado Estruturação
76. Stúdio 1 Arquitetura	Arquitetura	2010	Arquitetura	Av. Cristóvão Colombo, 2144	Não relevante
77. STAR Produtora	Audiovisual	2004	Cinema Música, Fotog., e TV	R. São Carlos, 665	Relevância Paisagística
78. Tânia Göller Antiques	Antiguidades e Arte	2019	Comércio de objetos de Arte, Usados e Antiquid	R. Visconde do Rio Branco, 302	Relevância Paisagística
79. Tanguera Estudio de Danza/ VC	Ensino/ Atividades de Arte e Cultura	2004	Ensino e Atividades de Arte e Cultura	R. Comendador Coruja, 380	Inventariado Estruturação
80. TG	Artista Visual	2018	Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. Santa Rita, 303	Não relevante
81. Tempero Rosa	Gastronomia	1999	Alojamento e Alimentação	Rua Visconde do Rio Branco, 555	Relevância Paisagística
82. Thiago Pritsch Arquitetura	Arquitetura	2013	Arquitetura	R. 7 de abril, 285	Relevância Paisagística
83. Vila Flores	Espaço Multifuncional	2013	Publicidade e Serv. Empresariais + Atividades artíst., criat. e de espetáculos	R. São Carlos, 759	Inventariado Estruturação
84. Via Velô	Design	2016	Design	Rua 7 de Abril, 291	Não relevante
85. Vinhatti Antiguidades & Estilos	Antiguidades Brechó	1989	Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiquid	Av. Cristóvão Colombo, 1336	Não relevante
86. 4Beer - Cerveja & Cultura	Gastronomia	2016	Alojamento e Alimentação	Av. Polônia, 200	Relevância Paisagística

Fonte: Elaboração própria com base em Printsch (2021), Itaú [(20--)] e CNAE (2022).

Para classificar as edificações, segundo as sete categorias definidas no item 4.1.2, analisou-se os endereços do Quadro 05 e constatou-se a existência de duplicidades de endereços devido a empreendimentos ou empreendedores que compartilhavam edificações, por exemplo: CC100 e Clemente Design compartilhavam a mesma edificação na Avenida Cristóvão Colombo 1001, o Atelier O Bestiário compartilhava a edificação da Avenida

Cristóvão Colombo 51 com o Marquise 5 e, assim, estes endereços foram contabilizados apenas uma vez. Neste sentido, após eliminadas as duplicidades de dados, aferiu-se que o Distrito Criativo possui 86 participantes os quais ocupam 81 edificações.

#### 4.2.2 Análise dos dados

De acordo com o Quadro 05, no que se refere à classificação das edificações ocupadas por participantes do Distrito Criativo, por ordem de relevância tem-se: 1 tombada pelo Patrimônio Cultural do Município; 25 listadas como imóveis de Estruturação, perfazendo 31% do total, e 10 de Compatibilização no Inventário dos Bens Culturais Materiais de Porto Alegre, correspondendo a 10%. Um total de 6, ou 9%, classificadas pela autora como de Relevância por Antiguidade, 13 que correspondem a 16% do total como de Relevância Paisagística, outras 6 edificações, ou 7%, de Relevância Simbólica e 21, perfazendo 26 % do total, foram consideradas pela autora não relevantes, como ilustra o Quadro 06.

Quadro 6 - Quantificação das Categorias de Edificações do DC de Porto Alegre

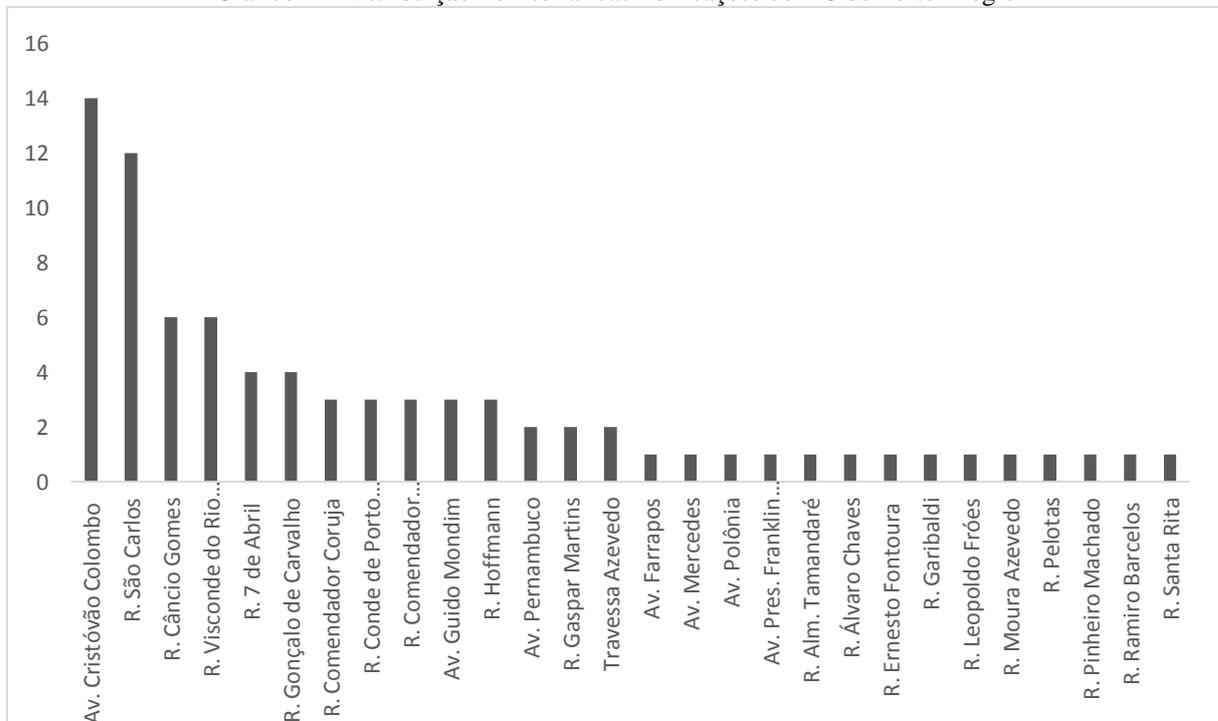
<b>Classificação Edificação</b>	<b>Quantidade</b>
Tombada em Nível Municipal	1
Inventariada de Estruturação	25
Inventariada de Compatibilização	8
Relevância por Antiguidade	7
Relevância Paisagística	13
Relevância Simbólica	6
Não Relevante	21
<b>Total de Edificações Ocupadas por Participantes DC</b>	<b>81</b>

Fonte: Elaboração própria.

Corroborando Nunes e Ashton (2018), considerou-se relevantes as edificações que contribuíam para a qualificação e a singularidade do Território Criativo, ou seja, as tombadas; inventariadas de Estruturação e Compatibilização; de relevância por Antiguidade, Paisagística e Simbólica. Analisou-se sua ocorrência no território do Distrito Criativo e constatou-se que 74% das edificações da rede são relevantes sob este prisma. Com relação às consideradas Patrimônio Cultural do Distrito Criativo, quer dizer, edificações tombadas, inventariadas, de relevância por antiguidade e paisagística, essas perfazem 67% do total.

Tomando-se por referência as colocações de Vieira e Milan (2022), de que os Distritos Criativos se constituem em uma das tipologias de aglomerações espaciais apresentadas por um *Cluster* Criativo e o mapa de localização dos participantes do Distrito Criativo de Porto Alegre apresentados no capítulo 03, passa-se a analisar a distribuição espacial das edificações da rede na malha urbana. A partir do Quadro 05, tem-se que as 81 edificações ocupadas por participantes do Distrito Criativo se localizam em 28 logradouros, da seguinte forma: 14 delas, ou 17%, se situam na Av. Cristóvão Colombo; 12, correspondendo a 15%, na Rua São Carlos; nas Ruas Cânciao Gomes e Visconde de Rio Branco são 6, ou 7%, em cada; 4 edificações, ou 5%, em cada umas das ruas 7 de Abril e Gonçalo de Carvalho; 3, ou 4%, nas ruas Comendador Coruja, Comendador Azevedo, Conde de Porto Alegre, Hoffmann e Av. Guido Mondim; 2, ou 2%, na avenida Pernambuco e nas ruas, Gaspar Martins e Travessa Azevedo; e 1, ou 1%, edificação em cada um dos 14 logradouros restantes, como mostra o Gráfico 01. Assim, 56% das edificações estão concentradas em seis logradouros do bairro Floresta, o que reafirma a informação de UrbsNova (2022), constante no capítulo 03, de que a maior densidade de atores do Distrito C localiza-se naquele bairro.

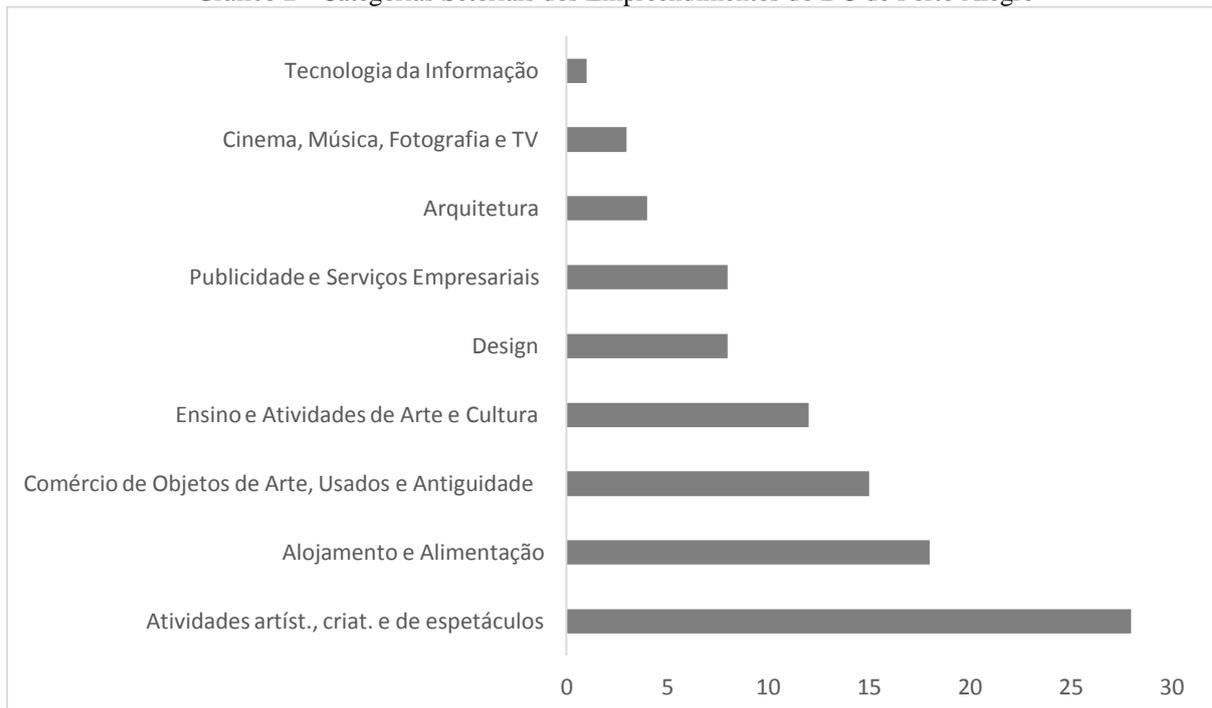
Gráfico 1 - Distribuição Territorial das Edificações do DC de Porto Alegre



Fonte: Elaboração própria.

Em relação às categorias setoriais que abarcam as atividades econômicas dos 86 participantes do Distrito Criativo, afere-se, a partir do Quadro 05, que devidos às atividades desenvolvidas, vários empreendimentos abarcam mais de uma categoria setorial. Assim, o setor de Atividades artísticas, criativas e de espetáculos abrange 28 empreendimentos, ou seja, 29% do total; o setor de Alojamento e Alimentação 18 empreendimentos e 19% do total; o setor de Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiguidade abrange 15, perfazendo 16% dos empreendimentos; o setor de Ensino e Atividades de Arte e Cultura 12 empreendimentos e 12% do total; Design e Publicidade e Serviços Empresariais 8 empreendimentos cada um e 8% do total cada; Arquitetura 4 empreendimentos e 4% do total; Cinema, Música, Fotografia e TV 3 e 3% do total e tecnologia da Informação 1 empreendimento ou seja 1% do total. Constata-se, portanto, uma ocorrência significativa de atividades do setor de Atividades artísticas, criativas e de espetáculos no Distrito Criativo de Porto Alegre, fazendo com que este abranja quase 1/3 dos participantes, o que pode ser vislumbrado no gráfico 02.

Gráfico 2 - Categorias Setoriais dos Empreendimentos do DC de Porto Alegre

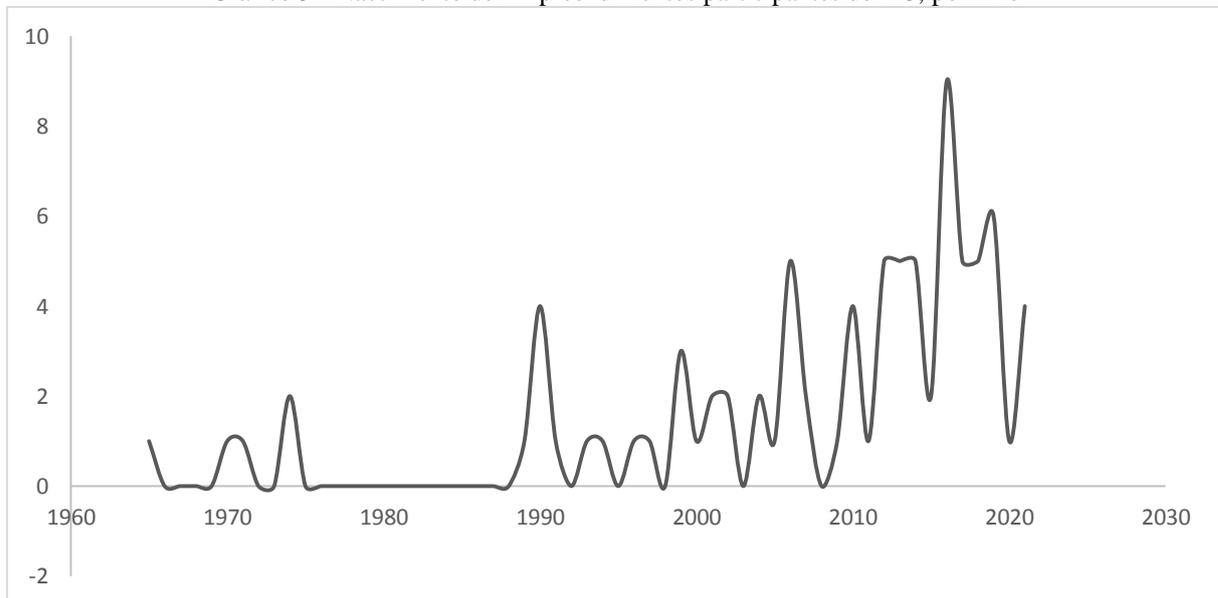


Fonte: Elaboração própria.

Ainda a partir das informações contidas no Quadro 05, com relação à demografia de negócios, tem-se que o intervalo de tempo de abertura de empreendimentos participantes do Distrito Criativo, desconsiderando-se falências ou fechamentos de negócios, estende-se do ano de 1965 a 2021, permeado por períodos sem ocorrência de instalações. Assim, o primeiro

participante do futuro Distrito Criativo se instalou na região em 1965; passados 5 anos, em 1970, instalou-se mais 1 participante; entre 1971 e 1974 mais 2 negócios foram inaugurados e, após um intervalo de 15 anos, em 1989 instalou-se outro dos atuais participantes do DC. Conforme pode ser percebido no Gráfico 03, de 1989 até 2009 existe um movimento de oscilação, com anos sem novas instalações. A partir desse ano, tem-se entradas constantes de participantes, iniciando uma tendência de ascensão, com um pico acentuado em 2010, quando se instalam 4 empreendimentos do Distrito Criativo. Após, entre os anos 2012 e 2014 se observa um platô elevado, com a instalação de 5 empreendimentos em cada um desses anos, e outro pico maior, em 2016, com 09 empreendimentos. Em 2017 tem-se uma queda no número de novos negócios para 5, que se mantém em 2018, seguido por uma elevação em 2019 para 6, que cai para 2 em 2020, ano de ocorrência da pandemia por COVID 19, e volta a aumentar em 2021 com a abertura de 4 negócios. Assim, em uma perspectiva quantitativa, é importante destacar que, do total de 86 negócios atualmente participantes do Distrito Criativo, 44, ou 51%, existem desde antes da sua criação e 42, ou 49% dos negócios foram inaugurados após a criação do DC.

Gráfico 3 - Nascimento de Empreendimentos participantes do DC, por Ano



Fonte: Elaboração própria.

### 4.3 INVESTIMENTOS NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE

Esta seção avalia a atuação dos participantes do Distrito Criativo na preservação do Patrimônio Cultural Edificado, a partir da injeção de recursos, próprios ou financiados, para execução de ações de conservação, adequação e restauração, nos imóveis por eles ocupados.

#### 4.3.1 Metodologia

Para aferir a injeção de recursos e outros aspectos discutidos no capítulo a seguir, foi aplicado um questionário. Esse foi elaborado através da plataforma *Google Forms*, conteve dados de identificação dos participantes, quinze perguntas (sendo seis fechadas e nove abertas), além de espaço para comentários adicionais, conforme o Apêndice D.

A aplicação do questionário, foi viabilizada através de um link de acesso criado no aplicativo *Google Drive* enviado por mensagem de correio eletrônico, pelo coordenador do Distrito Criativo Jorge Piqué, aos 86 participantes, juntamente a uma carta da autora explicitando o propósito do mesmo, constante no Apêndice C. Afim de estimular a adesão, após sete dias o coordenador realizou novo envio do link ao grupo dos participantes através do aplicativo *WhatsApp* e, transcorridos mais sete dias, a autora deste trabalho enviou solicitação pessoal e link também pelo aplicativo *WhatsApp* a 35 participantes. Após 25 dias e novos contatos do coordenador e da autora pelo aplicativo *WhatsApp*, no prazo fixado para conclusão da aplicação do questionário, contabilizaram-se 32 respondentes, ou seja 37% do total dos empreendimentos e empreendedores participantes do Distrito Criativo aderiram à pesquisa.

#### 4.3.2 Análise dos dados

De acordo com a amostragem, no que se refere à relação de posse dos imóveis 15, ou 47% do total, eram de propriedade dos empreendimentos/ empreendedores, 15, ou 47%, locados, 1 (3%) sublocados e 1 (3%) de utilização sem ônus para o negócio. Quanto à classificação dos trinta e dois imóveis que perfazem a amostra, aferiu-se que 1 constituía-se em edificação Tombada pelo município, 11 em edificações Inventariadas de Estruturação e 4 de Compatibilização, 3 em edificações de Relevância por Antiguidade, 4 Paisagística e 4 Simbólica e 6 em edificações não relevantes para fins de qualificação do território. Assim,

81% das edificações que compunham a amostra eram relevantes e 72% consideradas Patrimônio Cultural, sendo 34 % Inventariadas de Estruturação e 13% de Compatibilização, 13% de Relevância Paisagística, 9% de Relevância por Antiguidade e 3% tombadas, como mostra o Gráfico 04.

Gráfico 4 - Quantificação das Edificações da Amostra de Respondentes do DC de Porto Alegre



Fonte: Elaboração própria.

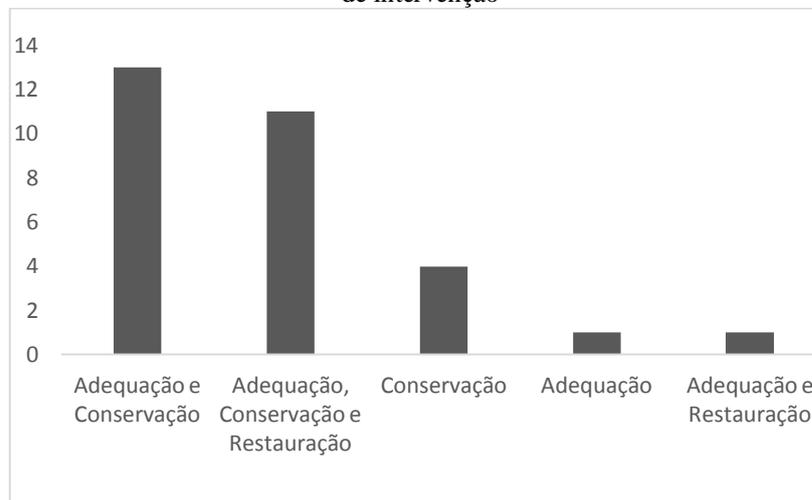
Corroborando Benhamou (2016), que defende que trazer vida nova ao Patrimônio Cultural Edificado é uma forma de preservá-lo, procurou-se quantificar a injeção de recursos próprios ou financiados pelos empreendedores do Distrito Criativo, na execução de algum tipo de serviço ou obra no imóvel. Para tanto, foram consideradas três categorias de intervenções: conservação e restauração, classificadas por Araujo Junior (2012) como serviços patrimoniais, e adequação do imóvel ao novo uso. Assim, estas foram definidas no questionário como:

- a) conservação-execução de serviços de pintura interna e externa, consertos na cobertura, calhas e esquadrias;
- b) adequação-realização de obra de reforma em alvenarias, cobertura, rede hidráulica, rede elétrica e esquadria e acréscimos construtivos;
- c) restauração-execução de serviços especializados para recuperação de características originais da edificação.

De acordo com os dados coletados, 100% dos proprietários e locatários na amostra realizaram injeção de recursos nos imóveis, enquanto os empreendedores que se definiram

como sublocatário e usuário sem ônus não realizaram. Logo, 30 ou 94% dos imóveis ocupados pelos negócios criativos, receberam injeção de recursos em algum tipo de intervenção. Quanto à categoria da intervenção executada, de acordo com o Gráfico 05, dos 30 imóveis que receberam injeção de recursos, em 13 deles, ou 44%, foram executadas obras de Adequação e Conservação; em 11 (ou 37%) aconteceram obras de Adequação, Conservação e Restauração; em 4, ou 13%, obras de Conservação e em 1 (ou 3%) ambas obras de Adequação e de Adequação e Restauração. Portanto, das edificações ocupadas por participantes do Distrito Criativo, que responderam ao questionário: 93% foram conservadas, 87% adequadas ao novo uso e 47% restauradas.

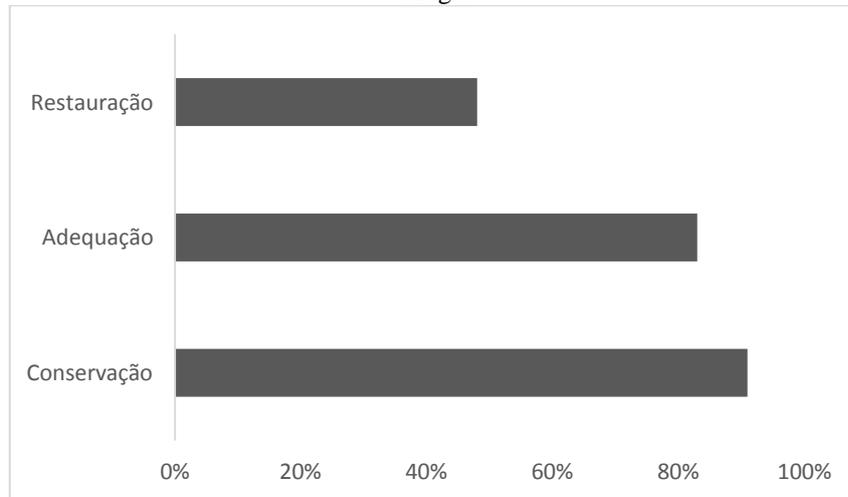
Gráfico 5 - Número de Intervenções Executadas por Respondentes, em imóveis do DC de Porto Alegre, por tipo de intervenção



Fonte: Elaboração própria.

Ainda, considerando-se somente as edificações classificadas como Patrimônio Cultural, ou seja, excluindo-se as edificações não relevantes e as de relevância simbólica, obteve-se uma subamostra de 23 edificações. Dessas, 22, ou 96%, receberam injeção de recursos próprios ou financiados, sendo que, 21 (91%) foram conservadas, 19 ou 83% adequadas ao novo uso e 11, ou 48%, restauradas, como pode ser aferido no Gráfico 06.

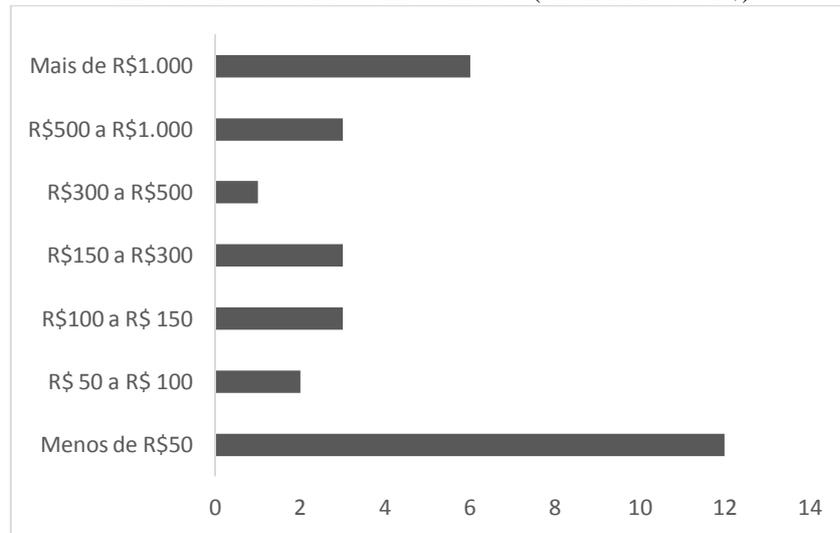
Gráfico 6 - Intervenções Executadas pelos Respondentes, no Patrimônio Cultural Edificado do DC de Porto Alegre



Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados coletados nos questionários retornados, aferiu-se o valor aproximado dos recursos injetados pelos 30 participantes do Distrito Criativo, nos imóveis ocupados, como representado no gráfico 07. Assim, 12, ou 40%, dos participantes injetaram menos de R\$ 50.000; 2, ou 7%, injetaram entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000; 3 (10%) entre R\$ 100.000 e R\$ 150.000; 3 (10%) entre R\$ 150.000 e R\$ 300.000; 1, ou 3%, entre R\$ 300.000 e R\$ 500.000; 3, ou 10%, entre R\$ 500.000 e R\$ 1.000.000 e 6 (20%) injetaram mais de R\$ 1.000.000. Portanto, se tomarmos a injeção de recursos nos imóveis do Distrito Criativo, 40% recebeu menos de R\$ 50.000 e 60% recebeu acima deste montante, sendo que desses, 40% recebeu entre R\$ 50.000 e R\$ 500.000 e 20% mais de R\$ 1.000.000,00.

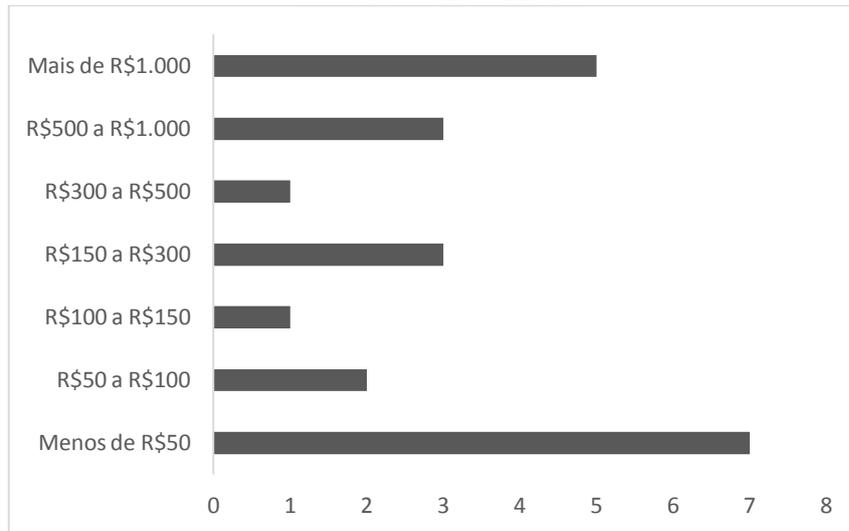
Gráfico 7- Recursos Injetados pelos Respondentes em Imóveis do DC de Porto Alegre, por Número de Imóvel em cada faixa de Investimento (em milhares de R\$)



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao montante dos recursos injetados especificamente nas 22 edificações consideradas Patrimônio Cultural, como representado no gráfico 08, analisou-se que 7 delas, ou 32% do total, receberam menos de R\$ 50.000 de injeção de recursos; 2, ou 9% do total, receberam entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000; 1, ou 4%, entre R\$ 100.000 e R\$ 150.000; 3 (14%) receberam entre R\$ 150.000 e R\$ 300.000; 1 (4%) entre R\$ 300.000 e R\$ 500.000; 3 (14%) entre R\$ 500.000 e R\$ 1.000 e 5, ou 23%, receberam mais de R\$ 1.000.000 de injeção de recurso. Logo, se tomarmos a injeção de recursos no Patrimônio Cultural do Distrito Criativo, e considerando Benhamou (2016), para quem o Patrimônio Cultural requer usos que possibilitem a amortização de seus custos de conservação, manutenção e reabilitação, obteve-se que 32% do Patrimônio Cultural recebeu menos de R\$ 50.000 de injeção de recursos e, portanto, 68% recebeu mais que este valor; sendo que, desses, 45% recebeu entre R\$ 50.000 e R\$ 500.000 e 23% mais de R\$ 1.000.000.

Gráfico 8 - Recursos Injetados no Patrimônio Cultural Edificado do DC, por Número de Imóvel em cada faixa de Investimento



Fonte: Elaboração própria.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Como constatado no presente capítulo e corroborando Nunes e Ashton (2018), 74% das edificações da rede participante do Distrito Criativo são relevantes, ou seja, contribuem para a qualificação da ambiência e para singularidade da paisagem do território, sendo que 67% consistem em Patrimônio Cultural. Em relação à distribuição destas últimas na malha urbana, concluiu-se que 56% das edificações estão localizadas em seis logradouros do bairro Floresta, o que afirma a colocação de UrbsNova (2022) de que a maior densidade de atores do Distrito C localiza-se nesse bairro, formando um subdistrito criativo denso.

No que tange às categorias setoriais das atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos participantes do Distrito Criativo, conclui-se que o setor predominante é o de Atividades artísticas, criativas e de espetáculos que abarca 33% destes, seguido pelos setores de Alojamento e Alimentação e de Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiguidade que representam 16% e 15% respectivamente. Ademais, em relação ao tempo de instalação dos empreendimentos, deparou-se com a existência de um movimento oscilatório, no período de 1965 a 2009, o que é esperado uma vez que o gráfico empregado ilustra os fluxos ou entradas de novos participantes e não seu somatório ou estoque, ao longo deste intervalo de tempo. A partir de 2009, apesar das oscilações no número de novos empreendimentos, inicia-se um movimento de ascensão, com entradas permanentes de novos participantes, que apresenta um pico local em 2010, seguido por um platô elevado de 2012 a 2014 e um pico global em 2016, coincidindo o platô com a fase inicial do Projeto Distrito

Criativo. O segundo pico se relaciona com a expansão do mesmo para o bairro São Geraldo, em consonância com as colocações de Silva (2019) e UrbsNova (2022). Registra-se que mesmo durante o período da pandemia por COVID-19, houve abertura de seis empreendimentos participantes do Distrito Criativo. Adicionalmente, em uma perspectiva quantitativa, é importante destacar que, dos 86 negócios participantes do Distrito Criativo, 51% existem desde antes da sua criação e, logo, 49% destes, surgiram após a criação do DC, ou seja, entre 2013 e 2021. Este dado corrobora as colocações de Reis (2020) quanto às sinergias geradas pela aglomeração. A autora ressalta que, a clusterização resulta dos frutos gerados pela complementariedade entre processos, produtos, serviços e inovação tecnológica; incremento das redes de distribuição e aumento do fluxo de pessoas e bens.

Relativamente à posse dos imóveis ocupados pelos participantes do Distrito Criativo, a amostragem, obtida através de questionário aplicado, mostrou que 47% são de propriedade dos empreendimentos ou empreendedores, 47% são locados e 6% sublocados ou utilizados sem ônus. Ademais, obteve-se que 100% dos proprietários e locatários, que responderam ao questionário, realizaram injeção de recursos nos imóveis e os demais não. Portanto, 94% dos imóveis, receberam intervenções de conservação, adequação ou restauração. Considerando-se a subamostra composta apenas por edificações classificadas como Patrimônio Cultural, 96% desses imóveis receberam injeção de recursos próprios ou financiados, sendo 91% em conservação, 83% adequação e 48% em restauração. Assim, a análise dos dados obtidos reforça a colocação de Benhamou (2016), de que o novo uso dado ao Patrimônio Cultural Edificado se constitui em uma forma de preservação efetiva, economizando recursos públicos.

Quanto aos montantes de recursos próprios ou financiados injetados nos imóveis do Distrito Criativo, a partir da amostragem aferiu-se que 60% dos imóveis recebeu mais de R\$ 50.000 em recursos e logo, 40% recebeu menos do que esse valor. E, dos imóveis que receberam recursos acima deste limite, 20% receberam mais de R\$ 1.000.000. Na análise da subamostra composta apenas por edificações consideradas Patrimônio Cultural, a percentagem de edificações que receberam mais de R\$ 50.000 em recursos subiu para 68%, assim, as que receberam menos do que esse valor caiu para 32%. E, em relação aos imóveis que receberam recursos acima deste limite, o percentual dos que receberam acima de R\$ 1.000.000 subiu para 23%. Portanto, os dados obtidos apontam que a utilização do Patrimônio Cultural Edificado por empreendimentos criativos, pode representar uma alternativa à colocação de Benhamou (2016), de que o Patrimônio Cultural requer usos

que possibilitem a amortização de seus custos intrínsecos em conservação, manutenção e reabilitação.

## **5 AVALIANDO OS IMPACTOS ECONÔMICOS E AS EXTERNALIDADES DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE**

Tomando-se por base as considerações de Benhamou (2016) relativas aos impactos e externalidades engendradas pelo Patrimônio Cultural, abordadas no Capítulo 2 deste trabalho, este capítulo avalia a ocorrência de impactos e externalidades, quer seja do Distrito Criativo para o território e seu Patrimônio Cultural Edificado, como do Patrimônio Cultural existente no território para os negócios do Distrito Criativo, em uma via de mão dupla. Para tanto, o mesmo se divide em duas seções principais, cada uma apresenta a descrição da metodologia utilizada e a análise dos dados e, na última seção, apresentam-se as considerações preliminares.

### **5.1 IMPACTOS ECONÔMICOS DOS NEGÓCIOS E DO DISTRITO CRIATIVO**

Nesta seção avaliam-se os impactos do Distrito Criativo na criação de fomentos indiretos e na criação de valor para os imóveis ocupados por negócios criativos e de propriedade dos participantes do Distrito Criativo de Porto Alegre.

#### **5.1.1 Incentivos fiscais**

No sentido de avaliar os impactos do Distrito Criativo na criação de fomentos indiretos, quais sejam, incentivos fiscais, analisam-se a seguir os benefícios públicos implementados.

##### **5.1.1.1 Metodologia e análise dos dados**

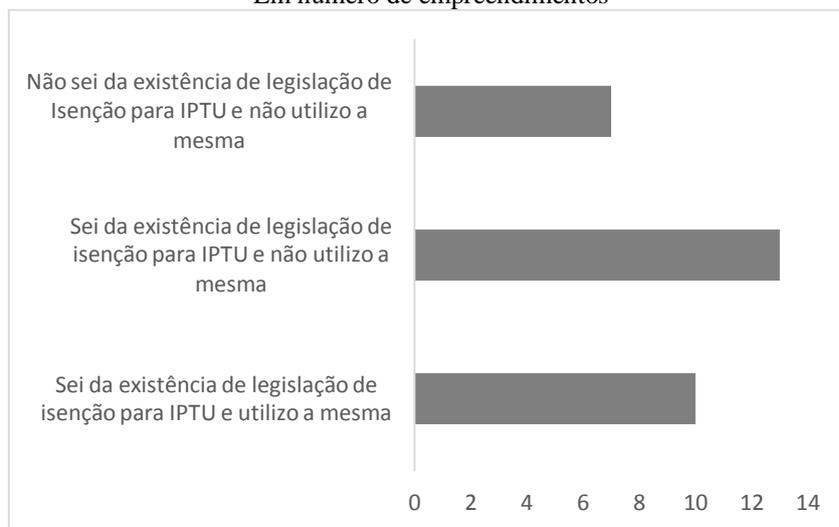
Para verificar a criação de incentivos fiscais, utilizaram-se dados da entrevista realizada com o coordenador do Projeto, Jorge Ferro Piqué e do questionário aplicado aos participantes. Esses constam nos Apêndices B e D, respectivamente.

Na entrevista com o coordenador, a pergunta 06 questionou-o sobre a existência de legislação municipal de isenção no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para a área do Distrito Criativo de Porto Alegre, e sua relevância. A resposta foi afirmativa, quanto à existência de legislação. O mesmo relatou sobre a Lei Complementar Nº 785 de 16 de dezembro de 2015, que incluiu o inciso XXX como alteração no artigo 70 da

Lei Complementar nº 7, de 1973, e alterações. Neste inciso consta a isenção de IPTU para empresas de base tecnológica, inovadoras e de economia criativa, localizadas nos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos, para os imóveis adquiridos ou locados e utilizados no desenvolvimento de suas atividades, pelo período de 5 (cinco) anos, contados do exercício seguinte ao da solicitação, que deveria ter sido protocolada até 31 de dezembro de 2020 (PORTO ALEGRE, 2015). No que diz respeito à relevância desta legislação, a resposta foi afirmativa. Contudo, o coordenador avaliou que a mesma não havia funcionado, uma vez que os participantes não lograram se beneficiar.

Em relação ao questionário aplicado aos participantes do Distrito Criativo, na pergunta 15 arguiu-se a respeito de seu conhecimento sobre a existência de legislação de isenção para IPTU na área do Distrito Criativo e se faziam uso da mesma. Para a tabulação dos dados, das 32 entrevistas foram excluídas as respostas dos participantes sublocatário e usuário sem ônus para seu negócio, restando 30 respondentes. Destes obteve-se, conforme Gráfico 09, que: 07 não sabiam da existência de legislação de Isenção para IPTU, 10 sabiam e não utilizavam e 13 sabiam e utilizavam. Assim, 77% sabiam da existência da legislação de isenção de IPTU e 23% não tinham conhecimento. Quanto àqueles que sabiam da existência da legislação e a utilizavam, os mesmos perfizeram um total de 34% dos participantes. Logo, esse dado é contrário à avaliação do coordenador do DC, de que os participantes não se beneficiavam da Lei Complementar Nº 785.

Gráfico 9- Conhecimento da Legislação de Isenção de IPTU no DC de Porto Alegre – Em número de empreendimentos



Fonte: Elaboração própria.

Na pergunta de número 18 do questionário aplicado, os respondentes foram convidados a fazer um comentário adicional, e quatro daqueles que tinham conhecimento da lei de isenção de IPTU e não a utilizavam, levantaram as seguintes dificuldades:

- a) falta de esclarecimento quanto à possibilidade de utilização da lei para imóveis de uso comercial e residencial;
- b) necessidade de obtenção de alvará para imóvel de uso comercial e residencial, acarretando custos extras e perda de tempo com burocracia virtual;
- c) tempo excessivo de tramitação do processo para obter isenção de IPTU, (um respondente relatou aguardar deferimento há três anos).

Assim, os entraves administrativos apontados por 31% dos respondentes, evidenciam a premência das administrações públicas em alinharem-se aos preceitos da Unctad (2014), no sentido de que, a potencialização da economia criativa requer gestão e burocracia criativas. Ainda, levando-se em conta as dificuldades apontadas, consideram-se reforçadas as colocações de Poli (2016) de que as políticas públicas voltadas para a Economia Criativa necessitam atentar para as assimetrias existentes entre os atores criativos.

Desta forma, e considerando-se a dinâmica de *bottom up* característica do projeto Distrito Criativo de Porto Alegre, ao analisar-se a existência de uma lei de isenção de IPTU para empresas de economia cultural e criativa, na região, retoma-se Piqué (2017). O mesmo enfatiza a atuação do DC no processo de revitalização econômica do território, desde 2013. Assim, levando-se em conta que a promulgação da Lei Complementar N° 785 *se deu em 2015*, ressalta-se uma possível contribuição do Distrito Criativo para a oferta de incentivos fiscais à instalação de negócios culturais e criativos na região. E, considera-se a criação deste fomento indireto como um impacto econômico do Distrito Criativo para o território.

### **5.1.2 Valor dos imóveis de propriedade dos participantes**

Nesta subseção se analisa a existência de possíveis impactos dos negócios participantes do Distrito Criativo para a criação de valor em imóveis de sua propriedade.

#### **5.1.2.1 Metodologia e análise dos dados**

Para verificar existência de possíveis impactos dos negócios participantes do Distrito Criativo para a criação de valor em seus imóveis, no intervalo temporal que abrange sua

instalação até 2022, foi utilizada a base de dados produzida a partir do questionário aplicado aos mesmos.

A pergunta 03 questionava a relação de posse do respondente com o imóvel ocupado, a 05 a metragem quadrada estimada do imóvel ocupado, a 07 o ano de instalação do negócio no imóvel atual e a questão 08 solicitava aos proprietários informar o valor estimado do imóvel no ano que iniciou o negócio e atualmente. Assim, primeiramente analisaram-se as 32 respostas e verificou-se que 15 dos respondentes eram proprietários. Destes 2 não revelaram os valores de seus imóveis e 1 desconhecia o valor inicial do mesmo. Portanto, excluíram-se dois respondentes e obteve-se para análise uma subamostra composta por 13 participantes.

Considerando objetivar-se a comparação dos valores iniciais e finais dos imóveis constantes na subamostra, efetuou-se o cálculo do valor dos seus metros quadrados, dividindo-se, tanto os valores iniciais de cada imóvel como os atuais, por sua área. A etapa seguinte consistiu em atualizar-se os valores dos metros quadrados iniciais, através do cálculo pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre duas datas, constante em IBGE (2022), que corrigiu valores a partir do mês de dezembro dos anos de início das atividades de cada respondente, para os correspondentes a outubro de 2022, uma vez que esta era data mais atual para cálculo constante no site, como pode ser observado na Tabela 01.

Tabela 1 - Valor do Metro Quadrado dos Imóveis dos Participantes do DC de Porto Alegre

Imóvel	Ano de Início	Valor Estimado (pelo respondente) M <sup>2</sup> Inicial - R\$	Valor M <sup>2</sup> Inicial Corrigido IPCA- R\$	Valor Estimado M <sup>2</sup> Atual - R\$
1.	2021	1.340,00	1.413,28	2.577,32
2.	2004	820,00	2.209,19	4.800,00
3.	2016	6.000,00	8.074,81	15.000,00
4.	1984	357000	1.840,34	2.857,14
5.	2014	2.232,00	3.550,38	4.911,00
6.	2018	1.778,00	2.237,06	3.556,00
7.	2013	800,00	1.355,96	1.800,00
8.	2016	2.273,00	3.059,01	3.409,00
9.	1990	-	-	3.500,00
10.	2019	350,00	426,40	1.500,00
11.	2018	3.333,00	4.193,55	3.333,00
12.	2014	3.621,00	5.759,83	6.552,00
13.	2017	4.333,00	5.672,32	5.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, procurou-se aferir os valores médios dos metros quadrados iniciais e atuais estimados pelos proprietários. Tendo em vista os dados do terceiro respondente fugirem largamente do comportamento do restante da subamostra, corroborando Poeta (2019), optou-se por calcular a mediana dos valores para se obter resultados de melhor qualidade. Obteve-se então, o valor de R\$ 2.648,00 para o metro quadrado inicial e R\$ 3.500,00 para o atual. Para fins de verificação deste, buscou-se atualizar o preço do metro quadrado dos apartamentos transacionados no bairro Floresta no ano de 2018, o qual é abordado no Item 5.2.3, através do cálculo pela variação do IPCA, chegando-se a um valor de R\$ 3.897,42.

Com o objetivo de analisar especificamente o valor mediano do metro quadrado dos imóveis de propriedade dos participantes do Distrito Criativo classificados como Patrimônio Cultural, foram excluídos os que não se enquadravam nessa classificação, ou seja, os participantes 1, 9, 10 e 11. Essa segunda subamostra ficou, assim, composta por 9 respondentes, conforme a Tabela 02 e, seguindo a mesma metodologia, calculou-se a mediana dos valores. Obteve-se então, o valor de R\$3.059,00 para o metro quadrado inicial do Patrimônio Cultural Edificado e R\$ 4.800 para o atual.

Tabela 2 - Valor do Metro Quadrado dos Imóveis dos Participantes do DC de Porto Alegre, Classificados como Patrimônio Cultural

Imóvel	Ano Inicial	Valor Estimado M <sup>2</sup>	Valor M <sup>2</sup> Inicial	Valor Estimado M <sup>2</sup>
		Inicial - R\$	Corrigido IPCA- R\$	Atual - R\$
1.	2004	820,00	2.209,19	4.800,00
2.	2016	6.000,00	8.074,81	15.000,00
3.	1984	357000	1.840,34	2.857,14
4.	2014	2.232,00	3.550,38	4.911,00
5.	2018	1.778,00	2.237,06	3.556,00
6.	2013	800,00	1.355,96	1.800,00
7.	2016	2.273,00	3.059,01	3.409,00
8.	2014	3.621,00	5.759,83	6.552,00
9.	2017	4.333,00	5.672,32	5.000,00

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados da subamostra, verificou-se que o valor estimado pelos proprietários para o metro quadrado atual dos imóveis foi 32% maior do que o metro quadrado inicial em termos reais. Comparando-se ainda, o valor do metro quadrado atual dos imóveis, estimado pelos participantes do DC de R\$ 3.500,00, com o valor atualizado do metro quadrado dos apartamentos transacionados no bairro Floresta no ano de 2018 de R\$ 3.897,42, verifica-se que os dois se apresentam compatíveis. Esta compatibilidade pode excluir a

hipótese de que, os valores dos metros quadrados atuais dos imóveis de propriedade dos participantes do Distrito Criativo, estivessem superestimados ou subestimados pela ausência de representatividade da amostra.

Especificamente quanto ao valor estimado pelos proprietários para o metro quadrado atual dos imóveis classificados como Patrimônio Cultural, esse foi 36% maior do que o estimado para o valor inicial. No entanto, corroborando Benhamou (2016), não seria prudente se constatar, somente a partir desse resultado, a existência de impacto direto criado pelos negócios criativos e pela injeção de recursos em conservação, adequação e restauração das edificações sobre o valor desses imóveis; haja visto estar-se considerando apenas um parâmetro dos tantos envolvidos neste tipo de cálculo. Trata-se de enfatizar um possível vetor deste impacto mais amplo.

## 5.2 EXTERNALIDADES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DO DISTRITO CRIATIVO

Para a aferição de externalidades, nesta seção analisam-se as percepções dos participantes do DC com relação à geração de benefícios pelas edificações do tipo Patrimônio Cultural, para seus negócios e para a paisagem do território do Distrito Criativo, e a existência de criação de valor, para os imóveis locados pelos negócios criativos do DC e para os imóveis transacionados no bairro Floresta no intervalo temporal de 2014 a 2018.

### 5.2.1 Valor simbólico das edificações

A presente subseção verifica a ocorrência de possíveis externalidades positivas do Patrimônio Cultural Edificado, a partir de seus valores simbólicos, para os negócios criativos.

#### 5.2.1.1 Metodologia e análise dos dados

Objetivando-se verificar a ocorrência de possíveis externalidades positivas das edificações históricas ocupadas para os negócios criativos, utilizaram-se os dados obtidos através do questionário aplicado aos participantes do Distrito Criativo. Neste, a pergunta 16 questionava se o respondente ocupava edificação histórica e se considerava que esse fato contribuía para o seu negócio. Conforme aponta o Gráfico 10, esta pesquisa aferiu que: 4 (13%) não souberam responder; 1 (3%) ocupava edificação histórica, mas considerou que isso

não contribuía para o seu negócio; 11 (34%) ocupavam edificações históricas e consideraram que isso contribuía para o seu negócio; 8 (25%) não ocupavam edificações históricas, mas consideraram que contribuiria para o negócio; 1 (3%) não ocupava edificação histórica e considerou que isso não contribuiria para o seu negócio e 7 (13%) não ocupavam edificações históricas. Ainda, agrupando-se os seis parâmetros acima em três categorias, tem-se que:

- a) 35% dos participantes responderam que não sabiam ou apenas que não ocupavam edificação histórica;
- b) 6% ocupando ou não edificações históricas, consideraram que este fator não contribuía para seu negócio;
- c) 59% ocupando ou não edificações históricas consideraram que isto contribuiria para seu negócio.

Gráfico 10 - Avaliação da Contribuição de Edificações Históricas para os Negócios Criativos do DC de Porto Alegre- Em números de empreendimentos

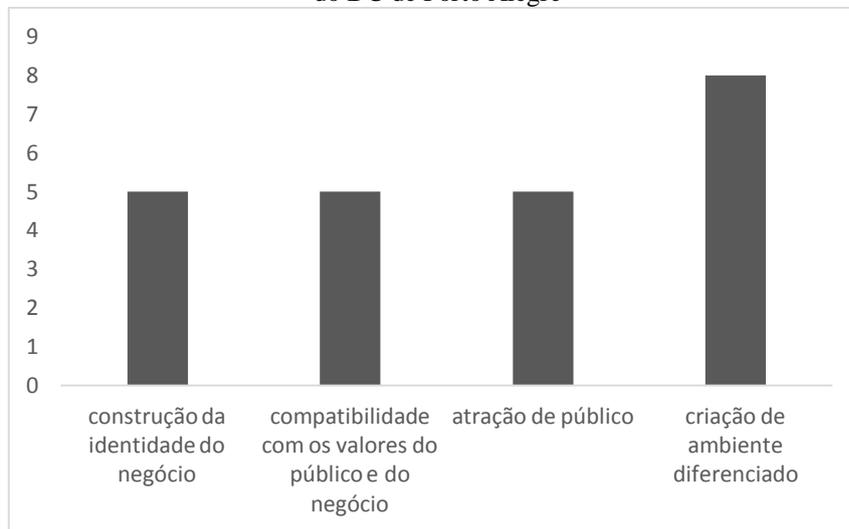


Fonte: Elaboração própria.

Para aqueles que responderam ocupar edificações históricas e considerar que isso contribuía para o seu negócio, foram apresentadas quatro formas de contribuição, a saber: construção da identidade do negócio, criação de um ambiente diferenciado no negócio, compatibilidade com os valores do público e do negócio e atração de público. Destas o respondente poderia marcar tudo o que considerava aplicável e obteve-se, conforme apresentado no Gráfico 11, o seguinte: contribuição para construção da identidade do negócio, compatibilidade com os valores do público e do negócio e atração de público foram marcados cada um por 5 respondentes, ou 21,66% do total, enquanto contribuição para criação de ambiente diferenciado foi marcado por 8, ou 35% do total. Logo, as contribuições simbólicas relativas à identidade, valores e ambiência perfizeram 78,32% das escolhas, corroborando

Benhamou (2016), sugerindo externalidades positivas das edificações históricas ocupadas, ou benefícios *non mercantis* dessas, para os negócios criativos.

Gráfico 11 - Frequência da Avaliação do Tipo de Contribuição para os Negócios Criativos do DC de Porto Alegre



Fonte: Elaboração própria.

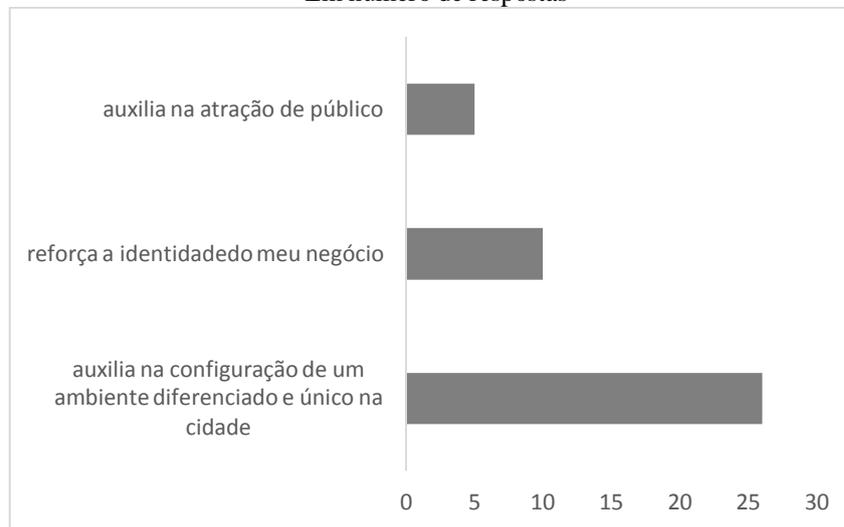
A pergunta 17 do questionário teve o intuito de verificar a percepção dos participantes em relação a externalidades positivas do Patrimônio Cultural Edificado do território do Distrito Criativo para seus negócios. Dos 32 respondentes, 31 (97%) responderam que consideravam importante para o seu negócio haver várias edificações históricas no entorno e no bairro, e 1(3%) respondeu que não considerava importante. Aqueles respondentes que consideravam importante para seu negócio a existência de edificações históricas no entorno e no bairro, deveriam avaliar três justificativas apresentadas, podendo marcar todas que julgassem aplicáveis:

- a) reforça a identidade do meu negócio;
- b) auxilia na configuração de um ambiente diferenciado e único na cidade;
- c) auxilia na atração de público.

Como mostra o Gráfico 12, a justificativa de que, o Patrimônio Cultural Edificado existente no território auxiliava na configuração de um ambiente diferenciado e único na cidade, foi marcada por 26 respondentes, ou 64% do total; o auxílio deste para o reforço da identidade dos negócios por 10, ou 24%, e na atração de público por 5, ou 12% do total. Portanto, 88% das escolhas foram relacionadas às contribuições simbólicas, relativas à ambiência e identidade do Patrimônio Cultural Edificado do Distrito Criativo para os

negócios; sugerindo, de acordo com Benhamou (2016), a existência de externalidades positivas do Patrimônio Cultural Edificado para o Distrito Criativo.

Gráfico 12 - Justificativa da Importância do Patrimônio Edificado no DC de Porto Alegre-  
Em número de respostas



Fonte: Elaboração própria.

Considerando a pergunta 18 do questionário, em que os respondentes eram convidados a fazer um comentário adicional, três dos ocupantes de Patrimônio Cultural Edificado e que consideravam positiva sua contribuição para o seu negócio, apontaram as seguintes dificuldades:

- a) falta de incentivo da administração pública para locação;
- b) falta de incentivo e apoio do poder público e dos proprietários para a recuperação dos imóveis históricos;
- c) Regras de preservação muito rígidas criando dificuldades para as iniciativas de recuperação (exemplo: palheta de cores de pintura das fachadas).

Logo, levando-se em conta os entraves levantados pelos respondentes, corrobora-se a avaliação da Unctad (2014) de que, para alcançar a potencialização da economia criativa de um território, urge à administração pública local construir pontes criativas em sua gestão e burocracia.

### 5.2.2 Valor de locação dos imóveis

Nesta subseção, se avalia a eventual criação de valor pelos negócios criativos participantes do DC, para os imóveis locados.

### 5.2.2.1 Metodologia e análise dos dados

Para avaliar a eventual criação de valor pelos negócios criativos para os imóveis locados, foi utilizada a base de dados produzida pelo questionário aplicado, em relação aos valores dispendidos pelos participantes do DC na locação de imóveis. Desta feita, primeiramente verificou-se que dos 32 respondentes, 16 apresentavam despesas com aluguéis, sendo 15 locatários e 1 sublocatário. Ainda, deste total, 2 não revelaram os valores inicial e atual dos aluguéis e o sublocatário tinha contrato há menos de 1 ano. Portanto, esses três foram excluídos e obteve-se para análise uma subamostra do total composta por dados de 13 participantes.

Objetivando-se a comparação dos valores constantes na subamostra, calculou-se o valor do metro quadrado dos alugueis dos imóveis, logo, a segunda etapa da metodologia compreendeu dividir, tanto os valores iniciais dos alugueis de cada imóvel como os atuais, por sua área da construção. Na terceira etapa atualizou-se os valores do metro quadrado inicial de alugueis, através do cálculo pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre duas datas, constante em IBGE (2022), que corrigiu valores a partir do mês de dezembro dos anos de início das locações, para os correspondentes a outubro de 2022. Em seguida, verificou-se a variação do valor do metro quadrado do aluguel no período de locação de cada imóvel em relação a variação IPCA %, conforme mostra a Tabela 03.

Tabela 3 - Variação do Valor dos Aluguéis dos Imóveis do DC de Porto Alegre

Imóvel	Ano de Início da Locação	Valor Inicial M <sup>2</sup> - R\$	Valor Inicial	Valor Atual M <sup>2</sup> -R\$	Variação Aluguel em relação ao IPCA %
			M <sup>2</sup> corrigido p/ IPCA – R\$		
1.	2016	1.800,00	2.422,44	2.400,00	=
2.	2010	1.700,00	3.430,07	2.900,00	-15,5%
3.	2014	15.000,00	23.860,09	52.000,00	+217%
4.	2020	4.500,00	5.255,73	5.300,00	=
5.	2016	5.000,00	6.729,01	8.000,00	+19%
6.	2019	5.000,00	6.091,47	6.000,00	=
7.	2018	4.000,00	5.032,76	4.000,00	-20%
8.	2020	3.500,00	4.087,79	4.500,00	+10%
9.	2019	6.500,00	7.918,91	8.700,00	+10%
10.	2008	4.300,00	9.551,54	6.300,00	-34%
11.	2017	3.000,00	3.927,29	3.960,00	=
12.	2020	4.000,00	4.671,76	4.000,00	-14%
13.	2006	500,00	1.231,08	1.300,00	+5,3%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao cálculo dos valores de metro quadrado do aluguel dos imóveis classificados como Patrimônio Cultural, para efetuarlo, foram excluídas as edificações que não se enquadravam nessa classificação, ou seja, os imóveis 2,7, 10 e 12, obtendo-se uma segunda subamostra composta por 9 respondentes, como mostra a Tabela 04.

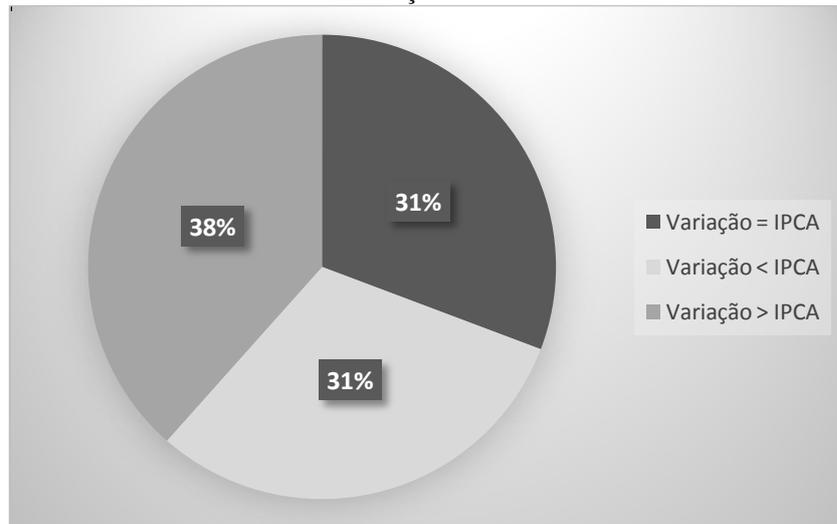
Tabela 4 - Variação no Valor dos Aluguéis dos Imóveis considerados Patrimônio Cultural no DC de Porto Alegre

Imóvel	Ano de Início da Locação	Valor Inicial M <sup>2</sup> - R\$	Valor Inicial	Valor Atual M <sup>2</sup> - R\$	Variação Aluguel em relação ao IPCA %
			M <sup>2</sup> corrigido p/ IPCA R\$		
1.	2016	1.800,00	2.422,44	2.400,00	=
3.	2014	15.000,00	23.860,09	52.000,00	+217%
4.	2020	4.500,00	5.255,73	5.300,00	=
5.	2016	5.000,00	6.729,01	8.000,00	+19%
6.	2019	5.000,00	6.091,47	6.000,00	=
8.	2020	3.500,00	4.087,79	4.500,00	+10%
9.	2019	6.500,00	7.918,91	8.700,00	+10%
11.	2017	3.000,00	3.927,29	3.960,00	=
13.	2006	500,00	1.231,08	1.300,00	+5,3%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se contata no Gráfico 13, 4 ou 31% dos aluguéis dos imóveis locados por participantes do Distrito Criativo variaram de acordo com a correção IPCA, 4 ou 31% a baixo e 5 ou 38% acima. Em relação aos aluguéis que tiveram variação abaixo da correção pelo IPCA, verifica-se que esta ficou em média 20% a baixo da inflação, sendo que dois destes são imóveis com mais de 10 anos de locação e um foi locado em 2020, ano de ocorrência da Pandemia por COVID 19. Portanto, levanta-se a hipótese de que, no período da pandemia, os proprietários destes imóveis não reajustaram os valores dos aluguéis, o que poderá ser verificado em futuras pesquisas. Quanto aos aluguéis que apresentaram variação acima da correção pelo IPCA, foi identificado um *outlier*, ou seja, um dado que fugiu largamente do comportamento médio da subamostra, apresentando valor 217% maior em termos reais, enquanto os outros 4 apresentaram 11% a mais em média. Logo, de acordo com os dados da amostra, 62% dos imóveis ocupados por participantes do Distrito Criativo não apresentaram variação do custo do metro quadrado de aluguel acima da correção pelo IPCA. Portanto, não foi possível constatar por esse método, criação de valor dos negócios criativos para os imóveis por eles ocupados, na medida em que este valor se reflete no aluguel cobrado.

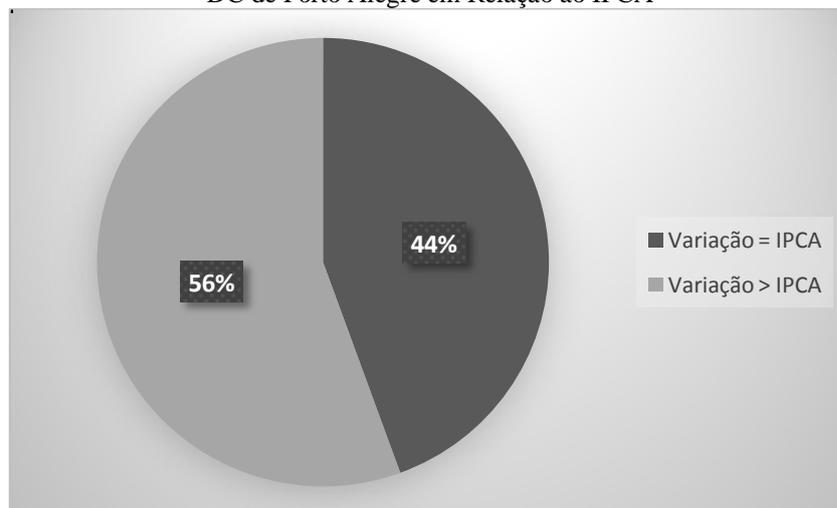
Gráfico 13 – Distribuição da Variação do Valor dos Aluguéis dos Imóveis do DC de Porto Alegre em Relação ao IPCA



Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos valores de metro quadrado do aluguel especificamente dos imóveis classificados como Patrimônio Cultural locados por participantes do Distrito Criativo, segundo o Gráfico 14, 4, ou 44%, destes variaram de acordo com a correção IPCA e 5, ou 56%, ficaram acima, com valorização média de 11%. Portanto, no que se refere ao Patrimônio Cultural Edificado pesquisado na subamostra, percebe-se uma possível tendência de externalidade positiva a partir da criação de valor dos negócios criativos para os imóveis por eles ocupados e assim classificados, tendo por único critério o aluguel cobrado.

Gráfico 14 - Distribuição da Variação do Valor dos Aluguéis dos Imóveis considerados Patrimônio Cultural no DC de Porto Alegre em Relação ao IPCA



Fonte: Elaboração própria.

### 5.2.3 Valor do metro quadrado no Bairro Floresta

Considerando-se a constituição do Distrito Criativo no ano de 2013, procurou-se avaliar a possível ocorrência de externalidades do mesmo para o território em relação ao valor do metro quadrado construído. Para tanto, tendo em vista a informação no capítulo 04, de que a maior densidade de empreendimentos participantes do Distrito Criativo localiza-se no Bairro Floresta, procurou-se estimar a variação do valor do metro quadrado construído no mesmo, em um dado intervalo de tempo.

#### 5.2.3.1 Metodologia e análise dos dados

Tendo em vista a disponibilidade de dados existentes, determinou-se como intervalo temporal de análise o período compreendido pelos anos de 2014 a 2018. E, esse foi considerado adequado, uma vez que correspondia a um ano de existência do projeto e dois anos anteriores à pandemia por COVID-19.

A série temporal de dados foi obtida a partir dos preços de venda de imóveis transacionados na cidade de Porto Alegre nos referidos anos, cedida pelo pesquisador Samuel Poeta que por sua vez a obteve junto ao setor de ITBI da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) de Porto Alegre através do protocolo n.º 00954-19-08 de 28/02/2019, e a utilizou em sua dissertação intitulada “Consequências da Defasagem da Planta de Valores Imobiliários de IPTU da Cidade de Porto Alegre/RS”, apresentada para obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade profissional, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A amostra compreendia um total de 47.714 dados, referentes a imóveis transacionados nos 94 bairros da cidade de Porto Alegre. Portanto, a primeira etapa da metodologia foi extrair uma subamostra, composta por imóveis localizados exclusivamente no Bairro Floresta. A extração foi realizada através de verificação um a um dos imóveis, afim de evitar-se a desconfiguração da fonte, tendo sido possível identificar, desta forma, 344 unidades transacionadas naquele bairro nos anos de 2014 a 2018, conforme mostra o Quadro 07.

Quadro 7 - Número de Imóveis Transacionados no Bairro Floresta de 2014 a 2018

<b>Ano</b>	<b>Nº de Imóveis Transacionados no Bairro Floresta</b>
2014	102
2015	52
2016	54
2017	64
2018	72
<b>Total no Período</b>	<b>344</b>

Fonte: Elaboração própria.

A tabela de imóveis transacionados continha os seguintes dados:

- a) data de elaboração da guia de ITBI;
- b) preço do imóvel declarado pelo contribuinte junto à guia de ITBI;
- c) estimativa fiscal realizada pelo corpo técnico da prefeitura para apuração do valor tributado de ITBI;
- d) tipo de uso do imóvel, informado pelo contribuinte na guia de ITBI;
- e) área do terreno, em metros quadrados (m<sup>2</sup>), informado através da matrícula do imóvel na guia de ITBI;
- f) área total das construções, em metros quadrados (m<sup>2</sup>), informado através da matrícula do imóvel na guia de ITBI;
- g) rua, setor, quarteirão, conforme cadastro municipal de IPTU;
- h) bairro, conforme cadastro municipal de IPTU;
- i) tipo de uso do imóvel para alíquotas de IPTU e finalidade, conforme cadastro municipal de IPTU;
- j) área total do terreno, em metros quadrados (m<sup>2</sup>), conforme cadastro municipal de IPTU;
- k) área total das construções, em metros quadrados (m<sup>2</sup>), conforme cadastro municipal de IPTU;
- l) valor da alíquota de IPTU tributada ao imóvel;
- m) valor venal do imóvel (POETA, 2019).

Para fins de obter-se o valor do metro quadrado declarado de cada imóvel transacionado no Bairro Floresta entre os anos de 2014 e 2018, a segunda etapa da metodologia consistiu na extração dos seguintes dados: Data de recolhimento da guia, Preço de venda declarado, Área da Construção, Finalidade, Bairro. Na sequência, a terceira etapa

compreendeu a divisão do valor de venda declarado pela área da construção, obtendo-se, por conseguinte, os valores dos metros quadrados declarados para as diferentes finalidades de uso, o que é abordado na sequência.

Considerando que as finalidades constates na tabela de dados abrangiam onze tipologias diferentes de imóveis, a saber: apartamento, apartamento de cobertura, espaço de estacionamento residencial, depósito / armazém / prédio industrial, loja térrea em edifício, residência de frente com interiores, residência isolada, sala comercial, sala comercial de cobertura, unidade de comércio e serviço isolada e unidade (de comércio ou serviços) de frente não isolada, terreno; a quinta etapa consistiu em quantificar os tipos de imóveis transacionados em cada ano do período abrangido.

Na sexta etapa foram excluídos os imóveis que apresentaram pouca ocorrência, bem como aqueles que apresentavam similaridades de finalidades, ou seja: apartamento de cobertura, espaço de estacionamento residencial, depósito / armazém / prédio industrial, sala comercial de cobertura, e unidade (de comércio ou serviços) de frente não isolada, terreno. Na sétima etapa foram excluídas aquelas tipologias de imóveis que não apresentavam ocorrência em todos os anos do período analisado, chegando-se ao cenário de quatro tipos recorrentes, apresentado no Quadro 08. E, considerando-se a quantidade de unidades do tipo “Apartamentos” transacionadas em todos os anos do período e sua prevalência sobre as demais em grandes proporções, esta foi elencada como base para determinação do valor do metro quadrado declarado no Bairro Floresta no Período de 2014 a 2018.

Quadro 8 - Tipos de Imóveis Transacionados Bairro Floresta (2014-2018) - Número de transações

<b>Ano</b>	<b>Apartamentos</b>	<b>Loja Térrea em Edifício</b>	<b>Residência Isolada</b>	<b>Sala Comercial</b>
2014	69	3	3	8
2015	44	1	2	2
2016	49	1	3	4
2017	52	1	2	2
2018	49	1	3	4

Fonte: Elaboração própria.

A oitava etapa consistiu em aferir o valor declarado do metro quadrado transacionado no Bairro Floresta em cada ano do intervalo temporal. Para tanto, foram calculadas a média e a mediana de cada ano, uma vez que valores semelhantes entre as mesmas significariam existência de uma distribuição aproximadamente normal nos dados da amostra. (POETA,

2019). Na sequência do estudo, conforme mostra o Quadro 09, constatou-se diferença entre as duas medidas em todos os anos e, corroborando Poeta (2019), optou-se pela utilização da mediana dos valores, uma vez que assim se excluía a influência de dados que escapavam excessivamente do comportamento normal da amostra, conferindo maior qualidade aos resultados.

Quadro 9 - Estatística de Valor do Metro Quadrado Declarado no Bairro Floresta (2014-2018)

<b>Ano</b>	<b>Média (R\$)</b>	<b>Mediana (R\$)</b>
2014	2.539	2.429
2015	3.335	2.503
2016	3.083	2.956
2017	3.750	3.208
2018	3.126	3.093

Fonte: Elaboração própria.

Na nona etapa realizou-se a atualização dos valores declarados do metro quadrado dos apartamentos, conforme apontado na Tabela 05, através do cálculo pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre duas datas, constante no site do IBGE, que corrigiu valores nominais dos anos 2014, 2015, 2016 e 2017, para os correspondentes valores reais em dezembro de 2018. Apesar do valor do metro quadrado vendido declarado em cada ano envolver operações ocorridas durante todos os meses dos mesmos, para fins de reajuste no site estipulou-se o valor do mês de dezembro para todos os dados, inclusive para o ano de 2018. Segundo IBGE (2022), os valores obtidos neste cálculo são referenciais e não oficiais, uma vez que, custos como seguros e outros encargos operacionais não são considerados.

Tabela 5 - Atualização do Valor do Metro Quadrado Declarado no Bairro Floresta

<b>Ano</b>	<b>Valor Declarado M<sup>2</sup> Apartamento R\$</b>	<b>IPCA Acumulado Dez %</b>	<b>Valor M<sup>2</sup> atualizado p/ IPCA Dez 2018 R\$</b>	<b>Correção %</b>
2014	2.429	6,41	3.075,48	26,62%
2015	2.503	10,67	2.868,66	14,61%
2016	2.956	6,29	3.166,58	7,12%
2017	3.208	2,95	3.342,80	4,20%
2018	3.093	3,75	3.097,64	0,15%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2022).

Em análise da Tabela 05 pode-se aferir que, do ano de 2014 ao de 2015 existe um decréscimo no valor do metro quadrado declarado no bairro Floresta, seguido por um aumento acentuado entre 2015 e 2016, que se mantém em proporções um pouco menores até 2017, atingindo-se nesse ano o ápice do valor do metro quadrado. Do ano 2017 para o ano de 2018 evidencia-se um movimento proeminente de queda do valor do metro quadrado, que resulta, ao final do intervalo temporal estudado, em 0,0072% de aumento em relação ao ano de 2014. Ainda, comparando-se a Tabela 05 e o Quadro 08, percebe-se que o movimento ocorrido no valor declarado do metro quadrado, acompanha, mesmo que com diferentes intensidades, o movimento da quantidade de imóveis transacionados. Ou seja, entre 2014 e 2015 ocorre decréscimo significativo, tanto no valor do metro quadrado quanto no número de unidades transacionadas, entre 2015 e 2016 há um acréscimo em ambos que é intensificado entre 2016 e 2017. Já a partir de 2017 a 2018 o valor do metro quadrado e o número de unidades transacionadas caem, sendo que o primeiro apresenta aumento em relação ao valor de 2014 e o segundo fica abaixo.

Portanto, o estudo sugere que, no intervalo temporal analisado compreendendo os anos de 2014 a 2018, foi possível detectar um pequeno aumento no valor do metro quadrado transacionado no Bairro Floresta, podendo revelar a existência de um viés de valorização do mesmo. Porém para que se possa vincular esse aumento diretamente à externalidades do Distrito Criativo, seria necessário a avaliação de outros aspectos, como por exemplo: movimento ocorrido no valor do metro quadrado transacionado em outros bairros da cidade, contexto econômico do município, estado e país no mesmo período.

### 5.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente capítulo analisou possíveis impactos e externalidades tanto do Distrito Criativo para o território e seu Patrimônio Cultural Edificado como do Patrimônio Cultural existente no território para os negócios criativos. Assim, identificou-se a Lei Complementar Nº 785/2015, que isenta o pagamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para empresas de economia criativa, localizadas nos Bairros Floresta e São Geraldo, ou seja, incentivos fiscais à instalação de negócios criativos, como impacto do Distrito Criativo para o território. Constatou-se que a utilização desta legislação, por 43% dos negócios participantes do Distrito Criativo entrevistados e os entraves levantados pelos mesmos, corroboram apontamentos de Poli (2016) e Unctad (2014). A primeira, quando coloca a inevitabilidade das políticas públicas voltadas para a Economia Criativa atentarem às

assimetrias existentes entre os atores criativos, e a segunda, quando atenta à necessidade de forjar-se uma burocracia criativa quando se intenta a potencialização da economia criativa de um território.

Quanto aos impactos dos negócios do Distrito Criativo na criação de valor, para os imóveis em geral, os dados da pesquisa revelaram um aumento de 32% no valor estimado pelos proprietários para o metro quadrado atual de suas edificações, em relação ao inicial. E, comparando-se este com o valor atualizado do metro quadrado dos apartamentos transacionados no bairro Floresta no ano de 2018, verificou-se compatibilidade entre os dois. Especificamente quanto ao metro quadrado atual dos imóveis classificados como Patrimônio Cultural, aferiu-se um valor 36% maior do que o inicial. Contudo, corroborando Benhamou (2016), aponta-se a necessidade de se ter cautela ao considerar-se a existência de um impacto direto no Patrimônio Cultural, dados os outros parâmetros envolvidos para esse tipo de cálculo.

Relativamente às externalidades positivas das edificações classificadas como Patrimônio Cultural para os negócios criativos, de acordo com os dados da pesquisa, 59% dos entrevistados consideraram que estas contribuía para os mesmos e em relação ao tipo de contribuição, aferiu-se que aquelas simbólicas relacionadas à identidade, valores e ambiência perfizeram 78,32% das indicações. Em se tratando da importância do Patrimônio Cultural Edificado existente no território, 97% dos participantes responderam afirmativamente à mesma e 88% das justificativas apresentadas para tal, foram relacionadas às contribuições simbólicas, relativas à ambiência e identidade do Patrimônio Cultural Edificado do Distrito Criativo para os negócios. Assim, corroborando Benhamou (2016), há indícios da existência de externalidades positivas, ou seja, benefícios não mercantis das edificações históricas ocupadas, para os negócios criativos e do Patrimônio Cultural Edificado existente no território para o Distrito Criativo.

Quando avaliada a existência de externalidades dos negócios criativos para os imóveis locados em geral, 62% dos imóveis da amostra ocupados por participantes do Distrito Criativo, não apresentaram variação do custo do metro quadrado de aluguel acima da correção pelo IPCA. Portanto não foi possível constatar criação de valor dos negócios criativos para os imóveis por eles ocupados em geral, por este critério, utilizando esta metodologia e para o período considerado. No entanto, em relação aos valores de metro quadrado do aluguel especificamente dos imóveis classificados como Patrimônio Cultural, 44% destes variaram de acordo com a correção IPCA e 56% acima, com valorização média de 11%. Portanto, em relação ao Patrimônio Cultural Edificado, percebe-se uma possível

tendência de externalidade positiva a partir da criação de valor dos negócios criativos para os imóveis por eles ocupados.

O último parâmetro para avaliação de existência de externalidades do Distrito Criativo para o território foi a variação valor do metro quadrado construído no Bairro Floresta, o qual concentra a maior densidade de empreendimentos participantes do Distrito Criativo. Neste sentido, o estudo demonstrou, para o intervalo que abrange os anos de 2014 a 2018, um aumento insignificante de 0,0072% no valor do metro quadrado transacionado no Bairro Floresta. Porém entende-se que, para vincular-se esse aumento diretamente às externalidades do Distrito Criativo, seria necessário avaliar o valor do metro quadrado transacionado em outros bairros da cidade, analisar o contexto econômico do município, estado e país no mesmo período; entre outros aspectos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se importante registrar, que a presente pesquisa é fruto de inquietações surgidas entre os anos de 2017 e 2020, frente ao cenário patrimonial encontrado, enquanto diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul. Este perfazia tombamentos estaduais de grandes extensões em áreas centrais de municípios, chegando a abranger até 3.000 imóveis, além de bens culturais tombados carecendo de conservação pela falta de recursos financeiros estaduais e municipais. Surtiram, a partir daí, questionamentos em relação às medidas então adotadas na preservação do Patrimônio Cultural Edificado.

Em que pese existissem estudos do IPHAN e da UNESCO, que apontassem para a necessidade de revisão das políticas patrimoniais e adoção de medidas de preservação e gestão de áreas urbanas-patrimônio para além do tombamento; o que se verificava na prática, era a prevalência da utilização deste instrumento legal e a existência de embates acirrados entre administrações municipais, órgãos de preservação do Patrimônio Cultural, ministério público e sociedade.

Nesta época, o livro *Cidades Criativas: Vocação e Desenvolvimento*, se tornou conhecido pelas mãos da Professora Doutora Mary Sandra Guerra Ashton, trazendo à tona questões relativas a cidades criativas, distritos, indústrias criativas, bem como, ao Patrimônio Cultural. A partir daí, pareceu fundamental testar a hipótese apresentada neste trabalho, de que o estímulo à Economia Cultural e Criativa se constituía em uma estratégia economicamente eficaz para a preserva o do Patrimônio Cultural. Para tanto, focou-se no estudo de caso do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre e procurou-se responder em que medida o mesmo contribuía economicamente para preserva o do Patrimônio Cultural.

Considerando-se tratar de um estudo de caso, estudou-se a região na qual o Projeto Distrito Criativo se inseria, bem como, as características desse e de seus participantes. Desta forma, segundo Mattar (2010), apreendeu-se que dados os aspectos de proximidade aos cursos d'água, inser o no encontro de conexões viárias, adjacência   estrada de ferro e presença de capital financeiro e social de imigrantes alemães, o 4  Distrito, região da cidade de Porto Alegre onde o Distrito Criativo localiza-se, configurou-se como distrito industrial e centro econômico da cidade entre o final do século XIX e meados do século XX. Após esse período, a partir de 1980, devido a fatores econômicos e ambientais, a região passa a vivenciar um processo de decadência econômica, esvaziamento populacional e perda de centralidade

urbana; tendo sido alvo de diversos projetos de revitalização econômica e reestruturação urbanística, desde o final do século XX (MARX; ARAUJO; SOUZA, 2021).

Em relação ao Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre, também conhecido como Distrito C ou DC, viu-se que o mesmo surgiu em 2013 e foi desenvolvido pela empresa UrbsNova, em colaboração com outros agentes da iniciativa privada; propõe a promoção de um coletivo de empresas ligadas à Economia Cultural e Criativa, em dinâmica *bottom up*; forjou-se em uma área que abrangia os bairros Floresta, Moinhos de Vento e Independência e prolongou-se pelo bairro São Geraldo, estendendo-se por cerca de 250 hectares e atualmente contando com 86 participantes, segundo Distrito Criativo (2022). Sobre as características dos empreendimentos que perfazem a rede do Distrito Criativo, aferiu-se as categorias setoriais da Economia Criativa a que pertencem, tempo de funcionamento, distribuição espacial das edificações da rede na malha urbana do território urbana e relação de posse destes em relação aos imóveis.

No que se refere às atividades econômicas dos empreendimentos participantes do DC, segundo a amostra obtida, constatou--se a predominância do setor de Atividades artísticas, criativas e de espetáculos, com 33% dos participantes, seguido pelos setores de Alojamento e Alimentação e de Comércio de Objetos de Arte, Usados e Antiguidade com 16% e 15% dos participantes, respectivamente. Quanto ao intervalo de tempo abrangido pela abertura de empreendimentos do Distrito Criativo, a amostragem revelou que o mesmo se estendia de 1965 a 2021, apresentando oscilações com anos sem novas instalações e que a partir de 2009 as aberturas foram constantes, em movimento ascendente, com picos (grande volume de aberturas) em 2010, 2012 e 2016. Ainda, em uma perspectiva quantitativa, destaca-se que, dos 86 negócios participantes atualmente do Distrito Criativo, 49%, surgiram após a criação desse, ou seja, entre 2013 e 2021.

A distribuição espacial das edificações da amostra coletada, na malha urbana do território, revelou que 56% destas encontravam-se localizadas no bairro Floresta e, em relação à posse destes imóveis, 47% eram de proprietários participantes do DC, 47% locatários e 6% outras formas de utilização.

O estudo procedeu igualmente à análise das características arquitetônicas destas edificações ocupadas pelos participantes do Distrito Criativo, tendo-se como referência seu valor como Patrimônio Cultural e sua relevância para a qualificação do território. Para tanto, foi elaborada uma classificação com sete tipos de edificações: Edificação Tombada em Nível Municipal, Edificação Inventariada de Estruturação, Edificação Inventariada de Compatibilização, Edificação de Relevância por Antiguidade, Edificação de Relevância

Paisagística, Edificação de Relevância Simbólica e Edificação sem Relevância. Com base nesta classificação, verificou-se que 74% das edificações da amostra eram relevantes para a qualificação do território, sendo 67% destas, consideradas Patrimônio Cultural do Distrito Criativo, ou seja, edificações tombadas, inventariadas, de relevância por antiguidade e paisagística.

O objetivo Geral de analisar a contribuição econômica dos empreendimentos culturais e criativos participantes do Distrito Criativo para a preservação do Patrimônio Cultural, foi abordado nos capítulos 4 e 5 do trabalho. Assim, levantaram-se as contribuições diretas, ou seja, recursos injetados pelos atores do Distrito Criativo nas edificações ocupadas e especificamente nas edificações classificadas como Patrimônio Cultural. Como resultado, obteve-se que 100% dos proprietários e locatários, da amostra analisada, haviam realizado injeção de recursos nos imóveis e, considerando-se somente a subamostra composta por edificações classificadas como Patrimônio Cultural, 96% desses imóveis haviam recebido injeção de recursos próprios ou financiados; tendo sido 91% aplicados em serviços de conservação, 83% de adequação e 48% em restauração. Quanto à ordem de grandeza dos recursos injetados verificou-se que, 68% destas edificações haviam recebido injeção de mais de R\$ 50.000; sendo que dessas, 45% recebeu entre R\$ 50.000 e R\$ 500.000 e 23% mais de R\$ 1.000.000.

No capítulo 5 foram analisadas as contribuições econômicas indiretas, ou seja, possíveis impactos e externalidades do Distrito Criativo para o Patrimônio Cultural Edificado. Nesta senda, considerou-se a criação da Lei Complementar Nº 785 de 2015, que isenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para empresas de economia criativa, localizadas nos bairros Floresta e São Geraldo, como um impacto do Distrito Criativo para o território. Ainda, dado que 67% das edificações ocupadas por negócios participantes do Distrito Criativo foram classificadas como Patrimônio Cultural e 96% desta tipologia de imóveis havia recebido injeção de recursos, considerou-se os incentivos fiscais à instalação de negócios criativos na região, como uma contribuição econômica indireta do DC para a preservação do Patrimônio Cultural Edificado. Outro impacto econômico do Distrito Criativo avaliado, foi a criação de valor para a subamostra formada por imóveis de propriedade de participantes do projeto e classificados como Patrimônio Cultural. Neste sentido, os dados da pesquisa revelaram ter havido aumento de 36%, no valor estimado pelos proprietários para o metro quadrado destas edificações, em relação ao valor estimado para o início das atividades. Contudo, corroborando Benhamou (2016), avaliou-se que considerar esse dado como impacto direto do DC para o Patrimônio

Cultural exige cautela, haja vista a existência de muitos outros parâmetros e variáveis envolvidos nesse tipo de cálculo.

Em relação às externalidades do Distrito Criativo para o Patrimônio Cultural Edificado, as mesmas foram analisadas através da aferição da criação de valor dos negócios criativos para a subamostra composta de imóveis classificados como Patrimônio Cultural e locados por participantes do mesmo. Assim, o cálculo da variação dos valores de metro quadrado dos aluguéis dessa subamostra, demonstrou ter havido uma valorização média dos mesmos, de 11% a cima do IPCA. Verificou-se que 44% destes variaram de acordo com a correção IPCA e 56% acima. Portanto, constataram-se aí indícios de externalidade positiva do Distrito Criativo para o Patrimônio Cultural Edificado. Assim, considerando-se os dados obtidos, a pesquisa constatou uma possível contribuição econômica dos empreendimentos culturais e criativos participantes do Distrito Criativo para a preservação do Patrimônio Cultural Edificado.

Procedeu-se ademais, a três verificações em relação à ocorrência de externalidades quais sejam: do Distrito Criativo para o território, das edificações classificadas como Patrimônio Cultural para os negócios criativos que as ocupavam e do Patrimônio Cultural Edificado do território para os negócios criativos. Na primeira, foi aferida a criação de valor para o metro quadrado construído no Bairro Floresta, no intervalo temporal de 2014 a 2018, dada a densidade de negócios participantes do DC ali localizados, tendo o estudo estimado um aumento insignificante de 0,0072% no valor do metro quadrado transacionado no referido bairro e período. Contudo entendeu-se que, para relacionar este aumento ínfimo diretamente às externalidades do Distrito Criativo, seriam necessárias análises complementares a parâmetros como valor do metro quadrado transacionado em outros bairros da cidade e os contextos econômicos municipal, estadual e Federal, no mesmo período.

Em relação à segunda e à terceira verificação de externalidades as mesmas foram aferidas através de perguntas qualitativas existentes no questionário. Quanto às externalidades das edificações classificadas como Patrimônio Cultural para os negócios criativos que as ocupavam, 59% dos entrevistados consideraram que estas contribuíam positivamente e 78,32% das contribuições indicadas relacionaram-se a aspectos simbólicos como identidade, valores e ambiência. Em se tratando da terceira verificação, 97% dos participantes responderam afirmativamente à importância do Patrimônio Cultural Edificado existente no território para seus negócios e 88% das justificativas apresentadas tiveram, igualmente, relação com contribuições simbólicas vinculadas à ambiência e identidade. Assim, corroborando Benhamou (2016), apontou-se a possível existência de externalidades positivas,

tanto das edificações classificadas como Patrimônio Cultural para aos negócios criativos, como do Patrimônio Cultural Edificado do território para o Distrito Criativo.

Assim, de acordo com os parâmetros analisados, a amostragem de pesquisa e os dados obtidos, a resposta à pergunta da pesquisa aponta que o Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre, de fato, parece contribuir economicamente para a preservação do Patrimônio Cultural, em complementação às medidas de salvaguarda existentes, como o tombamento e a inventariação. Entende-se que os resultados apresentados podem sugerir a relevância de aprofundar-se articulações entre Economia Cultural e Criativa e Preservação do Patrimônio Cultural e desvelar um caminho alternativo para a perpetuidade dos bens culturais, através do alinhamento entre desenvolvimento socioeconômico, conscientização patrimonial e uso do patrimônio Cultural edificado em prol de sua própria sustentabilidade. Ainda, se poderiam identificar aí, forças endógenas, ou seja, um canal de retroalimentação para sustentabilidade a longo prazo.

Desta feita e tendo em vista a impossibilidade de esgotar-se o tema, essa dissertação abre proposições para novos estudos, tais como: Avaliação da contribuição do Distrito Criativo para o processo de revitalização do 4º Distrito de Porto Alegre; Aferição de externalidades positivas do Distrito Criativo de Porto Alegre para o território, a partir da comparação do valor do metro quadrado dos imóveis transacionados no bairro Floresta com outros bairros da cidade, no período de 2013 a 2022; Verificação de ocorrência de elevação dos preços dos ativos imobiliários e processo de gentrificação no território do DC e 4º distrito de Porto Alegre.

De resto, espera-se poder contribuir para a formulação de futuras políticas públicas e iniciativas que procurem conciliar preservação do patrimônio cultural com demandas de fruição e consumo, referenciadas no estímulo à economia Cultural e Criativa e à implantação de distritos criativos. Contudo, sem deixar de assumir uma postura de prudência em relação a possíveis reflexos na distribuição dos usos e no valor do solo. Afim de que se permita a permanência de moradores de menor renda e atividades econômicas de menor valor agregado em suas áreas de aplicação, evitando-se assim, processos de gentrificação indiscriminados.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO JUNIOR, Edmar Augusto Santos de. **Economia do patrimônio cultural**: efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Programa de Mestrado Profissional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Edmar%20Augusto%20S\\_%20de%20Ara%C3%BAjo%20Junior.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Edmar%20Augusto%20S_%20de%20Ara%C3%BAjo%20Junior.pdf) Acesso em: 10 jun. 2021.
- ASHTON, Mary Sandra Guerra. Cidades criativas: contexto histórico e conceitual. *In*: ASHTON, Mary Sandra Guerra (org.). **Cidades criativas**: vocação e desenvolvimento. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2018. p. 13. Disponível em:  
<https://www.feevale.br/Comum/midias/b8f7d75d-202c-48ab-9330-6b941321df51/E-BOOK%20Cidades%20Criativas.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- BENHAMOU, Françoise. **Economia da cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2016.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em:  
[https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_Lei\\_n\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937\\_pdf.pdf](https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf). Acesso em: 21 dez. 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Preservação de Cidades Históricas**. PAC Cidades Históricas. Brasília, 2020. Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- BRASIL. MTur PRONAC. Ministério do Turismo. **Programa Nacional de Apoio à Cultura**. Brasília, [20--]. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- BRASIL. MTur-SALIC. Ministério do Turismo. **Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura**. Brasília, [20--]. Disponível em:  
<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>. Acesso em: 19 set. 2022.
- CARDOSO, Viviane Souza Valle *et al.* **A preservação do patrimônio cultural como âncora do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2011. p. 351-388. Disponível em:  
<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1603>. Acesso em: 29 dez. 2020.
- CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa de; LASTRES, Helena M. M. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais em atividades culturais e políticas para sua promoção. *In*: CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa de; LASTRES Helena M. (org.). **Arranjos produtivos locais**: uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 19. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/311758011\\_Arranjos\\_Produtivos\\_Locais\\_uma\\_Alternativa\\_para\\_o\\_Desenvolvimento\\_Criatividade\\_e\\_Cultura](https://www.researchgate.net/publication/311758011_Arranjos_Produtivos_Locais_uma_Alternativa_para_o_Desenvolvimento_Criatividade_e_Cultura). Acesso em: 30 set. 2022.

CHAVES, Liliane Iten; FONSECA, Ken Flavio Ono. Design para inovação social: uma experiência para inclusão do tema como atividade disciplinar. **DA Pesquisa**, Florianópolis, v. 11, n. 15, p. 130-146, 2016. DOI: 10.5965/1808312911152016130. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/6747>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CONSELHO DA EUROPA. **Declaração de Amsterdã**. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. Holanda, 1975. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaração%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CORREIO, Fabiana Arcanja dos Santos; CORREIO, José Cláudio Rocha. Economia criativa: Salvador na rota dos distritos criativos. **Administração de Empresas em Revista**, Curitiba, v. 1, n. 23, p. 374-390, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/renat/Downloads/4202-371379573-1-PB.pdf. Acesso em: 7 ago. 2022.

CUREAU, Sandra. **Ambiência e entorno de bens culturais**. Trabalho apresentado no IV Encontro Ministério Público. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/documentos/trabalhos-cientificos/ambienciaeentorno.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

DISTRITO CRIATIVO. **Empreendedores**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://distritocriativo.wordpress.com/empreendedores/>. Acesso em: 10 out. 2022.

DISTRITO CRIATIVO. **Organização**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://distritocriativo.wordpress.com/>. Acesso em: 31 abr. 2022.

ELO3. **Sobre nós**. São Paulo, [202-]. Disponível em: <https://elo3.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Territórios criativos como objeto de políticas públicas no contexto brasileiro. In: ASHTON, Mary Sandra Guerra (org.). **Cidades criativas: vocação e desenvolvimento**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2018. p. 125. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/b8f7d75d-202c-48ab-9330-6b941321df51/E-BOOK%20Cidades%20Criativas.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

EPAHC. **Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC)**. Porto Alegre, [20--]. Disponível em: [https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p\\_secao=87](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=87) Acesso em: 24 out. 2022.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas FIRJAN/SENAI, 2019. Disponível: [emhttp://spcine.com.br/wp-content/uploads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf](http://spcine.com.br/wp-content/uploads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf). Acesso em: 24 fev. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59. Disponível em: [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf). Acesso em: 22 out. 2022.

FORTUNA, Suzana. O direito da cultura e entretenimento. **Jusbrasil**, [s.l.], 2005. Disponível em: <https://suzanafortuna.jusbrasil.com.br/artigos/187906901/o-direito-da-cultura-e-entretenimento>. Acesso em: 21 set. 2021.

GIANNECCHINI, Ana Clara. O IPHAN e o Programa Monumenta: lições para a gestão do patrimônio cultural. *In*: SILVA, Frederico A. Barbosa da (org.). **Direito e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. p. 265. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10910/1/IphanProgramaMonumenta\\_cap08.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10910/1/IphanProgramaMonumenta_cap08.pdf). Acesso em: 28 jul. 2022.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. Acesso em: 12 jan. 2023.

IBGE. **Comissão Nacional de Classificação**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/download-concla.html>. Acesso em: 28 out. 2022.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Itália, 1964. Disponível em: <https://porta.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/asrquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

ICOMOS. **Declaração de Xi'an**. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. XV Assembleia Geral. China, 2005. Disponível em: [https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Legislacao\\_Declaracao\\_de\\_XiIn\\_China\\_2005.pdf](https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Legislacao_Declaracao_de_XiIn_China_2005.pdf). Acesso em: 05 jan. 2021.

IPHAE. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE**. Porto Alegre, [20--]. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginaInicialAc&Clr=1>. Acesso em: 12 out. 2022.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN**. Brasília, [20--]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 12 out. 2022.

IPHAN. IPHAN 1970-1979 e 1994. *In*: IPHAN. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1299> - bens integrados. Acesso em: 26 set. 2022.

IPHAN. **PAC Cidades Históricas Formulação e Implementação**. Brasília, ago. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Formula%C3%A7%C3%A3o%20e%20Implementa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 28 jul. 2022.

IPHAN. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-SEI\\_IPHAN%20-%2000732090.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-SEI_IPHAN%20-%2000732090.pdf). Acesso em: 24 out. 2022.

ITAÚ. Observatório Itaú Cultural. **Empresas da economia criativa**. São Paulo, [20--]. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados>. Acesso em: 27 out. 2022.

KÖSTER, Pau Rausell (coord.). **A cultura como fator de inovação econômica e social: volume 1**. Area de pesquisa em Economia da Cultura e Turismo- ECONCULT. Espanha: Universidade de Valência, 2012. Disponível em: [https://sostenutoblog.files.wordpress.com/2012/01/sostenuto\\_volume1\\_sp.pdf](https://sostenutoblog.files.wordpress.com/2012/01/sostenuto_volume1_sp.pdf). Acesso em: 19 jan. 2023.

LIMA, Luciana Leite. Políticas públicas da cultura e indústrias criativas. *In*: MILAN, Marcelo; MÖLLER, Gustavo; WOBETO, Débora (org.). **Aspectos institucionais e tecnológicos da cultura e da criatividade: políticas, normas legais, direitos de propriedade e mudanças econômicas**. Porto Alegre: UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022. p. 9. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/238175> Acesso em: 27 jan. 2023.

LOIOLA, Elisabeth. Proposição de método de mapeamento de cadeias produtivas de setores das artes. *In*: VALIATI, Leandro; FIALHO, Ana Letícia do Nascimento (org.). **Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia I**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. p. 55. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198722>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. (Cadernos do Grupo de Altos Estudos, 1). Disponível em: [https://instrumentosprojetuais.files.wordpress.com/2019/02/design-para-inovacca7acc830-e-sustentabilidade\\_manzini.pdf](https://instrumentosprojetuais.files.wordpress.com/2019/02/design-para-inovacca7acc830-e-sustentabilidade_manzini.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle Oliveira de; SOUZA, Vitoria Gonzatti de. Relação global-local e transformação urbana no 4º distrito de Porto Alegre. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 273-296, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/223968>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MATTAR, Leila. **A modernidade de Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º Distrito**. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3863>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MILAN, Marcelo. Macroeconomia brasileira e as indústrias culturais e criativas. *In*: MILAN, Marcelo; MÖLLER, Gustavo; WOBETO, Débora (org.). **Introdução à economia para atividades culturais e criativas**. Porto Alegre: UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022. p. 183. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/238175>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; TANNUR, João Guilherme de Carvalho Gattás. Cultura, conceito em desenvolvimento: a construção da identidade discente. *In*: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). **Cultura: conceito sempre em desenvolvimento**. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 1. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/cultura-conceito-sempre-em-desenvolvimento>. Acesso em: 21 set. 2021.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/upcoad/publicacao/SerPesDoc4\\_EntornoBensTombados\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/upcoad/publicacao/SerPesDoc4_EntornoBensTombados_m.pdf). Acesso em: 05 jan. 2021.

NEUTZLING, Simone Rasmussen. **Para uma hierarquia dos valores do patrimônio arquitetônico urbano**: proposição baseada nos inventários de Jaguarão e São Leopoldo/RS. 2018. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5469>. Acesso em: 20 out. 2022.

NUNES, Raul de Sousa; ASHTON, Mary Sandra Guerra. Vocação: tradição criativa e desenvolvimento. In: ASHTON, Mary Sandra Guerra (org.). **Cidades criativas**: voca o e desenvolvimento. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2018. p. 31. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/b8f7d75d-202c-48ab-9330-6b941321df51/E-BOOK%20Cidades%20Criativas.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. **Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos**: o caso de Natal-RN. 2015. Disserta o (Mestrado em Preserva o do Patrimônio Cultural) – Programa de Mestrado Profissional em Preserva o do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado\\_em\\_Preservacao\\_Dissertacao\\_OLIVEIRA\\_Fernanda\\_Rocha\\_de.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_OLIVEIRA_Fernanda_Rocha_de.pdf). Acesso em: 23 out. 2022.

PIQUÉ, Jorge. **Participantes do Distrito C**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://distritocriativo.wordpress.com/empreendedores/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PIQUÉ, Jorge. Prefácio. In: BEM, Judite Sanson de *et al.* **Porto Alegre**: o despertar do 4  Distrito. Canoas: Ed. Unilasalle, 2017. p. 7. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/books/article/view/4434/2058>. Acesso em: 14 jan. 2022.

POETA, Samuel. **Conseq ncias da defasagem da planta de valores imobiliários de IPTU da cidade de Porto Alegre/RS**. 2019. Disserta o (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Gradua o em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198032>. Acesso em: 22 nov. 2022.

POLI, Karina. Economia criativa, hubs criativos e a emergência de uma nova forma de organiza o do trabalho. In: VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo (org.). **Economia criativa, cultura e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. p. 234-251. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198726>. Acesso em: 07 ago. 2022.

PORTA, Paula. **Política de preserva o do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de a o e resultados: 2000/2010. Brasília: Iphan/Monumenta, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol\\_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf). Acesso em: 27 set. 2022.

PORTO ALEGRE. **Inventário**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: [https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=9&p\\_secao=87](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=9&p_secao=87). Acesso em: 04 dez. 2022.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 275/92**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural do município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências. Porto Alegre, 1992. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1992/27/275/lei-complementar-n-275-1992-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-cultural-e-natural-do-municipio-de-porto-alegre-disciplina-a-integracao-de-bens-moveis-e-imoveis-e-cria-incentivos-ao-tombamento-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 out. 2022.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 434/99**. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no município de Porto Alegre. Institui o Plano Diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1999/43/434/lei-complementar-n-434-1999-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-urbano-no-municipio-de-porto-alegre-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-ambiental-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 out. 2022.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 601, de 23 de outubro de 2008**. (Revogada pela Lei Complementar nº 829/2018). Dispõe sobre o inventário do patrimônio cultural de bens imóveis do município. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030092.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahhtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 22 out. 2022.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 785, de 16 de dezembro de 2015**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu\\_doc/lc\\_07\\_-\\_73\\_-\\_compilada\\_e\\_atualizada\\_ate\\_a\\_lc\\_785,\\_de\\_16.12.2015.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu_doc/lc_07_-_73_-_compilada_e_atualizada_ate_a_lc_785,_de_16.12.2015.pdf). Acesso em: 05 dez. 2022.

PORTO ALEGRE. **Lista dos bens tombados e inventariados em Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2013. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu\\_doc/2017\\_lista\\_patrimonio\\_tombado\\_e\\_inventariado\\_em\\_porto\\_alegre.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/2017_lista_patrimonio_tombado_e_inventariado_em_porto_alegre.pdf). Acesso em: 22 out. 2022.

PRÊMIO BRASIL CRIATIVO. **Vencedores edição 2023**. São Paulo, [201-]. Disponível em: [www.premiobrasilcriativo.com.br/blog/premio-brasil-criativo-apresenta-vencedores-da-sua-edicao-2023](http://www.premiobrasilcriativo.com.br/blog/premio-brasil-criativo-apresenta-vencedores-da-sua-edicao-2023). Acesso em: 10 out. 2022.

PRITSCH, Thiago Machado. **4º Distrito de Porto Alegre: uma proposta para a regeneração urbana desenvolvida a partir do turismo criativo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria), Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2020. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Thiago%20Machado%20Pritsch.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz *et al.* (org.). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf(1).pdf). Acesso em: 04 jan. 2021.

REIS, Ana Carla Fonseca. Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana. *In*: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (org.). **Economia da cultura: ideias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009. p. 235. Disponível em: <https://abgc.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Economia-da-Cultura-Ideias-e-Viv%C3%A2ncias1-1.pdf> Acesso em: 12 ago. 2022.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-Criativa-como-Estrat%C3%A9gia-de-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

REIS, Ana Carla Fonseca. Políticas públicas, economia criativa e da cultura. *In*: SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ZIVIANI, Paula (org.). **Política de economia criativa em Buenos Aires: do plano 2010 aos distritos criativos: reflexões e inquietações**. Brasília: Editora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. p. 175. Disponível em: <http://repositorioipea.gov.br/handle/11058/10260>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SANFELICI, Daniel. Políticas de distritos criativos e regeneração urbana. *In*: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João C. **Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense; Editora Max Limonad, 2021. p. 83-99. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353719604>. Acesso em: 14 set. 2022.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8wzv5/pdf/santanna-9788523218713.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

SILVA, Luiz Henrique Apollo da. **Reestruturação urbana do bairro Floresta: uma vitrine para o projeto de Cidade Criativa de Porto Alegre**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204568>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 20 out. 2022.

SOTTO-MAIOR, Felipe Linetzky. Endowments no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 17, n. 3127, 23 jan. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20918/endowments-no-brasil-a-importacao-de-uma-estrategia-de-sustentabilidade>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SUCHODOLSKI, Sergio Gusmão; GORGULHO, Luciane Fernandes (org.). **Preservação do patrimônio cultural brasileiro**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2016. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/7541>. Acesso em: 26 jul. 2022.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do decreto-lei 25/37. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 5., 2009, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Faculdade de

Comunicação/UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19408.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

THROSBY, David. **The economics of cultural policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <https://eds.s.ebscohost.com/eds/ebookviewer/ebook/bmxlYmtfXzMxNzYzNI9fQU41?sid=de28dd18-6b86-491e-91e2-92107b029371@redis&vid=1&format=EB>. Acesso em: 15 set. 2022.

UNCTAD. **Creative economy: a feasible development option**. New York: UNCTAD/UNDP, 2010. (Creative economy: report 2010). Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.

UNESCO. **Recomendação de Nairóbi**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 19ª Sessão. Quênia, 1976. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

UNESCO. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris: Relatório da 36ª Conferência Geral, 2011. Disponível em: [https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao\\_sobre\\_a\\_paisagem\\_historica\\_urbana\\_unesco\\_2011.pdf](https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf). Acesso em: 04 jan. 2021.

URBSNOVA. **Agência de design social**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://urbsnova.wordpress.com>. Acesso em: 18 jan. 2022.

VALIATI, Leandro; CAUZZI Camila Lohmann. Indústrias criativas e desenvolvimento: análise das dimensões estruturadoras. In: VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo (org.). **Economia criativa, cultura e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. p. 186. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/198726/001100763.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 set. 2021.

VIEIRA, Marieli; MILAN, Marcelo. A centralidade da criatividade: trabalho, território, inovação e política cultural. In: MILAN, Marcelo; MÖLLER, Gustavo; WOBETO, Débora (org.). **Aspectos institucionais e tecnológicos da cultura e da criatividade**: políticas, normas legais, direitos de propriedade e mudanças econômicas. Porto Alegre: UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022. p. 223. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/238175>. Acesso em: 27 jan. 2023.

WORLD CREATIVITY ORGANIZATION. **Sobre**. São Paulo, [20--]. Disponível em: <https://www.worldcreativityorganization.com/#sobre>. Acesso em: 30 jan. 2023.

**APÊNDICE A - QUADRO - ATIVIDADES ECONÔMICAS E CATEGORIAS  
SETORIAIS DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE**

<b>Código</b>	<b>Atividade - Descrição CNAE 2.0</b>	<b>Categoria Setorial</b>
59111	Estúdios Cinematográficos	
59111	Produção de Filmes para Publicidade	
59111	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão não Especificadas Anteriormente	
59120	Serviços de Dublagem	
59120	Serviços de Mixagem Sonora em Produção Audiovisual	
59120	Atividades de Pós-Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão não Especificadas Anteriormente	
59138	Distribuição Cinematográfica, de Vídeo e de Programas de Televisão	Cinema
59146	Atividades de Exibição Cinematográfica	Música,
59201	Atividades de Gravação de Som e de Edição de Música	Fotografia e
74200	Atividades de Produção de Fotografias, Exceto Aérea e Submarina	TV
74200	Laboratórios Fotográficos	
74200	Filmagem de Festas e Eventos	
74200	Serviços de Microfilmagem	
62015	Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda	
62015	Web Design	
62023	Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis	
62031	Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Não-Customizáveis	
62040	Consultoria em Tecnologia da Informação	
62091	Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação	
63119	Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet	Tecnologia da Informação
63194	Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviços de Informação na Internet	
63917	Agências de Notícias	
63992	Outras Atividades de Prestação de Serviços de Informação não Especificadas Anteriormente	
95118	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	
71111	Serviços de Arquitetura	Arquitetura
73114	Agências de Publicidade	
73122	Agenciamento de Espaços para Publicidade, Exceto em Veículos de Comunicação	
73190	Criação de Estandes para Feiras e Exposições	Publicidade e
73190	Promoção de Vendas	Serviços
73190	Marketing Direto	Empresariais
73190	Consultoria em Publicidade	
73190	Outras Atividades de Publicidade não Especificadas Anteriormente	
73203	Pesquisas de mercado e de opinião pública	
7490105	Agenciamento de Profissionais para Atividades Esportivas, Culturais e Artísticas	
7490199	Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas não Especificadas Anteriormente	
82113	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	
82997	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não	

<b>Código</b>	<b>Atividade - Descrição CNAE 2.0</b>	<b>Categoria Setorial</b>
	especificadas anteriormente	
74102	Decoração de Interiores	Design
74102	Design de Produtos	
74102	Atividades de Design não Especificadas Anteriormente	
90019	Produção Teatral	
90019	Produção Musical	
90019	Produção de Espetáculos de Dança	
90019	Produção de Espetáculos Circenses, de Marionetes e Similares	
90019	Produção de Espetáculos de Rodeios, Vaquejadas e Similares	
90019	Atividades de Sonorização e de Iluminação	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
90019	Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares não Especificados Anteriormente	
90027	Atividades de Artistas Plásticos, Jornalistas Independentes e Escritores	
90027	Restauração de Obras de Arte	
90035	Gestão de Espaços para Artes Cênicas, Espetáculos e Outras Atividades Artísticas	
55108	Hotéis e similares	Alojamento e Alimentação
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	
5611202	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	
85929	Ensino de arte e cultura	Ensino e Atividades de Arte e Cultura
94936	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	
47857	Comércio varejista de artigos usados	Comércio de Objetos de Arte, Usados, e Antiguidades
4789003	Comércio varejista de objetos de arte	

Fonte: Elaboração própria, com base em Itaú (2022) e IBGE (2022).

**APÊNDICE B - ENTREVISTA REALIZADA COM JORGE PIQUÉ,  
COORDENADOR DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE**

- 1) Qual o número de empreendimentos participantes do Projeto Distrito Criativo atualmente?**

Resposta: 95

- 2) Qual o número de empreendimentos participantes do Projeto Distrito Criativo que ocupam Edificações Históricas?**

Resposta: Não saberia dizer.

- 3) Qual a relação de posse da maioria dos empreendimentos em relação aos imóveis ocupados, propriedade ou locação?**

Resposta: A grande maioria locação.

- 4) O senhor percebe investimentos financeiros dos empresários na conservação ou restauração das edificações históricas ocupadas?**

Resposta: Em alguns casos, especialmente em negócios de maior porte, como Vila Flores, Fábrica do Futuro, Nau.

- 5) O senhor sabe se houve aumento no custo das locações das edificações históricas ocupadas pelos empreendimentos criativos desde o início do Projeto Distrito Criativo até o momento atual?**

Resposta: Houve aumento, mas não sei de que ordem.

- 6) Existe uma legislação de Isenção do IPTU na área do Distrito Criativo, o senhor a considera relevante? Os participantes do Projeto têm se beneficiado da mesma?**

Resposta: Existe uma lei de 2015, para ver o conteúdo e histórico: <https://distritocriativo.wordpress.com/beneficios-fiscais/>. Seria relevante, mas nunca funcionou. Os participantes não conseguiram se beneficiar.

**7) Houve investimentos financeiros da administração pública na qualificação da área ocupada pelo Distrito Criativo desde sua criação? Que tipo?**

Resposta: Houve alguma coisa, especialmente melhorias nas praças. Houve uma série de sugestões de melhorias propostas pelos participantes em 2015 para a prefeitura, mas não foram realizadas. Vou mandar o documento com as propostas.

**8) O senhor sabe se houve investimentos financeiros dos empresários participantes na qualificação da área ocupada pelo Distrito Criativo? Que tipo?**

Resposta: Fora da área praticamente não houve. O Vila Flores tem um projeto na Vila Santa Terezinha que trouxe algumas melhoras lá.

**9) O senhor sabe se houve aumento no custo de venda das edificações históricas e dos terrenos na área ocupada pelo Distrito Criativo?**

Resposta: Houve, mas não sei ao certo. E vai aumentar mais devido aos novos empreendimentos imobiliários que tem um metro quadrado bem acima da média da região, 10 mil reais o metro quadrado.

**10) Quais as características sociais e econômicas dos moradores que se estabeleciam na área do Distrito Criativo na época do início do Projeto em 2013?**

Resposta: É principalmente uma região residencial, mas com muito comércio, como farmácia, açougue, lojas, e o que se destacava em 2013 eram os negócios de economia criativa, como atelier de artista, galeria, antiquário, escritórios de arquitetura e design, escolas de arte, música, dança, etc.

**11) O senhor percebe alteração nas características sociais e econômicas dos moradores que se estabelecem atualmente na área do Distrito Criativo?**

Resposta: A partir do Distrito Criativo em 2013 e do desenvolvimento das cervejarias e casas noturnas no São Geraldo em 2016, a região está atraindo mais um público jovem, não só consumidor, mas morador.

## APÊNDICE C - CARTA AOS PARTICIPANTES DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, 18 de outubro de 2022.

Prezados Participantes do Distrito Criativo de Porto Alegre,

Meu nome é Renata Galbinski Horowitz, sou arquiteta e tenho uma trajetória de 40 anos, vinculada à preservação do Patrimônio Cultural. Nessa caminhada fui Diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no RS e, atualmente, sou mestranda do Programa de Mestrado Profissional em ECONOMIA E POLÍTICA DA CULTURA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS, promovido pelo Observatório ITAÚ Cultural, em parceria com a Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, orientanda do Prof. Dr. Marcelo Milan.

Estou conduzindo uma pesquisa intitulada: A Economia Criativa e a Preservação do Patrimônio Cultural: Um Estudo de Caso do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre, onde procuro identificar novas formas de sustentação do Patrimônio Cultural a partir dos investimentos realizados pelos participantes do Distrito Criativo nos imóveis ocupados por seus negócios. Acredito que esta pesquisa será importante na medida em que pode evidenciar novos horizontes para a preservação patrimonial, advindos do dinamismo da Economia Criativa.

Assim, o presente questionário visa obter dados deste cenário e aproveitar para reiterar que o uso das informações fornecidas ficará restrito ao âmbito acadêmico. As análises e resultados obtidos, registrados no documento final, serão fornecidas ao Coordenador do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre, Jorge Piqué e desde já me coloco à disposição para apresentá-las ao grupo, se isso for do interesse de todos e todas.

Considerando o cronograma estabelecido na pesquisa, reitero a relevância da adesão e solicito a gentileza de responderem as perguntas constantes no questionário de link <https://forms.gle/rbtGewGPv5oQezVYAe> e enviarem até o **dia 15/11/2022**. Agradeço imensamente a colaboração e fico à disposição, para eventuais esclarecimentos ou considerações, pelo email:renata.gh2@gmail.com

Grande abraço,

Renata Galbinski Horowitz

## APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DO DC DE PORTO ALEGRE

Questionário - A Economia Cultural e Criativa e a Preservação do Patrimônio Cultural: Um Estudo de Caso do Projeto Distrito Criativo de Porto Alegre

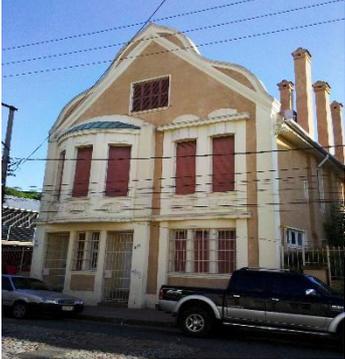
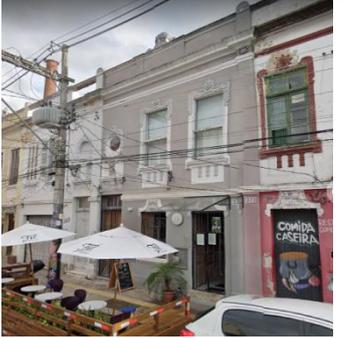
Este questionário tem como objetivo obter dados para a dissertação da aluna Renata Galbinski Horowitz, do Mestrado Profissional em ECONOMIA E POLÍTICA DA CULTURA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS, promovido pelo Observatório ITAÚ Cultural, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

- 1) Nome do Empreendimento/ Empresário:
- 2) Endereço do Empreendimento/ Empresário:
- 3) Qual sua relação de posse com o imóvel ocupado?
  - Proprietário
  - Locatário
  - Sub locatário
  - Usuário sem ônus
- 4) Qual o código CNAE Principal de seu Empreendimento?
- 5) Qual a metragem quadrada estimada do imóvel ocupado?
- 6) Qual o ano de início do funcionamento (criação) de seu negócio?
- 7) Qual o ano de instalação de seu negócio no imóvel atual?
- 8) Se proprietário, qual era o valor estimado do imóvel no ano que iniciou o negócio?
- 9) Se proprietário, qual é o valor estimado do imóvel atualmente?
- 10) Se locatário, qual o ano inicial de locação?
- 11) Se locatário, qual o valor inicial de locação?
- 12) Se locatário, qual o valor atual de locação?

- 13) Para o funcionamento de seu negócio, realizou, até hoje, injeção de recursos próprios ou financiados, em algum tipo de serviço ou obra no imóvel atualmente ocupado?
- Adequação (serviços de reforma em alvenarias, cobertura, rede hidráulica, rede elétrica e esquadras/acréscimos construtivos)
  - Conservação (serviços de pintura interna e externa/ consertos na cobertura, calhas e esquadrias)
  - Restauração (serviços especializados para recuperação de características originais da edificação)
  - Todas respostas acima
  - Não realizei injeção de recursos no imóvel ocupado
- 14) Qual a ordem de grandeza dos recursos injetados?
- Menos de R\$ 50.000,00
  - R\$ 50.000,00 a R\$ 100.000,00
  - R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00
  - R\$ 150.000,00 a R\$ 300.000,00
  - R\$ 300.000,00 a R\$ 500.000,00
  - R\$ 500.000,00 a R\$ 1.000.000,00
  - Mais de R\$ 1.000.000,00
  - Não realizei injeção de recursos no imóvel ocupado
- 15) Sabe da existência de legislação de isenção para IPTU na área do Distrito Criativo? Utiliza a mesma?
- Sei da existência de legislação de isenção para IPTU e utilizo a mesma
  - Sei da existência de legislação de isenção para IPTU e não utilizo a mesma
  - Não sei da existência de legislação de Isenção para IPTU e não utilizo a mesma
- 16) Ocupa uma edificação histórica? Considera que esse fato contribui para o seu negócio?
- Não ocupo edificação histórica
  - Não ocupo edificação histórica e considero que não contribuiria para o meu negócio
  - Não ocupo edificação histórica, mas considero que contribuiria para o meu negócio
  - Ocupo edificação histórica e isso auxilia na construção da identidade do meu negócio
  - Ocupo edificação histórica e isso auxilia para criação de um ambiente diferenciado no meu negócio
  - Ocupo edificação histórica e isso auxilia pois é compatível com os valores do meu público e do meu negócio
  - Ocupo edificação histórica e isso auxilia na atração de público
  - Ocupo edificação histórica, mas considero que isso não contribui para o meu negócio
  - Não sei

- 17) Considera importante para o seu negócio haver várias edificações históricas no entorno e no bairro? Por que?
- Não considero importante haver edificações históricas no entorno e no bairro
  - Sim, por que reforça a identidade do meu negócio
  - Sim, por que auxilia na configuração de um ambiente diferenciado e único na cidade
  - Sim, por que auxilia na atração de público
- 18) Gostaria de fazer algum comentário adicional?

## APÊNDICE E - CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO DISTRITO CRIATIVO DE PORTO ALEGRE

Categoria Edificação	Imagens Edificações	
<b>Tombada em Nível Municipal</b>	 <p style="text-align: center;">Antiga Cervejaria Brahma/Shopping Total/ Cantina Famiglia Facin Fonte: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Cervejaria_Bopp#/media/Ficheiro:Cervejaria_Brahma_-_Porto_Alegre.jpg">https://pt.wikipedia.org/wiki/Cervejaria_Bopp#/media/Ficheiro:Cervejaria_Brahma_-_Porto_Alegre.jpg</a> Acesso em: 22 dez. 2022</p>	 <p style="text-align: center;">Residência Wiederspahn Fonte: <a href="https://distritocriativo.files.wordpress.com/2013/11/2013-03-23_16-32-45_23.jpg">https://distritocriativo.files.wordpress.com/2013/11/2013-03-23_16-32-45_23.jpg</a> Acesso em: 22 dez. 2022</p>
<b>Inventariada de Estruturação</b>	 <p style="text-align: center;">Vila Flores Fonte: Própria (2022)</p>	 <p style="text-align: center;">Espaço 373 Fonte: <a href="https://www.google.com.br/maps/place/R.+Comendador+Coruja+373+-+Floresta+Porto+Alegre+-+RS+90220-180">https://www.google.com.br/maps/place/R.+Comendador+Coruja+373+-+Floresta+Porto+Alegre+-+RS+90220-180</a> Acesso em: 22 dez. 2022</p>
<b>Inventariada de Compatibilização</b>	 <p style="text-align: center;">Escola de Teatro Fonte: Própria (2022)</p>	 <p style="text-align: center;">Brecho Balaio de Gato Fonte: Própria (2022)</p>

### Relevância por Antiguidade



Macchi Arq. e Construção  
Fonte: Fonte: Própria (2022)



Casa de Espetáculo  
Fonte:  
<https://www.google.com.br/maps/@-30.0188007,51.2034192,3a,75y,259.12h,93.86t/data=!3m6!1e1!3m4!1sjZlGcVz9lOk7lEcuboyf4g!2e0!7i16384!8i8192>  
Acesso em: 22 dez. 2022

### Relevância Paisagística



Casa 533  
Fonte:  
<https://www.google.com.br/maps/place/R.+C%C3%A2ncio+Gomes+533+-+Floresta+Porto+Alegre+-+RS+90220-060/@-30.0179828>  
Acesso em: 22 dez. 2022



Loja Garimpo Móveis e Objetos de Arte  
Fonte:  
<https://www.google.com.br/maps/place/Loja+Garimpo+leil%C3%B5es+-+R.+C%C3%A2ncio+Gomes+659+-+Floresta+Porto+Alegre+-+RS+90220-060/@-30.018569>  
Acesso em: 22 dez. 2022

### Relevância Simbólica



Cubo Cia. Cervejeira  
Fonte:  
<https://www.google.com.br/maps/place/R.+Moura+Azevedo,+237+-+S%C3%A3o+Geraldo,+Porto+Alegre+-+RS,+90230-150/@-30.0102737> Acesso em: 22 dez. 2022



Galeria Bolsa de Arte  
Fonte: Própria (2022)

Não Relevante



Vinhatti Antiquidades & Estilos

Fonte:

<https://www.google.com.br/maps/place/Av.+Crist%C3%B3v%C3%A3o+Colombo,+1336+-+Floresta,+Porto+Alegre+-+RS,+90560-002/@-30.0201109>  
Acesso em: 22 dez. 2022



Atelier AV

Fonte:

<https://www.google.com.br/maps/place/R.+Leopoldo+Fr%C3%B3es,+126+-+Floresta,+Porto+Alegre+-+RS,+90220-090/@-30.0171289>  
Acesso em: 22 dez. 2022

Fonte: Elaboração própria.